UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

GLAUCIA DA SILVA DESTRO DE OLIVEIRA

Gestão e vivências de velhices nas Repúblicas de Idosos de Santos

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Gestão e vivências de velhices nas Repúblicas de Idosos de Santos (SP)

Glaucia da Silva Destro de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões

São Paulo

2009

Agradecimentos

Agradeço, especialmente, à Secretaria de Assistência Social (antiga Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania) da prefeitura municipal de Santos (SP), especialmente as funcionárias do “Setor das Repúblicas” e aos moradores das Repúblicas de Idosos. A paciência, o acolhimento e a atenção prestados foram fundamentais para a realização da pesquisa.

À Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que acreditou na pesquisa e me proporcionou o prazer de estudar, mesmo quando a ansiedade era mais forte do que diversão.

Ao meu orientador, prof. dr. Júlio Simões por sua paciência e prontidão.

À profa. dra. Guita Debert que me encorajou em meus primeiros passos na investigação antropológica e orientou esta pesquisa em seu princípio.

Às profas. dras. Andrea Lopes e Heloísa Buarque de Almeida, pelas leituras críticas e estimulantes por ocasião de meu exame de qualificação.

Aos professores do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e do Departamento de Antropologia da Universidade da São Paulo (USP), a quem devo muito minha formação.

Aos meus colegas do PAGU (UNICAMP) que participaram das discussões iniciais da pesquisa e auxiliaram em sua construção: Daniela Feriani, Amanda Oliveira, Alexandre Zarias, Marcela Beraldo, Patrícia Oliveira, dentre outros.

A todos do grupo de estudo Antropologia Política que proporcionaram agradável e estimulante espaço de reflexão e debate.

Aos colegas do Mestrado em Antropologia Social da USP, que compartilharam dois anos de cafés, angústias e boas risadas e tornaram-se grandes amigos.

Aos outros colegas de profissão que me ajudaram com leituras, sugestões e revisões, além de extensas conversas sobre a pesquisa. Obrigada a Regina Facchini e a Juliana Oliveira.

Agradeço também às amigas queridas que estiveram sempre do meu lado, segurando minha mão: Ana Carolina Cavazza, Bárbara Castro, Mariana Marques, Natália Oliveira, Neiva Maria Borgatto, Talita Castro, Vanessa Ortiz.

E a Clara Gouvêa e Carlos Felipe, que sempre me apoiaram e dividiram os medos e anseios.

Agradeço, sobretudo, aos meus pais, Vanderli e José Miguel, pelo carinho, respeito e apoio nas minhas escolhas. E ainda a todos aqueles que acompanharam de perto o processo final de redação do texto, com carinho e conforto: Mirella Santos, Néria Lúcia dos Santos, Regina e Clayton Eduardo Fernandes, além de meus pais, que vibravam a cada “estou acabando”.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é apresentar, a partir do método etnográfico, diversos discursos sobre velhices presentes nas Repúblicas de Idosos de Santos (SP). Trata-se de uma política habitacional voltada à população envelhecida orientada pela idéia da moradia estudantil. O seu projeto inicial instaura um conceito de velhice baseado no termo de autonomia e independência. Os agentes da prefeitura desenvolvem a percepção de atividade e boa convivência. E os velhos, por sua vez, acionam suas noções plurais articuladas com seus interesses e interpretações. A pesquisa pretende, portanto, analisar diferentes sentidos atribuídos à velhice.

Abstract

The objective of this study is to present, through an ethnographic methodology, different discussions on old age in the Repúblicas de Idosos de Santos (Santos Residences for the Elderly). This forms part of a housing policy for elderly, inspired by student accommodation, that defines concepts about aging based on autonomy and independence. Council staff work to develop notions around activity and good relationships. The elderly, for their part, are empowered to action their ideas articulated with their interests and points-of-view. The aim of this research is to analyze different meanings attributed to old age.

Sumário

Introdução 1
O Problema 5
O Campo 12
Relações com os sujeitos pesquisados 18
Roteiro da dissertação 25

Capítulo I: As Repúblicas de Idosos no quadro das políticas para a velhice 27
Contextualizando as políticas para a velhice 27
Santos na gestão da velhice 36
As noções fundantes do projeto "República de Idosos" 38
Notas sobre a fundação das repúblicas 41
Uma descrição geral das casas-repúblicas 52

Capítulo II: Concepções de velhice segundo os agentes da prefeitura 57
Representação social e velhices 57
Agentes atuais 59
Agentes antigos 70
Família: princípios em embate 76
Discursos sobre gestão de velhices 87

Capítulo III: Concepções de velhice segundo os moradores 91
Trajetórias e perfis 91
Rotinas e passeios 95
Questões de convivência 97
Além das casas coletivas 113
A república como um micro-universo social 119

Capítulo IV: Gerir e vivenciar velhices 122

Considerações Finais 133

Bibliografia 136

Anexos 143
01: Pedido de autorização para a realização de campo de pesquisa I 143
02: Pedido de autorização para a realização de campo de pesquisa II 144
03: Roteiro de entrevista aberta realizada com os agentes da prefeitura 145
04: Capa e Contracapa da "Agenda Santista da melhor Idade" do Conselho Municipal do Idoso 146
05: Fotos das placas de inauguração das repúblicas Renascer e Vitória 147

Introdução

A questão da pesquisa é pensar como o Estado, através da política pública das "Repúblicas de Idosos de Santos", está acionando caracterizações e atribuições acerca da velhice, presentes no debate público. A gerontologia – campo de produção de verdades sobre o processo de envelhecimento – tem crescido cada vez mais no contexto brasileiro, nos últimos quinze anos, e a velhice torna-se um tema presente em telenovelas, campanhas publicitárias ou mesmo em ações afirmativas do governo nacional. Trata-se, portanto, de apreender, a partir do caso citado, o modelo de velhice posto e acionado nas políticas sociais, bem como o modo pelo qual esses idosos se constituem na articulação dos discursos e das práticas nas políticas sociais, as quais também se encontram disseminadas na sociedade civil, de modo geral, e os discursos dos próprios idosos.

De acordo com o anúncio de vagas das casas coletivas, publicado no jornal EXPRESSO POPULAR em 10/11 de janeiro de 2004, as Repúblicas de Idosos de Santos são:

> "Diferentemente de um asilo, as Repúblicas de Idosos motivam a liberdade e a independência de seus moradores. Com quatro unidades na Cidade, os locais são constituídos por casas que abrigam até 10 idosos.
>
> Os moradores podem sair e chegar a qualquer hora. Para isso, todos possuem as chaves dos imóveis. As tarefas domésticas são divididas e quinzenalmente acontecem assembléias entre os moradores e membros da Seac[1], ocasiões em que os problemas são resolvidos.

[1] Essa sigla refere-se à Secretaria de Ação Social e Cidadania, responsável pela área social do município de Santos (SP) desde 1991, quando foi criada (LANCETTI, 1996). A partir de início de 2006, essa secretaria passa a se chamar Secretaria de Assistência Social (SEAS). Portanto, trato nessa discussão, na maioria das vezes, da denominação empregada na época da etnografia: SEAC. Utilizo a nova nomenclatura exclusivamente quando se trata de fontes posteriores a essa mudança ou quando essa transformação é pauta.

O aluguel custa R$35,00 e os moradores dividem as contas da casa, além de ser recolhido um fundo de reserva de R$ 2,00 por mês. (...)

Para se candidatar, é preciso ter mais de 60 anos de idade, estar em boas condições de saúde, ganhar de um a três salários mínimos, morar sozinho e não ter vínculos familiares".[2]

As Repúblicas tratam de uma política habitacional alternativa que ganha visibilidade e premiações[3] desde sua fundação, em 1996. A autora do artigo "República Bem-Viver" da coletânea de textos sobre projetos finalistas do ciclo de premiação do "Programa Gestão Pública e Cidadania" de 1998 define a política da seguinte forma:

> "É a primeira experiência com o formato de moradia comunitária (república) para idosos, de que se tem conhecimento no Brasil. Vem sendo apresentada como modelo em vários seminários fora de Santos. A vida coletiva em república constitui um desafio, uma vez que nesta etapa da vida – a terceira e quarta idades – que as personalidades tornam-se inflexíveis e egocêntricas; não se aceitando os limites dos outros e os próprios; aflorando comportamentos agressivos derivados dos sentimentos de abandono, rejeição, desamparo, desafeto, angústia etc. No entanto, essas condições adversas foram flexibilizadas diante de necessidades básicas como as de ter um teto, de sentir-se acolhido, e de pertencer a uma família.(GRAZIA, 1998, p.12)"[4]

---

[2] Utilizo o artigo para caracterizar a política pública com o intuito de citar as dimensões presentes em sua própria definição, já que a idéia da pesquisa é entender como representações sociais de velhice são acionadas nessa política.

[3] Como é possível observar em um folder de divulgação do projeto "Vovô Sabe Tudo", também da prefeitura municipal, que menciona as premiações da política habitacional: "O Projeto República, de moradia para idosos, foi premiado em 98 pelo "Programa Gestão Pública e Cidadania", da Fundação Getúlio Vargas, concorrendo com outros 700, de todo o País. Ficou entre os dez melhores do Brasil, pela inovação e alcance. Em 2000, a Escola de Administração Fazendária de Brasília classificou-o entre os melhores projetos de Governança, Governabilidade e Estratégias de Governo do País, apresentados durante o 2°Curso de Gestão Urbana e Municipal." (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2001, p.8).

[4] Vale ressaltar que os diversos tipos de trechos citados ao longo do trabalho estão diferenciados pelo formato gráfico. As citações bibliográficas estão organizadas com espaçamento simples entre as linhas e margem à direita em relação ao corpo do texto. Trechos de entrevistas – as quais foram gravadas e transcritas - terão a margem retraída à esquerda em relação ao corpo do texto. Os documentos produzidos pelo poder público local mantêm a margem à direita (como a das citações bibliográficas) e espaçamento entre as linhas. E, ainda, as passagens do meu diário de campo estão

Tratar do caso aqui proposto - a velhice na cidade de Santos (SP) no início no século XXI - significa apreender dilemas, conflitos, impressões e percepções sociais que cercam a construção social do envelhecer. Para melhor delimitar a questão, trato da política pública Repúblicas de Idosos, a qual apresenta na arena de conflito a população envelhecida, público alvo das políticas; os agentes da prefeitura, que colocam em ação, de forma direta suas representações; e as propostas iniciais destas políticas, que correspondem à sua idealização. Assim, a realização de políticas públicas pode ser pensada como a prática das representações sociais postas por diferentes atores sociais, aqui marcados e diferenciados pela faixa etária.

Aqui não pretendo avaliar o lado positivo ou negativo das experiências de envelhecimento. Inspiro-me, antes, nas palavras de Debert (1998a):

> "O objetivo do estudo antropológico não é a resolução dos conflitos envolvidos na luta pelos direitos dos idosos. Não cabe ao antropólogo definir a idade correta para a entrada dos indivíduos na aposentadoria, ou o momento em que as pessoas ficam velhas demais para exercer certas atividades ou para ocupar determinadas posições sociais. Não cabe tampouco ao antropólogo avaliar quais os programas e atividades que garantem uma adaptação bem-sucedida ao envelhecimento.
>
> (...)
>
> O antropólogo que, ao tomar como objeto uma população, supõe que sua essência definidora seja a idade legal ou o estado de envelhecimento biológico nega de início seu objeto de estudo, por desconsiderar uma das primeiras questões que deveriam orientar sua pesquisa: como o envelhecimento físico ou a idade legal tornaram-se mecanismos fundamentais de classificação e separação de seres humanos. Desprezar essa questão significa perder a oportunidade de descrever os processos pelos quais os indivíduos passam a ser designados socialmente como velhos, adolescentes ou crianças.
>
> Em resumo, não cabe ao antropólogo resolver um problema social, mas compreender como um problema social é constituído e o conjunto de representações que orientam as práticas destinadas a solucioná-lo. O trabalho do antropólogo envolve um rompimento com as definições socialmente admitidas dos fenômenos." (p.61-62).

---

em itálico, espaçamento entre as linhas e sem distanciamento da margem. Esses recursos textuais têm a finalidade de situar o leitor nas diferentes fontes citadas, a fim de proporcionar clareza na leitura do trabalho.

Sob esse prisma, a questão, apesar de se mostrar fácil e consensual no debate brasileiro, esconde nuanças e diferenças que fogem das percepções socialmente estabelecidas sobre o tempo e a vida. Pois, se para as sociedades ocidentais o tempo é tido como linear e a cronologia remonta nosso curso de vida, que nos apresenta cada vez mais velhos e nos assinala o envelhecer como destino certo, para muitas outras sociedades não é assim. Trabalhos como os de Meyer Fortes (1984) ressaltam a particularidade da concepção de tornar-se velho a partir da referência cronológica e remontam a outras estruturas sociais em que se concebe o grau de maturidade a partir de outros parâmetros de status social. Se, conforme Fortes, as divisões da vida individual em estágios de maturidade, assim como certas cerimônias de iniciação, parecem ser fatos recorrentes e universais, a organização e a classificação são sociais e variam cultural e historicamente.

A partir dessa perspectiva, pode-se pensar nas transformações que o envelhecimento sofreu nas últimas décadas e os novos estilos de vida adotados em nossa sociedade. Nas últimas décadas do século XX, a velhice passou a ser vista, no cenário brasileiro, através de atributos como independência, autonomia e alegria. Até então, essa população era concebida como inválida, carente de cuidados constante ou em processo de degeneração (EINESTADT, 1976; HADDAD, 1986; NÉRI,1991; VICENT, 1992; SIMÕES, 2004). A velhice deixa de ser considerada a última etapa da vida ou mesmo marcada pelo abandono e isolamento, para vir a ser o momento de desfrutar novas possibilidades de realização pessoal e tornar-se conhecida como “a melhor idade”. Essa nova sensibilidade considera a juventude como um valor dissociado à categoria etária, que deve ser preservado na vida das pessoas envelhecidas.

A visão da juventude como valor moral que ultrapassa seu limite cronológico já foi muito ressaltada por Debert (1999):

> “Nesse processo, a juventude perde conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio na vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas.” (p.21).

Uma das conquistas narradas por uma agente da prefeitura, e repetida por outros durante a pesquisa, foi o fato de cada morador possuir a chave de casa, em contraposição com as instituições asilares, que controlam a entrada e a saída de seus internos. Por outro lado, esse fato nos chama atenção para a aproximação da política pública com as residências tradicionais de jovens que cursam universidades longe da casa dos pais e dividem moradia para baratear os custos. Esse é um dos sentidos em que podemos aproximar os velhos residentes com os jovens, pretensão muito explicitada ao longo de conversas informais e entrevistas com agentes, como também o incentivo dos moradores apresentarem o cotidiano autônomo e ativo, assim como a valorização de práticas de exercícios físicos ou novos relacionamentos amorosos.

A reflexão proposta está situada no campo dos estudos socioantropológicos sobre envelhecimento e periodização da vida, e em diálogo contínuo com as discussões realizadas nas Ciências Sociais sobre políticas públicas e na Gerontologia sobre velhice. Faço essa ressalva com o intuito de tornar mais claros os meus objetivos e o lugar de onde promovo esta reflexão.

A intenção da pesquisa é desvendar a lógica presente na gestão da velhice na política pública tida como inovadora, as repúblicas de idosos de Santos, SP, e compreender as representações sociais de velhices postos naquele contexto social, onde estão em diálogo a idéia do projeto, a política em prática e os moradores que são alvos, mas também negociam e atuam nessa dinâmica. É importante ressaltar que o interesse norteador da etnografia foram os significados atribuídos à velhice por todos esses atores e como esses significados orientam ações e encaminhamentos individuais e coletivos.

O Problema

O termo *idoso* é marcado pelo esforço de movimentos políticos, entidades privadas e órgãos públicos na consolidação do velho como ator político. No início da década de 90, o movimento dos aposentados, na esfera nacional, reivindicava melhores aposentadorias e, sobretudo, certo reconhecimento social (SIMÕES, 1998; 2000; 2004).

Esses sucessivos esforços de firmar velhos como sujeitos de direitos culminaram na elaboração pelo Estado da “Política Nacional do Idoso”, em 1994, e do “Estatuto do Idoso’, em 2003, em que esta categoria é definida pela faixa etária de sessenta anos ou mais.

Este trabalho propõe discutir o modo como a categoria política e universalista *idoso* foi definida através dos direitos e dos saberes médicos e gerontológicos, no que concerne a estilo de vida, através da política pública Repúblicas de Idosos de Santos, SP fundada em 1996. Nesse sentido, procuro apreender como a política pública define direitos e deveres dos moradores nas casas-repúblicas, como o público alvo dessa política experimenta a velhice e negocia suas definições com os agentes públicos. Pois, se os idosos eram elementos fundamentais na construção dessa política, durante sua fundação, a partir da etnografia realizada nas quatro casas-repúblicas foi apreendido que a definição de velhice, os valores atribuídos a esse sujeito universalista e seu estilo de vida são constantemente negociados e re-definidos pelos moradores das repúblicas, articulando novas demandas e significados.

Ao tratar de uma política pública cuja proposta democrática garante a igualdade ao seu público alvo, é interessante apreender como embates, confrontos e discriminação são vivenciados no interior das casas-repúblicas por esses moradores advindos de tantas situações sociais diversas e experiências de velhices diferentes.

Nesse sentido, a definição da política habitacional una para uma população extensa e variada explicita conflitos e demarca controvérsias na forma de gerir a convivência de uma população, nesse caso a envelhecida. Tomo aqui o termo envelhecido já que idoso está carregado de significados sócio-políticos e históricos específicos.

Louis Dumont, em “Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações” (1992), alerta para o papel da antropologia repensar as construções teóricas que não levaram a cabo a consideração de que o individualismo é parte da cultura – a ser analisada – da sociedade moderna. Essa forma de problematizar a própria cultura do pesquisador é denominada por esse autor de *apercepção sociológica.* Nesse sentido, problematizar o termo *idoso*, inspirada por Dumont quem se debruça sobre a noção de individualismo, proporciona apreender as nuanças e as possibilidades na

definição e vivência da velhice e, nesse sentido, tal noção una corresponderia apenas a uma de tantas percebidas na sociedade santista.

Eneida Haddad (1986), em seu conhecido trabalho sobre a “ideologia da velhice”, escreveu sobre o papel do Estado na definição dessa ao debruçar-se sobre o contexto das primeiras mobilizações sociais em torno do tema. Escrevo em um momento diferente, pós Estatuto do Idoso (2003), depois da consolidação de políticas públicas voltadas à velhice. O debate público em torno da questão continua aceso e ainda é repensado. Os princípios norteadores da experiência da velhice positiva tornaram-se mais conhecidos, e o idoso ganha o estatuto de sujeito político ativo.

Não é de se estranhar que a resolução pública em torno da velhice não tenha trazido soluções definitivas para a questão. Ao contrário, geriatria e gerontologia – ciências que mobilizaram o tema e exigiram uma ação política – necessitam do problema para se constituírem enquanto tais (LOPES, 2000). Nesse sentido, a discussão em torno da velhice tendeu a se ampliar e ganhar visibilidade nas últimas décadas.

Apesar do objeto desta pesquisa se mostrar muito próximo aquele debatido por Haddad, esta discussão parte de outras perspectivas teóricas distintas. Os resultados obtidos por essa antropóloga contribuem ainda hoje para os estudos das Ciências Sociais no que tange à ideologia da velhice – como resgatarei ao longo do texto os argumentos dessa autora – mas a idéia desta pesquisa é compreender a dinâmica posta e reivindicada de uma política pública habitacional voltada à velhice, a fim de iluminar questões sobre suas representações, seguindo as pistas de estudos antropológicos que se dedicaram à análise de outras políticas sociais (cf. ZALUAR, 1994; GREGORI, 2000). Aqui não pretendo avaliar o lado positivo ou negativo das experiências de envelhecimento. Inspiro-me, antes, nas palavras de Debert (1998a):

> “O objetivo do estudo antropológico não é a resolução dos conflitos envolvidos na luta pelos direitos dos idosos. Não cabe ao antropólogo definir a idade correta para a entrada dos indivíduos na aposentadoria, ou o momento em que as pessoas ficam velhas demais para exercer certas atividades ou para ocupar determinadas posições sociais. Não cabe tampouco ao antropólogo avaliar quais os programas e atividades que garantem uma adaptação bem-sucedida ao envelhecimento.

> (...)
> O antropólogo que, ao tomar como objeto uma população, supõe que sua essência definidora seja a idade legal ou o estado de envelhecimento biológico nega de início seu objeto de estudo, por desconsiderar uma das primeiras questões que deveriam orientar sua pesquisa: como o envelhecimento físico ou a idade legal tornaram-se mecanismos fundamentais de classificação e separação de seres humanos. Desprezar essa questão significa perder a oportunidade de descrever os processos pelos quais os indivíduos passam a ser designados socialmente como velhos, adolescentes ou crianças.
> Em resumo, não cabe ao antropólogo resolver um problema social, mas compreender como um problema social é constituído e o conjunto de representações que orientam as práticas destinadas a solucioná-lo. O trabalho do antropólogo envolve um rompimento com as definições socialmente admitidas dos fenômenos." (p.61-62).

Compreender como a velhice é apresentada exige, portanto, desvendar as lógicas presentes na contemporaneidade, em que novos serviços sociais são oferecidos aos velhos.

Está claro que a pesquisa trata de uma política pública específica do município de Santos. Debruçar-se sobre essa realidade local é, porém, um esforço de desvendar o contexto nacional que envolve a velhice, já que não se trata de uma lógica local isolada ou estranha a outras instâncias. Trata-se de apontar como nossa sociedade está gerenciando e pensando sua população dividida segundo critérios etários.

Além disso, revelar perspectivas presentes em uma política pública e traçar sua dinâmica é um meio de entender como demandas sociais e políticas foram sendo transformadas e como alguns grupos considerados excluídos – ou entendidos como minoritários na hierarquia social -, se movimentam pelas condições dadas e produzem, junto aos gestores públicos, as representações de velhices disponíveis. Nesse sentido, são as estratégias colocadas em prática nesse contexto que se explora nesse trabalho.

As Repúblicas de Idosos são mais do que uma alternativa habitacional para a população envelhecida: trata-se de um espaço social de convivência e gestão. Nesse sentido, estudar essa política pública remete a entender um pouco melhor as diversas condições, estratégias e realidades de velhices e como esse período da vida está sendo administrado, a partir de influências da expansão da Gerontologia-Geriatria ocidental (BELO, 2002) no campo da ciência e dos serviços oferecidos, da consolidação de um instrumento jurídico

nacional para essa categoria (ESTATUTO DO IDOSO, 2003) e, ainda, da administração pública local.

Nesse sentido, apreender como se elaboram e se aplicam os critérios para definir a velhice como uma categoria e um problema social, bem como para avaliar o que é uma velhice bem sucedida (ou não) são questões que iluminam a reflexão e a análise. Buscar rastros de estratégias na manipulação do modelo apresentado pela prefeitura – que por sua vez carregam influências dos preceitos disseminados pela ONU na década de 1970 e da disciplina gerontológica - e, ainda, revelar as tensões resultantes dessas múltiplas facetas são formas de compreender a produção das representações sociais de velhices na sociedade contemporaneidade.

É importante lembrar que *idosos*, *velhos*, *terceira idade*, dentre outras nomenclaturas são constructos que implicam noções e valores marcados por contextos sócio-históricos específicos. Nesse sentido, o conceito de *idoso* é consolidado na sociedade brasileira na década de 1990, em meio ao esforço de levar à população envelhecida traços de cidadania, com o intuito de capturar tal segmento social para a participação político-social, em oposição à imagem associada à deterioração física, ao asilamento e à marginalização. O termo idoso conferiu a esse segmento o caráter de ator público (SIMÕES, 1998; 2004; BARROS, 2004). A noção de terceira idade, por outro lado, emergiu paralelamente, vinculada à idéia de uma população disponível ao lazer e ao consumo (PEIXOTO, 1998, MOTTA, 1998). É necessário atentar-se a esse aspecto a fim de explicitar que a atribuição de um termo para tal população, ao longo da discussão, não perde de vista a dimensão histórica em que tais termos estão inseridos. Velhice, neste trabalho, é abordada como categoria social, histórica e política.

A partir da perspectiva de Carrara (1994) em um contexto acerca das categorias *sífilis, Brasil, comportamento sexual brasileiro e raça brasileira*, tomo aqui velhice, idosos ou terceira idade não como dados, mas ao contrário: como produtos sócio-históricos gerenciados e vivenciados, de modo a sofrerem atualizações constantes na dinâmica da vida social. Essa perspectiva permite compreender como a categoria idade está posta e lhe são atribuídos a novos significados (DEBERT, 1998a). *Velhice*, *terceira idade* e *idosos*, portanto, permanecerão aqui em suspensão.

Dessa forma, como ressaltou Debert (1998b), a emergência da população idosa como questão social não pode ser explicada exclusivamente pelo crescimento demográfico dessa faixa etária. A definição de um problema social não é, tampouco, o puro resultado do mau funcionamento da sociedade. Como mostra Lenoir (1979), isso supõe um trabalho de reconhecimento e de conquista de atenção pública, que requer a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social, a fim de agir sobre ele.

Nesse sentido, pode ser lembrada a importância do movimento dos aposentados no Brasil na década de 90 que, mais do que reivindicar melhores valores de aposentadoria, pretendia garantir melhores condições de vida para os velhos e, sobretudo, reconhecimento social (SIMÕES, 1998; 2004). Esse fato conferiu visibilidade à questão da velhice e a partir daí, muitas políticas governamentais ou não governamentais foram implantadas em nome da valorização da pessoa mais velha e dessa última etapa da vida. Nesse movimento, a terminologia de velho atribuída à pessoa de sessenta anos ou mais é substituída por idoso, cuja concepção transforma-se de alguém preso ao passado, dependente e ranzinza para um ser autônomo, dinâmico e cidadão. Podemos também considerar a influência do mercado, que descobriu nos idosos consumidores em potencial (DEBERT, 1999). Esse processo resultou na criação da categoria “terceira idade” enquanto um conjunto de consumidores de produtos e serviços especializados, ressaltando aspectos positivos desse grupo etário.

Esses distintos termos - *o idoso, a terceira idade e o velho* -, mais do que se apresentarem como sinônimos, deslocam a categoria de pessoa de sessenta anos ou mais a um lócus social, atribuído de qualidades e expectativas.

As categorias, portanto, devem ser apreendidas como constructos em perspectiva, e não como dados. Ao contrário, é preciso compreender como esses termos se articulam nas relações de determinado período e como adquirem sentido num tempo histórico e social e na relação com outros e, ainda, como esses significados são atualizados na dinâmica social.

A construção do envelhecimento como um problema envolve a elaboração de múltiplos discursos sobre a velhice, incluindo o das políticas

públicas cujo intuito é proporcionar cuidados ao envelhecido, o qual é caracterizado como desprovido de suas capacidades, sobretudo, do poder de resolver a carência de moradia.

A República de Idosos de Santos apresenta-se, assim, como uma política pública em meio a essa disputa de significados e construções da vida na idade avançada já que pauta formas de indivíduos vivenciarem suas experiências de envelhecimento, atribuindo valores a determinadas atividades possíveis em detrimento de outras. Essa política também é marcada pela disputa em torno da nomenclatura posta para se denominar a pessoa envelhecida.

A proliferação de expressões para nomear o segmento mais velho da população é vasta, e essas expressões são indicadoras de formas distintas de conceber a velhice e o envelhecimento, os quais estão em disputa e em processo de ressignificação. Além das instâncias públicas e privadas, a dinâmica social dos moradores e moradoras das repúblicas também está em processo de (re)definição do envelhecimento. Nesse debate interno às casas, trata-se, também, de considerar as formas como esses moradores e moradoras relacionam-se entre si e como os valores e referências para além da idade estão sendo postos na dinâmica dessas relações. Nesse sentido, gênero, raça e classe são categorias muito presentes nos processos cotidianos de diferenciação e de aproximação entre as pessoas, de formar grupinhos de colegas em que afinidades e diferenças estão sendo acionadas. Compreender, portanto, a operação desses marcadores é crucial para o esforço de desvendar a dinâmica posta nas repúblicas em que aparentemente todos se apresentam como iguais ou, pelo menos, muito homogeneizados.

Avtar Brah discute em “Diferença, diversidade, diferenciação” (2006) as heterogeneidades internas de grupos, produção de diferenças e desigualdades em seu sentido mais amplo. Para tanto, a autora recorre a diferentes momentos da luta contra o racismo, os diferentes significados acionados a cada contexto dos movimentos e elabora uma perspectiva da diferença que ultrapassa o postulado da desigualdade e hierarquização entre as diferenças. Piscitelli (2001) enfatiza a intenção de Brah em construir diferença como categoria analítica. Pois, mais do que simplesmente adicionar marcadores de diferença e oposição, as categorias combinam-se de forma situacional cujos

efeitos não podem ser reduzidos a sentidos inequívocos e estáveis de hierarquias e desigualdade.

Compreender, portanto, tais diferenciações é tentar apreender a dinâmica posta nas repúblicas, na qual aparentemente todos se apresentam como iguais ou, pelo menos, muito homogeneizados pelo poder público. Tal abordagem deriva do fato de que na própria definição da população a que se destina essa política pública, articulam-se marcadores de idade e de classe. A seleção de quartos, que deveriam ser ocupados por pessoas do mesmo sexo, indica ainda certo demarcador de diferença de gênero. Por outro lado, para se candidatar a tal política pública, o indivíduo deve ter no mínimo sessenta anos e, ainda, sua renda mensal deve corresponder à faixa de um a três salários mínimos (em alguns documentos encontrei de um a dois salários mínimos. Mas, em entrevista, foi-me relatado que o limite eram três). Tais exigências são explicitadas pela política pública como um recorte de renda e geracional. Pois, segundo os agentes, a política é voltada para uma população envelhecida carente tendo em vista reduzir os moradores velhos em cortiços ou de idosos que sofrem maus-tratos vivendo com seus familiares.

A idade é vivenciada a partir de condições e situações de estilos de vida e padrões de consumo marcados pelas concepções de classe social, gênero e 'raça'. Portanto, compreender as experiências de velhices postas na política municipal em questão representa abarcar essas categorias históricas em termos articulados, imbricados, e não categorias isoladas e unitárias.

O Campo

A discussão, iniciada na graduação[5], continuou na pesquisa de mestrado para tentar dar conta da lógica do poder público em suas iniciativas de gestão da velhice e desvendar as características e valores considerados

[5] Esta pesquisa teve início com o projeto de iniciação científica "As representações do envelhecimento na República da Terceira Idade de Santos, SP", no período de agosto de 2004 a julho de 2005, com o apoio da bolsa SAE/PRP-UNICAMP. Posteriormente, de agosto de 2005 a julho de 2006, desenvolvi a pesquisa, também de iniciação científica, "Corpos envelhecidos também dançam: uma análise das representações sociais do envelhecimento em 'Dance ao Entardecer', projeto municipal de Santos, SP", com a mesma orientadora, a qual foi financiada pela bolsa PIBIC/CNPq.

próprios e importantes para a velhice no contexto santista. Pensar nos significados de envelhecimento da política pública também ressalta o interesse de entender como os próprios idosos compreendem - e se apropriam de - esse modelo proposto e como se dá a experiência de velhice nas repúblicas.

Neste momento da pesquisa evidencia-se a questão de como essa política municipal, orientada por documentos institucionais de âmbito nacional - como é o caso do Estatuto do Idoso (2003) – e por uma nova forma de se encarar o processo de envelhecimento – conhecida como "velhice positiva" - opera como meio de gestão da velhice. Este tema mostrou-se importante ao perceber que os dados obtidos revelavam a valorização seletiva de certos aspectos da vida desses idosos.

O foco desta pesquisa centra-se, portanto, na discussão acerca da lógica operacionalizada pelo poder municipal local no trato com a velhice e, por outro lado, os discursos da população envelhecida a partir do trabalho de campo realizado desde a iniciação científica.

A etnografia[6] foi tratada entre 2004 e 2006 ao longo de finais de semana e meses de férias escolares, nas quatro casas-repúblicas, no setor da prefeitura municipal responsável por esse projeto, em passeios coletivos - proporcionados pelo Estado (em um caso foi verba do Estado de São Paulo, em que todos os moradores são convidados e duas agentes da prefeitura o acompanham num passeio). Nos casos presenciados, os passeios consistiram em passar o dia num hotel-fazenda numa cidade próxima, o qual reúne parque aquático, parque de diversão e fazendinha, dentre outras atividades de lazer. Também conduzi entrevistas semi-abertas, com roteiro[7], com sete agentes da prefeitura – uma que participou das transformações da cidade no campo de responsabilidade social três que estiveram significativa importância na elaboração e fundação da política das casas-repúblicas; três agentes que trabalhavam nas casas durante o período da pesquisa, as quais serão chamadas de "agentes atuais", para diferenciar das primeiras[8]. Também

---

[6] Trata-se de apreender os significados do projeto da política pública, os agentes da prefeitura e os moradores em uma descrição densa, como na antropologia geertziana.
[7] O roteiro consta no anexo 03.
[8] "Agentes atuais" são aqueles que trabalhavam no setor das repúblicas de 2004 a 2006. Em 2008, ano de elaboração dessa dissertação, e 2009, ano de defesa do mestrado, outros servidores públicos estavam nesses postos. Isso por que o aparelho

acompanhei[9] alguns moradores em atividades externas às casas. Esses encontros fora do contexto das casas-repúblicas renderam perspectivas e debates novos para a pesquisa, já que me fizeram perceber outras dimensões do convívio nas repúblicas: a perspectiva de pessoas próximas sobre a nova moradia dos idosos.

Para melhor explicitar meu trajeto, abaixo descrevo minha entrada e permanência em campo durante o período mencionado.

Recebi autorização para a realização da pesquisa de campo em julho de 2003[10], depois de um mês do pedido feito para Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania (SEAC).

A primeira visita foi à república Vitória[11]. Nela fui acompanhada por uma estagiária em comunicações da prefeitura – que frequentava as repúblicas, pois produzia material de divulgação sobre a política – e por uma funcionária do Setor das Repúblicas de Idosos. Elas apresentaram a casa, as regras que constituíam o projeto e os moradores no dia 23 de julho de 2003. A companhia das duas profissionais no primeiro encontro, para além do objetivo de apresentar o projeto e os moradores, teve também a finalidade de legitimar minha presença ali e minhas próximas visitas.

---

do Estado permite a seus funcionários o trânsito por diferentes setores da mesma secretaria. Em 2009 as três continuam no exercício de políticas voltadas para a população envelhecida. E, ainda, os agentes denominados de "antigos" remetem àqueles que participaram da elaboração do projeto que essa pesquisa abarcou.

[9] Levando em conta a reflexão contemporânea na antropologia de se apreender o objeto de estudo sob uma ótica que evite a convencional hierarquização entre o observador e observado (CRAPAZANO, 1985; CALDEIRA, 1988; CLIFFORD, 2002), apresento os verbos na primeira pessoa, a fim de explicitar o caráter limitado e parcial da pesquisa.

[10] A carta expressava o interesse da realização do trabalho científico com o logotipo impresso da Unicamp – universidade à qual eu então estava vinculada – e assinada por mim e pela orientadora daquela fase da pesquisa, a profa. dra. Guita Grin Debert. As duas partes da carta estão nos anexos 01 e 02.

[11] Utilizo, aqui, nomes verídicos das repúblicas pois referem-se a dados já publicados e informações de domínio público. No caso dos moradores, nos itens a seguir, recorro a pronomes de tratamento (dona e seu) a fim de explicitar o gênero do morador ao lado das iniciais dos nomes. No caso dos agentes da prefeitura são identificados com nomes fictícios. Esses recursos têm o objetivo de manter a discrição nos dados obtidos e assegurar o anonimato de todos que participaram da pesquisa. Como pontuo ao longo da dissertação, o caso aqui tratado é particular mas a sua compreensão é entendida no âmbito geral, o que significa que não importa quem acentuou quais características em detrimento de outras. Por outro lado, a denominação para cada agente é apresentada a fim de proporcionar ao leitor a continuidade da linha de raciocínio de cada entrevistado.

As profissionais contaram, mais de uma vez, que muitos estudiosos e jornalistas que dizem conhecer o projeto escrevem mal dele sem o compreender muito bem. Segundo o discurso das agentes, essas pessoas não entenderiam muito bem a "prática" que, segundo elas, seria muito diferente da "teoria". Informações dessas fontes não foram obtidas. Porém, foi encontrada uma dissertação de uma assistência social produzida na Pontifica Universitária Católica de São Paulo (PUC-SP)[12]. Apesar de a autora propor algumas sugestões que segundo as agentes da prefeitura já haviam sido praticadas sem sucesso, a maior parte das considerações feitas nesse trabalho foram positivas.

Como já salientei, neste trabalho não pretendo avaliar nem positivamente ou negativamente essa política pública. Meu interesse é explicitar as dinâmicas presentes no desenvolvimento da política, ressaltar as perspectivas e interesses de vários agentes que ali se operam e, sobretudo, compreender as lógicas postas na gestão da velhice nas repúblicas de idosos de Santos, SP. A intenção da pesquisa, portanto, está longe de julgar as práticas ou a organização da política, e sim compreender como as velhices estão sendo pensadas, vivenciadas e geridas no contexto local. A escolha do município santista deu-se pela sua visibilidade no cenário nacional como uma referência no cuidado com seu idoso, além de apresentar-se como tal à sua população em geral.

As primeiras visitas, nas outras três casas, foram realizadas após uma reunião quinzenal das casas, quando as agentes da prefeitura conversavam com os moradores sobre a pesquisa. Se eu chegasse enquanto a reunião estivesse ocorrendo, cumprimentava todos à distância e esperava na cozinha que o encontro terminasse. Fui autorizada a circular nos diferentes espaços da política (setor da prefeitura, as quatro sob o agendamento e autorização dos moradores, passeios coletivos, festas de natal, por exemplo), exceto nessas reuniões quinzenais, onde eram discutidos assuntos relativos à convivência

[12] GUERRIERO, Maria Antonieta. *Vivendo, convivendo, sonhando: o cotidiano dos idosos moradores nas republicas da cidade de Santos, São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, 105p. Tese Mestrado - Programa de Estudos de Pós-Graduação em Gerontologia, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2001.

entre os moradores e suas formas de resolução[13]. Após sua finalização, eu era chamada e apresentada[14]; então, as agentes se despediam e deixavam-me a sós com os moradores.

Nas primeiras vezes na casa, propunha uma conversa coletiva sobre como é morar nas repúblicas. A partir desse tema, outras questões eram levantadas e os moradores iam se apresentando. Alguns moradores pediam minha autorização para se retirar. Esse primeiro contato era importante para iniciar um diálogo e dar seqüência a outras visitas. As agentes da prefeitura, no início da pesquisa esclareceram que a casa era o lar deles, de modo que minha entrada nas casas seria condicionada à permissão dos moradores. Como é possível visualizar na fala de uma agente em entrevista:

"E, a gente, por exemplo, se tem alguém que quer conhecer a casa, não basta bater não, porque não atendem. Pois, a gente tem consideração com eles, vai à casa deles. Então, por exemplo, eu quero levar você para conhecer, eu aviso: 'Olha, estamos levando alguém assim, assim, assim.' Um porque eles saem muito, não sei se no dia que você foi lá tinha bastante gente, mas geralmente eles saem. Uns tens alguns bicos, alguns trabalham. Outros saem para ir ao médico e tal. E a gente pede. 'Podemos levar assim.', 'Não, tá tudo bem'. Então, a gente tem essa preocupação de não invadir a casa deles." (assistente social e agente antigo)[15]

Nas visitas, eu procurava travar um diálogo com algum morador a fim de reencontrá-lo numa próxima ocasião e conversar mais detidamente. Pois, fazia-se necessário uma justificativa da minha presença naquele cenário. Por isso,

---

[13] Pelo menos eram esses temas referenciados quando os agentes da prefeitura e os moradores tratavam das reuniões quinzenais.

[14] Pude notar que essa introdução feita pelas agentes foi um dos importantes fatores na realização da pesquisa. Durante todo o período de visitação das casas, moradores que ainda não me conheciam (por estarem ausentes nas reuniões em que eu fora apresentada ou por serem novos ali) sempre me perguntavam se as "meninas" – como as agentes são conhecidas pelos moradores – sabiam do que se tratava. Ao terem resposta afirmativa, perdiam o receio de conversar – e tenho a impressão de que até faziam às vezes com mais prazer ou como obrigação.

[15] Com a finalidade de diferenciar citações bibliográficas e trechos de materiais etnográficos (como diário de campo ou de entrevistas transcritas) no texto, as primeiras têm seus parágrafos recuados para a direita e o espaçamento entre as linhas é simples. Os dados de campo estão organizados a partir do parágrafo recuado à esquerda e outras configurações retomam à padronização do corpo do texto.

minha metodologia era registrar histórias de vida dos moradores, com o objetivo de discutir sua moradia anterior à república e, então, discutia sobre sua vivência na república de idosos. Perguntava sobre suas preferências de habitação e suas razões, a fim de compreender melhor suas experiências, convivências e impressões sobre as repúblicas. A partir das histórias individuais outras possibilidades foram-me postas. Conhecer outros ambientes que esses idosos freqüentavam para além das casas coletivas e, ainda, ter acesso ao contexto de referência do morador ajudaram-me a entender melhor a diversidade e heterogeneidade presentes nas casas.

Posteriormente à apresentação de um morador e conversas gerais sobre as repúblicas, a próxima visita era marcada com esse morador para que a conversa pudesse ser estendida. Então, a história de vida e suas impressões sobre a política pública eram referenciadas. Por outro lado, muitas vezes os próprios moradores perguntavam-me sobre o que eu fazia ali e por quanto tempo permaneceria por lá, sobretudo quando os moradores pouco me conheciam.

Notei que os moradores pouco permanecem nas repúblicas, pois muitas vezes não se encontrava ninguém nelas. Foi possível apreender que os entrevistados freqüentam a casa de amigos e parentes. Em alguns casos, fazem outros tipos de atividades em instituições durante o dia, como alfabetização, grupos religiosos e em instituições asilares para participar de cursos ou eventos. Mas, apesar de terem a porta aberta, poucos voltavam tarde, geralmente estavam em casa no final da tarde, momento que pretendiam descansar.

A pesquisa de campo foi realizada em várias idas e voltas, entrecortadas por algum tempo de amadurecimento da pesquisa. Em setembro de 2004 foi pedido a interrupção da pesquisa por se tratar de um período eleitoral e foi argumentado pela secretaria “que há muita gente procurando a instituição e os moradores poderiam sentir-se mal pela possibilidade de envolver-lhes em questões políticas”[16]. Apesar de eu argumentar que o período eleitoral em nada

[16] Posteriormente, entre conversas, contaram-me que agentes da prefeitura pediram aos moradores que nada fosse dito, caso as casas-repúblicas fossem procuradas naquele momento.

afetaria minha pesquisa, o campo teve sequência somente após as eleições municipais.

Em cada república trabalhei com pelo menos a metade do número de moradores. Ao longo das visitas, levantei a história de vida daqueles que se mostraram disponíveis a conversar e fiz outras perguntas sobre a convivência na casa, sobre sua opinião acerca do projeto das repúblicas. As críticas dos moradores também foram discutidas.

Foram ainda realizadas entrevistas com três agentes da prefeitura que faziam parte da equipe que participou da fundação da política e que atuava entre os anos 2003 a 2006, o período de campo. Nos anos seguintes, os agentes foram remanejados para outras atividades da Secretaria, fui informada que os agentes que atuavam nas repúblicas foram para outros setores, também voltados para "a valorização da pessoa idosa", como a Secretaria define o trabalho com essa população[17]. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro[18] aberto gravadas e transcritas.

Além disso, fichas cadastrais dos moradores foram analisadas na companhia dos agentes da prefeitura, permitindo o acesso a informações que muitas vezes os moradores pouco explicitam, como data de nascimento ou experiências de moradia anteriores à república.

Relações com os sujeitos pesquisados

Nas relações que travei durante a pesquisa, os sujeitos pesquisados muitas vezes interpretaram e atribuíram novos significados à minha permanência em campo. Minha imagem social como pesquisadora foi muitas vezes colocada em questão, e isso pode ter sido central para os discursos dos idosos, como dos agentes da prefeitura. Nesse sentido, não poderia me excluir desse registro etnográfico. Afinal de contas, como já levantei, descrevo disputas acerca de significados atribuídos ao processo de envelhecimento pelos moradores das repúblicas, agentes e documentos da política pública,

[17] "Seção da Valorização da Pessoa Idosa", por exemplo, é como se chama a partição responsável pelos projetos sociais voltados à população idosa, a qual pertence à Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania (SEAC) em 2001.
[18] O roteiro de entrevista aplicado às agentes encontra-se no anexo 03.

mas também, de certa forma, da pesquisadora que inserida no campo - sem a intenção clara - interage e negocia com os idosos o significado de velhice ao abordar o tema e remeter a uma figura social muito tratada mas tão silenciada: a juventude.

Como ressaltei, minha entrada em campo encontrou dificuldades, já que autorização da prefeitura não era suficiente. Tendo em vista que essas repúblicas são moradias dos idosos, era necessária autorização de um dos moradores para entrar em campo. Nesse sentido, as apresentações e as visitas foram negociadas de modo a buscar um novo motivo para justificar a próxima visita. Enquanto estava nas casas, conversava com os moradores sobre os diversos temas. Ao longo das conversas, era comum perguntar sobre estilos de vida e atividades cotidianas. Com exceção de um ou dois senhores, os entrevistados sentiam-se a vontade, a ponto de comentar sobre alguns conflitos, como familiares[19] ou provocados no interior da república entre moradores. Em outros casos, depositavam em mim as reivindicações acerca da política pública como se eu fosse uma porta-voz deles ou da política. Mas, era recorrente o questionamento de *"uma menina como você, tão distante da velhice, por que passa tantas horas do dia entre um monte de velhos? Você não tem amigos de sua idade?*", como insistia uma moradora que repetia sua fala todas as vezes que me encontrava.

Outras vezes os moradores e os agentes da prefeitura justificavam minha presença ali a partir de elementos de seus universos simbólicos segundo os quais me "encaixavam": como jornalista ou neta; mesmo apresentando-me sempre como pesquisadora e antropóloga.

Gestos, oratória, vestuário eram dimensões de visibilidade para a construção da identidade da pesquisadora pelos observados e traduzidos por vários adjetivos e categorias.

Situações desse tipo desvendam a importância atribuída pelos entrevistados à dimensão corporal, de gênero e geracional que eu ali operava, mesmo quando o esforço consistia na direção de tornar-me neutra. É importante apreender a perspectiva relacional presente no reconhecimento da (incipiente) antropóloga no campo da pesquisa. Pois, a forma de

[19] Como foi o caso de uma senhora que me relatou ter escolhido ter saído da casa da filha, pois não sentia vontade de viver na casa do genro.

caracterizarem a minha presença - e minha imagem - em suas casas apresenta indícios do modo como se percebem entre si e os critérios que elegem entre si. Em outras palavras, a posição onde colocam a pesquisadora está relacionada com a forma de percepção entre os moradores – de si e de seus colegas – e das agentes da prefeitura em relação à política pública.

E, por outro lado, as identidades apreendidas e produzidas naquele contexto formatariam, de certa forma, a relação multilateral travada no cenário de pesquisa e, certamente, teriam (e tiveram) implicações nos dados obtidos como resultado do estudo.

Recorro, a seguir, a algumas falas presentes nos diários de campo para compreender melhor os elementos postos e acionados na identificação da minha presença:

"S. (uma agente da prefeitura), depois de falar com todos, cumprimentou-me e puxou-me pela mão, dizendo que iria me apresentar a todos para que eu pudesse criar intimidade com eles. Levantei-me, agradecendo. Falou a cada grupo formado ou cada um individualmente que eu era a estudante de antropologia, que estava vindo de Campinas para fazer uma pesquisa com eles que levaria em torno de um ano, conforme as meninas já haviam falado anteriormente nas reuniões das casas. Em alguns casos, quando o comentário era o fato de eu ser muito "novinha", ela acrescentava: "é novinha mas tem uma inteligência! Ela vai nos ajudar muito a resolver os problemas e melhorar o convívio na república". Numa outra vez, para os moradores que eu já conhecia da Vitória, ela dizia: "pois é, com o pouco que ela conversou com vocês, ela elaborou um projeto e ganhou uma bolsa de pesquisa do Cnpq para dar continuidade a pesquisa, é por ela que o Cnpq, Campinas, o mundo vão conhecer vocês."" (diário de campo num passeio com os moradores das repúblicas).

"Dona H. (moradora) se queixava de estar cansada. Havia saído para visitar uns amigos, (...). Ela queixava-se de sentir falta de família, de convivência e atenção, além das festas que se preparavam, como o Natal. Mas, visita ainda hoje muitos sobrinhos, já que não teve filhos. Ao perceber que estava cansada

de falar, me despedi e falei que agora iria deixá-la dormir um pouco." (diário de campo).

"*Dona J. (moradora) passou pela sala e me cumprimentou. Quase já de saída, voltou a mim e perguntou: 'Você não tem amigos, não? Não tem namorado, família na cidade? Fiquei sem entender e depois de alguns instantes respondi positivamente perguntando a razão da pergunta e ela me respondeu direcionada aos outros moradores que também se encontravam na sala: 'É que você é uma menina bonita e jovem e está toda hora aqui, metida com os velhos. Olha que dia lindo lá fora, você não passeia, não?'. Respondi que sim, mas que gostava muito de visitá-los e que era o meu trabalho. Mas, sempre dava tempo de passear e visitá-los. Ela saiu da sala rindo*." (diário de campo).

Esses trechos são partes do diário de campo em que a pesquisadora, de alguma forma, é colocada em xeque. Em alguns casos, ela é questionada e em outros predomina as imagens atribuídas pelos agentes pesquisados a sua figura, quem, ao longo de quase três anos, fez parte de eventos coletivos e visitas nas quatro repúblicas durante os finais de semana ou ainda mais freqüentemente nos meses de férias escolares.

É importante ressaltar que a escrita desses trechos está submetida à autoridade etnográfica da pesquisadora, que os redigiu posteriormente à fala dos pesquisados, tendo em vista que no momento o gravador não estava ligado[20].

No entanto, apesar dessa evidente limitação, esses trechos apresentam, de certa forma, como esses idosos encaravam e compreendiam a pesquisadora e o seu trabalho ali. A negociação no campo, portanto, não está condicionada apenas no debruçar do pesquisador sobre os pesquisados, mas ela se estende ao entendimento dos pesquisados acerca da realização de pesquisa e da figura da pesquisadora.

O primeiro relato refere-se à espera do ônibus na porta do prédio onde está localizado o *Setor das Repúblicas* em que todos os moradores

[20] O gravador foi ligado freqüentemente em entrevista com os agentes da prefeitura. No caso dos moradores das repúblicas, o diálogo pouco rendia quando o aparelho era mostrado, com exceção de alguns que apresentaram entusiasmo em tom de admiração ao deparar-se com um aparelho pequeno que gravava sua voz.

aguardavam, de manhã, a saída para o passeio a ser realizado num hotel-fazenda localizado em um município próximo e a agente da prefeitura resolveu apresentar-me àqueles que ainda não me conheciam. Essa fala, portanto, corresponde à perspectiva, e expectativa, de uma funcionária do setor em relação à pesquisadora e à pesquisa.

A próxima refere-se a alguns trechos de uma longa conversa com a uma moradora acerca da experiência de se vivenciar a república de Santos (SP). É importante resgatar o relato da moradora, marcado por visitas a amigos e sobrinhos. Sem a intenção de julgar a moradora ou mesmo sem o objetivo de ir além de seu discurso, esse trecho - como outros expressos por ela ao longo das visitas na república onde morava – foi retificado por uma das agentes da prefeitura. Ao perguntar-lhe sobre casos de namoros de moradores, ela indicou essa moradora pois ela visitava o namorado todos os dias e nos finais de semana viajava com ele. Essa agente relatou-me até que, no início, a moradora teria pedido conselhos sobre se deveria ter relações sexuais depois de viúva.

Esse trecho, portanto, está exposto no sentido de compreender o que era explicitado pela moradora e pela agente da prefeitura à pesquisadora em relação à existência do namorado, mesmo quando a senhora é perguntada ou quando a agente da prefeitura é questionada a respeito das novidades sobre os moradores das repúblicas.

O terceiro caso pontua a impressão de uma moradora que não compreendia "*uma menina bonita e jovem"* ir tão freqüentemente visitar *"os velhos".* Esse discurso pode sinalizar uma representação da figura da pesquisadora, uma expectativa não cumprida do comportamento dessa imagem e uma oposição de termos que distancia a investigadora dos observados: jovem *versus* velho.

Apesar de o antropólogo Peter Gow (2006) estar imerso em outras questões etnográficas, o autor pode contribuir nesta reflexão sobre a interação do antropólogo em campo com os nativos no trecho abaixo:

> "(...). Antes de nos conhecermos melhor, os nativos temiam que eu fosse um poderoso estrangeiro. Ao morar com eles aprendi aos poucos a ouvir com cuidado o que diziam e a agir em relação a eles com respeito, valor altamente valorizado em suas relações

> interpessoais. Ao fazer isso, me disseram mais tarde, havia me tornado "como família", confiável, respeitável e memorável.
>
> Essa experiência pessoal se refletiu em minha posição analítica. Tornou-se claro que as vidas dos nativos do Baixo Urubamba não poderiam ser entendidas em termos de uma oposição entre uma cultura 'tradicional', que estava sendo perdida, e uma cultura 'moderna' que tomara seu lugar. As coisas eram muito mais complexas." (p.202).

Neste sentido, este autor evidencia, explicitamente, a relação entre ser aceito no grupo estudado e o reflexo desse acontecimento em sua posição analítica.

Se as impressões do pesquisador acerca do grupo investigado condicionam a pesquisa sob certo caráter definido a priori –, como era freqüente e pouco questionado na antropologia moderna -, a forma como o grupo pesquisado enxerga e compreende o pesquisador terá implicações em campo e em suas questões teóricas e dados obtidos[21]. Como diriam os antropólogos pós-modernos, a experiência etnográfica desvenda apenas uma realidade parcial. A essa afirmação, poderia ser acrescentada a experiência, a postura e a imagem do pesquisador, a fim de se compreender o alto grau de parcialidade presente em uma pesquisa.

No caso aqui apresentado, sugiro que características atribuídas à pesquisadora pelos pesquisados - evidenciados nos trechos acima - impossibilitaram o desenvolvimento da questão da experiência da sexualidade na velhice, tema presente no projeto de pesquisa inicial, por exemplo. Algumas perguntas foram feitas, a fim de avançar e conseguir atingir à temática, no

---

[21] A professora e antropóloga com formação no campo do Direito, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, ao ser anunciada no campo percebeu conseqüências de acesso a certas questões e espaços, em detrimento de outros, ao longo da sua pesquisa de doutorado. Em suas próprias palavras:
"Essa maneira de eu ser apresentada, de me ser conferida uma identidade que, simultaneamente, igualava-me aos operadores técnicos – advogada- e diferenciava-me deles – socióloga, ou melhor, antropóloga – e mesmo o modo como respondi ao promotor não saíram da minha lembrança, bem como a pergunta formulada por Dona Matilde.
Nos dois casos, registrei, em meu diário de campo, reflexões sobre a relação sujeito-objeto, especificamente sobre minha postura que, certamente, causava interferências nas situações observadas, sem contar o peso que as hipóteses e pressupostos dos quais eu partia estavam tendo na condução do trabalho. Contudo, o que mais me inquietou foi a comparação que o juiz fez entre antropólogos e psicólogos." (SCHRITZMEYER, 2002, p. 02-03).

entanto, o assunto era mudado antes de ser desenvolvido. Apenas uma senhora relatou-me que fora virgem ao longo de toda sua vida e morreria da mesma forma, alegando motivos religiosos e intenção de ser celibatária.

Juventude, beleza e educação[22] eram características mais recorrentes e citadas como valores positivos, os quais não eram percebidos naquele ambiente pelos moradores, o que último trecho sugere. Nesse sentido, se mostra certa incompatibilidade entre o jovem e o velho, características opostas ressaltadas no discurso. Aqui cabe explicitar uma característica presente mas não mencionada: trata-se de uma pesquisadora além de muito jovem, do gênero feminino, o que pode sugerir o fortalecimento da imagem de frágil, inocente e inexperiente. Ou, talvez, simplesmente a quem não se fala a respeito de sexo.

Nessa interação, talvez tivesse a intenção pouco clara dos moradores preservarem distância e diferenças que estavam em jogo, a fim de reforçarem a sua própria imagem de idosos ou velhos, em contraposição à imagem da investigadora.

A forma como fui apresentada ou anunciada, no primeiro trecho, remete a mais um aspecto: inteligente, o que permanece na chave da juventude e beleza. Uma outra forma de se compreender é pensar pela perspectiva da pesquisa como uma atividade da qual resultarão em dados, os quais se reverterão em soluções para o grupo, o que é interpretado como vantagens ao projeto habitacional.

O conjunto de caracterizações atribuídas à pesquisadora corresponde a valores sociais positivos. A relação travada com o grupo pesquisado pode estar permeada pelo termo juventude, que, como já posto anteriormente, é o cerne da disputa acerca do envelhecimento nas repúblicas – e em outras instâncias institucionais em âmbito. A esta imagem também podem ser adicionados adjetivos como inocente ou imatura para certos assuntos, como é o caso da omissão do tema da sexualidade do trecho aqui descrito.

Neste caso, pode-se pensar que a relação observadora-observados está associada à identificação da primeira com a imagem de neta que não vai visitá-los há tempos. Ou, ainda, a menina com quem não podem mencionar certos

[22] Este item será retomado ao descrever a interação entre os moradores nas repúblicas.

temas, a menos que ele se apresente no formato de conselho. Um comportamento freqüente, tanto nos moradores quanto moradoras, foi contar eventos de seu passado, cuja narrativa era concluída com a expressão “se eu fosse você, não faria como eu fiz” ou o contrário: “se eu fosse você, faria dessa forma que lhe contei pois não me arrependo”.

O campo antropológico, ao diferenciar-se do sociológico, salienta o desvendar dos modelos postos pelos nativos, assim como o interesse de pesquisa: decifrar a lógica posta. É, portanto, sob a visão do outro que se debruça o(a) antropólogo(a).

A disputa do que é definido como real também está presente no fazer antropológico. Pode-se pensar na construção do objeto a partir da construção da observação e essa, por sua vez, através da construção do objeto. Este item tentou refletir sobre a construção da pesquisadora em campo e sua relação com o público objeto de pesquisa como um elemento constituinte da construção da observação sob a lógica nativa. Neste caso, a imagem da investigadora pode ser compreendida enquanto a figura de neta. E, a partir daí, as relações constitutivas do campo foram negociadas e uma perspectiva acerca de velhice foi apreendida. Certamente, outro indivíduo naquele mesmo campo sob a mesma perspectiva teórica teria apreendido outros dados etnográficos.

Roteiro da dissertação

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos, nos quais desenvolvo uma discussão sobre diversas instâncias presentes na política pública sob o estudo. No capítulo I discorro sobre o projeto da política. Nele, trabalho com o material de sua idealização, os folders e discursos dos agentes da prefeitura que participaram da fundação da política e idealizaram o projeto social e, ainda, mostro como esse discurso faz parte de uma agenda euro-americano. Nesse sentindo, demonstro que as repúblicas foram fundadas a partir de pilares também presentes em outras instâncias da vida social, como na Gerontologia e em organismos internacionais.

No segundo capítulo, apresento como os discursos dos agentes atuais da prefeitura estão em tensão com os discursos dos agentes iniciais. A idéia é mostrar a distância de concepções de velhices entre essas duas esferas. Por isso, busco explorar a bibliografia sobre as diferentes concepções de velhices.

No capítulo III, exploro a dimensão dos moradores. Devo apresentar o perfil, a partir de entrevistas, e os casos observados durante o campo sobre a convivência entre eles. Nesse item procuro aprofundar o fato de a interação entre eles estar marcada por certa linha invisível que segrega dois grupos, os quais são fundados em trajetórias sociais de capital social, a partir de conceitos de Elias (2000) e Bourdieu (1996). A idéia é demonstrar a heterogeneidade de velhices, em contraposição ao discurso homogêneo do projeto da política.

Finalizo o trabalho com uma reflexão sobre formas de gestar e experimentar as velhices, que são realizados a partir de um processo de redefinições e negociações permanentes de sentidos atribuídos a termos como idoso, autonomia e moradia coletiva.

Nas considerações finais retomo, de forma bastante suscita, as idéias principais desenvolvidas ao longo do texto, com o intuito de costurar os diferentes argumentos e pontuar, de certa forma, a discussão proposta.

Capítulo I: As Repúblicas de Idosos no quadro das políticas para a velhice

Contextualizando as políticas para a velhice

A velhice, como nova questão social, ganhou contornos em diferentes esferas, no Brasil, por meio da implementação da Política Nacional do Idoso (1994) - e, posteriormente, do Estatuto do Idoso (2003) -, da ampliação da Gerontologia e, ainda, da elaboração de políticas sociais, como são as Repúblicas de Idosos de Santos. Isso para se restringir ao âmbito nacional. Pois a discussão também foi consolidada no contexto euro-americano em diversos eventos internacionais. O crescimento do debate em torno da população envelhecida foi possível através das novas concepções sociais atribuídas ao envelhecer, estabelecidas sob certa dinâmica social que revigorou o tema e conferiu-lhe diferentes formas.

No contexto euro-americano[23], a velhice tornou-se uma questão social em meados do século XX. Em cada cenário nacional a discussão desenvolveu-se com contornos próprios, no entanto, eventos internacionais garantiram alguns traços em diversas regiões.

As antropólogas Clarice Ehlers Peixoto e Françoise Clavairollle (2005) discorrem sobre as vivências de pessoas envelhecidas - pessoas de idade, como chamam - em uma cidadezinha a 13 km de Paris, na França, e sua relação com tecnologias. Elas relacionam os fatores geração, gênero e classe social na observação do uso da tecnologia, em muitas vezes, está relacionado

---

[23] O termo utilizado tenta explicitar o universo de produção de símbolos e significados, no qual alguns traços culturais, históricos e políticos são propagados e compartilhados, ainda que essa demarcação seja insuficiente. Essa definição remete à relação de influências geopolíticas e essa foi tentada de diferentes formas. O termo Primeiro e Terceiro Mundos, originários do período da Guerra Fria, ressaltam a dinâmica entre os países certo caráter unilateral e fortemente hierárquico. Esse termo já foi abandonado no debate acadêmico. Ocidente *versus* Oriente remeteria à discussão desenvolvida por Said (1989). Mais do que uma separação geopolítica, o autor defende que se trata de imagens projetadas em que o imaginário cultural ocidental está sendo acionado em relação ao outro e, portanto, o Oriente - como entendido - seria uma invenção do Ocidente. Com o intuito de desviar-me desse debate pouco consensual, optei pelo termo “euro-americano”, em que a relação geográfica é explicitada. A configuração pós-colonial instaura diversas dinâmicas e a perspectiva de que as relações de dominação travadas não são unilaterais, ainda que relações de forças estejam fortemente presentes.

com o diálogo e a interação com as gerações mais novas, através de familiares. As mulheres usam com mais tranqüilidade as máquinas de realização de transações bancárias e de compras, como foi observado ao longo da pesquisa de campo em algumas instituições da cidade, por exemplo.

Os autores também discorrem sobre as políticas públicas locais situadas na política nacional da "gestão da velhice"[24] e como a população envelhecida as utilizam. As relações presentes entre o público e privado ou dos gestores, financiadores e população de idade também são explorados. Nesse sentido, analisam os primeiros indícios de sensibilização de tal Estado com os mais velhos, os quais antecederam à atenção dada de organismos globais:

> "Ainda que na França um dos primeiros sistemas de aposentadoria tenha sido criado no século XVII, para os oficiais da Marinha Real, a formalização da problemática da velhice só apareceu no século XIX, quando foram criados sistemas de aposentadoria controlados pelo Estado, como a Caixa de Aposentadoria para a Velhice (1850) e um sistema unificado de pensões para todos os funcionários públicos (1853). Mas a construção da velhice como problema social só se inscreve na política francesa com o desenvolvimento do trabalho assalariado e a industrialização e, principalmente, com os movimentos operários do final do século XIX, que reclamavam soluções contra a pobreza das pessoas já muito velhas para trabalhar." (PEIXOTO & CLAVAIROLLE, 2005, p.19)[25].

Os sistemas de aposentadoria também estiveram presentes em outros contextos neste período histórico. No entanto, a atenção pública voltada para discussão foi fortalecida com a consolidação do campo de conhecimento voltado para essa temática: a Gerontologia-Geriatria. A partir da fundação de uma disciplina voltada para a melhor compreensão do envelhecimento, sua concepção foi transformada. Critérios, estratégias e estilos de vida foram definidos para se alcançar a velhice ideal.

---

[24] Esse termo é usado por mim e não pelas autoras sobre as quais escrevo.

[25] Vale ressaltar que as citações bibliográficas referidas ao longo do trabalho estão organizadas com espaçamento simples entre as linhas. Trechos de materiais etnográficos terão o espaçamento como o do corpo do texto e retraídos a margem esquerda da página. Os documentos produzidos pelo poder público local mantêm a margem mais central (como a das citações bibliográficas) e espaçamento entre as linhas. E, ainda, as passagens do meu diário de campo estão em itálico. Esses recursos textuais têm a finalidade de diferenciar as fontes citadas e tornar mais clara a leitura do trabalho.

Sociedades de Gerontologia foram organizadas em diferentes países e eventos eram realizados a despeito de traçar estratégias focadas em resoluções para velhice, já que essa era tida como um problema social *a priori.* (COHEN, 1994).

A Organização das Nações Unidas (ONU) sugeriu aos seus países membros que adotassem 1982 como o Ano Internacional do Idoso e promovesse o debate sobre o tema. Nesse contexto, foi realizado o primeiro evento de organismos políticos internacionais voltados para a questão da velhice, distante da concepção de asilamento, deterioração e doença, chamado de *I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento*, realizado em Viena no mesmo ano (BELO, 2002).

A antropóloga Andrea Lopes (2000), ao examinar a constituição e a trajetória da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG), explicitando suas estratégias para se ganhar visibilidade e legitimidade social, menciona a participação nacional nesse evento:

> "De acordo com um dos entrevistados da segunda geração [da SBGG] iniciou-se um movimento mundial de sensibilização para a questão do envelhecimento, de caráter multidisciplinar, a fim de unir forças e promover a AME [Assembléia Mundial de Envelhecimento], em 1982. Os folhetos de divulgação do evento estampavam o tema "A Era do Envelhecimento: 1975-2025". O Brasil não ficou para trás e, estimulado pelas iniciativas das organizações internacionais da época, promoveu em Brasília, entre os dias 4 e 7 de outubro de 1976, por meio da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), um Seminário Nacional intitulado 'Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil'." (p.121).

Em 1991, as Nações Unidas aprovam os princípios em favor das pessoas idosas formulados em torno de cinco eixos: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade. (BELO, 2002). O ano de 1999 é dedicado pela ONU às pessoas idosas com o tema *Uma sociedade para todas as idades*. Em 2002, se realiza a *II Assembléia Internacional sobre o Envelhecimento*, com o objetivo de examinar os resultados da *I Assembléia* e aprovar as revisões do *Plano de Ação*. (BELO, 2002).

A legitimação da disciplina científica no Brasil e os eventos euro-americano ocorreram num processo concomitante (LOPES, 2000), no qual o

novo modelo de velhice foi pautado sob os mesmos supostos. A partir desse panorama, políticas nacionais são construídas baseadas nas diretrizes internacionais difundidas.

O discurso de atividade das décadas de 1970 e 1980, marcado por certa homogeneidade, acompanhado por políticas públicas é fundamental para a consolidação das novas representações sobre velhice. O primeiro discorre sobre estilos de vida e comportamentos para uma velhice bem-sucedida. As políticas públicas tratam de implementar programas para colocar em prática tal discurso. A formação de um corpo técnico acerca da velhice constitui um conjunto de informações para a realização da velhice positiva. A partir da difusão de informações e divulgação na mídia, dessa nova concepção, o idoso é identificado como sujeito de sua velhice, como único responsável por transformá-la em uma nova juventude, independente de sua idade cronológica (DEBERT, 1999). Nesse sentido, para além de consistir, a partir de então, foco de atenção pública, são atribuídos ao conceito de velhice novas conceituações e paradigmas.

Na obra organizada pela Anita L. Neri (2005), "Palavras-chave em Geronotologia", termos importantes da disciplina são sistematizados e definidos. Na tentativa de melhor compreender ao que se refere esse novo conceito de velhice, exponho abaixo o verbete "velhice bem-sucedida":

> "O termo ***velhice bem-sucedida*** apareceu na Gerontologia nos anos 60, associado a uma importante mudança ideológica ocorrida no campo, que consistiu em considerar que a velhice e o envelhecimento não são sinônimos de doença, inatividade e contração geral no desenvolvimento. Desde então, a Gerontologia passou a investigar também os aspectos positivos da velhice, o potencial para desenvolvimento que é resguardado pelo processo do envelhecimento e, principalmente, a heterogeneidade, a multidimensionalidade e a multicausalidade associadas a esse processo.
>
> Não existe uma definição única para ***velhice bem-sucedida***. É importante lembrar que qualquer definição de sucesso leva em conta um critério de comparação. Adicionalmente, é preciso incluir a idéia da heterogeneidade da velhice, vista como fenômeno não só biológico, mas também construído socialmente." (p.211).

Nesse trecho, a autora, ao tratar da emergência do termo, indica a trajetória da disciplina e suas perspectivas teóricas, o que possibilita sinalizar o

cenário do contexto euro-americano para vislumbrar, em outros campos, uma nova concepção de velhice e aos valores a ela associadas.

É importante não perder de vista que o campo da Gerontologia torna-se um campo de disputa[26] na definição da última etapa da vida, na delimitação de fatores importantes para se conservar ou se evitar ao longo da vida para que se atinja uma velhice adequada.

A classificação de elementos que devem – ou não - ser valorizados aponta para uma dinâmica própria em que vários elementos estão sendo acionados. A definição dos cinco conceitos pilares para a constituição do novo modelo de velhice está atrelada a outros contextos sociais em que a questão da velhice está inserida. Nas palavras da antropóloga Andrea Lopes (2000) fica claro que não são apenas critérios na definição da velhice ideal postos em jogo mas outros campos científicos também são acionados na consolidação da disciplina :

> "Sem dúvida, não podemos negar o aumento relativo da população acima dos 60 anos nos últimos tempos e com isso a justificativa de investimentos no sentido de entender melhor essa população específica, mesmo que para isso fosse necessário a constituição de uma especialidade. Mas é importante tomarmos certos cuidados em afirmar que a Gerontologia nasceu do simples aumento do número de idosos e para o suprimento de suas demandas, pois, ao menos no Brasil, ainda hoje uma das estratégias mais usadas por estudiosos e pesquisadores do envelhecimento para sensibilizar a opinião pública e as autoridades para obtenção seja de verba, seja de legitimidade para gerenciar as questões relativas ao envelhecimento, são as projeções estatísticas que demonstram um aumento crescente no número de velhos, os quais *'irão devastar os recursos financeiros dos países, caso decisões importantes não sejam tomadas imediatamente*' – de acordo com o discurso de muitos especialistas, conforme documentos levantados, ao longo da trajetória da SBGG. Acredito que o apelo aos números tenha sido uma das estratégias para conquistar espaço e legitimidade já nos primeiros tempos da entidade, como também para fortalecer a velhice como questão pública.
>
> Diante de tal contexto e das estratégias utilizadas, os novos especialistas em envelhecimento reivindicavam uma fatia do

[26] Bourdieu (2005) desenvolve a idéia de que a consagração no campo científico dá-se pelo reconhecimento de cientistas, os quais estão em altos postos na hierarquia científica, já que a ciência é um campo de lutas e de disputas de poder. Ele analisa as relações de competitividade na produção de conhecimento, este enquanto poder, prestígio e status social.

> mercado até então pertencentes às especialidades já estabelecidas. Por sua vez, apesar das resistências existentes, a parceria com a universidade era importante na medida em que ajudava a legitimar a presença desses novos especialistas no mercado, pois ela possuía autoridade para selecionar quem desenvolvia ou não um trabalho sério com a velhice ou com o tema do envelhecimento." (p.90-91).

Ou ainda:

> "Atualmente, ainda é difícil ter segurança para afirmar se a Gerontologia constitui-se em um campo científico no Brasil. Contudo, os recentes debates no interior da SBGG indicam que caminhamos nesta direção porque esta entidade é um campo de disputa, o espaço de jogo de uma luta concorrencial, onde o monopólio da competência e da autoridade científica estão em constante disputa. Essa disputa visa tanto a aquisição de capacidade técnica e poder social, como a capacidade de falar e de agir legitimamente em função de uma autoridade que é autorizada apenas a agentes determinados." (p.182-183).

As novas concepções de velhice e o fortalecimento da Gerontologia acarretam em visibilidade pública e concretização de práticas sociais. A Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) são exemplos dessas ações no Brasil[27]. A partir de então, ou concomitantemente, políticas públicas foram idealizadas e praticadas em diversas regiões do país. Essas obedecem às diretrizes desses documentos de abrangência nacional, os quais, por sua vez, estão pautados pelos documentos internacionais produzidos nos congressos e seminários de instituições internacionais de foco da pessoa idosa. Por isso, pode-se afirmar que se trata de um movimento do mundo euro-americano. Nas palavras de Lopes (2000) pode-se observar as interferências dos eventos internacionais promovidos pela ONU:

> "Na América Latina, de acordo com o depoimento de um dos presidentes da primeira geração [da SBGG], a Argentina foi o primeiro país a criar, logo após a fundação da IAG, uma entidade científica para o estudo do envelhecimento. Assim, podemos perceber que, a partir da década de 1950, a Gerontologia passa a fazer parte do cenário mundial e os temas e as preocupações

[27] É importante lembrar que o país na década de 1980 encontrava-se em seu processo político de redemocratização e em 1988 foi instituída a Constituição Federativa Brasileira. Essa representou o reconhecimento pelo Estado de direitos e cidadania à população brasileira. Na década de 1990 instrumentos jurídicos voltados a grupos minoritários também são instituídos, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

> debatidos nos congressos internacionais começam a influenciar cada vez mais os profissionais e as autoridades que participavam desses encontros.” (p.84).

Nesse sentido, a disciplina científica e o problema social constituem-se mutuamente e cada um sustenta e viabiliza o outro, bem como as instâncias da academia e da ação pública que se confundem na dinâmica social. Ainda nas palavras da antropóloga fica claro que a questão ganha visibilidade pública ao longo de extenso período de investimentos:

> “A desvantagem inerente ao adversário, no caso a dos *gerontólogos*, dizia respeito ao momento pelo qual a especialidade passava e à própria visibilidade da velhice na época. Além da falta de um patrocinador estável para impulsionar suas iniciativas, a Gerontologia entendida como uma ciência multidisciplinar, na metade da década de 1980, ainda carecia de um corpo de conhecimentos sistematizados que a impulsionasse ao *status* de ciência no Brasil; fatores que enfraqueciam o espaço dos outros profissionais dentro da SBGG. Com relação à velhice, então, apesar de nos países desenvolvidos uma preocupação com as questões sociais do envelhecimento já virem sendo levantadas desde a década de 1970 com mais intensidade pelas organizações e entidades científicas, a questão da velhice como um problema social ainda não possuía tanta força de pressão como outras demandas sociais prementes na época.” (Lopes, 2000, p.158).

No entanto, todos os contextos não são homogêneos e nem sempre obedecem aos órgãos internacionais. A idéia foi muito bem aceita pelo mundo euro-americano, em contrapartida, na Índia a proposta gerontológica não foi absorvida pela população envelhecida. Ao discorrer sobre a inserção da gerontologia euro-americana na Índia, Cohen (1998) aponta que o modelo de velhice bem-sucedida foi negociado apenas pelos mais jovens, os quais passaram a pautar seus estilos de vida para se alcançarem a velhice ideal em anos (ou décadas) futuros. Por outro lado, os mais velhos não se reconheciam no modelo proposto. A partir desta obra é possível descortinar a heterogeneidade das realidades de velhices.

Na esfera nacional, tais valores são compartilhados, como são ressaltados pelo modelo de velhice tido como ideal. Como já foi explicitado, o Brasil foi um dos países que participaram da agenda da ONU e da expansão da Gerontologia no campo acadêmico. No esforço de se apreender o

alargamento de espaço de práticas na expressão do novo conceito de velhice e os aparatos institucionais em defesa da população envelhecida é possível observar na seguinte citação:

> "Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso
>
> Reconhecendo o processo de envelhecimento populacional no Brasil e as demandas geradas por esse fenômeno, foi promulgada legislação específica para esse segmento etário, a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que trouxe nova perspectiva para o atendimento ao idoso e nova forma de encará-lo, considerando-o como um cidadão com direitos e deveres e pessoa em desenvolvimento, apta a se cuidar e a se governar. Constitui um marco, chamando atenção para o fato de o tema velhice ser pertinente a toda a sociedade. Tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade." (BORGES, 2005, p.160).

A institucionalização da Gerontologia brasileira é parte desse processo de compreender a velhice como problema social e suas ações, confundidas com as do Estado, e recebe influência do cenário mundial, como Lopes (2000) bem sintetiza ao tratar as SBGG:

> "Ainda na década de 1970, o tema já havia tomado oficialmente dimensões internacionais. Por volta de 1976, o governo brasileiro inaugurou uma série de discussões a respeito do envelhecimento de sua população e, por intermédio de uma parceira entre órgãos públicos e entidades particulares, lançou, em grande parte do país, um programa de treinamento de pessoal, com a proposta de qualificar os recursos humanos disponíveis no trato com a população mais velha. A SBGG, ao ser convocada para esse debate, estabeleceu uma primeira parceria efetiva com órgãos do Estado.
>
> Com essa parceria, a entidade, ainda predominantemente médica, passou a perceber o caráter multidisciplinar que a abordagem do envelhecimento havia adquirido e, partir da década de 1980 – cedendo a uma pressão já existente em seu interior -, abriu as portas para profissionais de outras formações que não a Medicina.
>
> A entrada de outros profissionais em uma entidade originariamente médica acabou por gerar uma série de disputas por espaço. Em geral, uma polêmica sempre muito presente dizia respeito à forma de abordar o envelhecimento. Em decorrência do predomínio, até então, de modelo médico-assitencialista de tratar o envelhecimento, como forma também de delimitar e fortalecer o saber geriátrico que estava sendo proposto, a velhice era concebida como um conjunto de experiências homogêneas, vista apenas como um período de perdas e decadência física. Diante disso, parte dos

> geriatras fazia muita resistência às propostas e iniciativas de outros profissionais em reavaliar as concepções sobre o envelhecimento." (p.190-191).

Ainda no esforço e se apreender a ação social do Estado nesse processo, Silvia Maria A. dos Santos (2003) denomina a volta do cuidado do idoso para o âmbito privado de *reprivatização do cuidado*, derivando do conceito *reprivatização da velhice* de Debert (1999). Segundo Santos, a Política Nacional do Idoso, descrita na Lei 8.842/94, "propõe priorizar o atendimento aos idosos por intermédio de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar. Verifica-se, então, a oficialização da reprivatização do cuidado e o retorno à família da responsabilidade de cuidar de seus idosos." (2003, p.24). Em conseqüência, a velhice acamada deixa de ser tema público e o Estado deixa de garantir direitos sociais a esses cidadãos[28].

Por outro lado, no Brasil, também, em 2003 foi promulgado o Estatuto do Idoso o qual foi concebido como documento jurídico que reconheceria e legitimaria os direitos dessa população. Nesse, o indivíduo envelhecido tem seus direitos garantidos por instâncias com a família e o Estado. Como consta no "Titulo I: Disposições Preliminares":

> "Art 3° É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária."

A constituição das repúblicas de idosos e o panorama euro-americano no que se refere à velhice – consolidação da Gerontologia e Geriatria e a agenda de políticas públicas – possuem semelhanças em traços ideológicos. Na verdade, os princípios ideológicos que fundam e sustentam as repúblicas estão relacionados com noções expressas no contexto internacional.

---

[28] Segundo Belo (2002), a população envelhecida é apontada como causa da desestruturação de um sistema de segurança social do Estado do bem-estar social, mas pouco se compreende que se trata de um percurso social e histórico que vem sendo traçado e, portanto, esse modelo talvez não sirva mais.

Santos na gestão da velhice

Além de Santos encontrar-se em evidência quando a pauta é o crescimento de índices demográficos da população idosa - a partir de sessenta anos, segundo o Estatuto de Idoso (2003) –, a escolha do município para estudos de significados de velhices dá-se pelo fato das últimas administrações da cidade debruçaram-se sobre essa questão, planejarem e realizarem um programa extenso que valorize o município para recepcionar e gestar essa população[29], instaurando-a no estatuto de problema social, no qual o poder público deve se atentar (LENOIR, 1979).

O cuidado com o idoso é iniciado no governo de Telma de Souza, do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 90[30]. E ainda que as gestões municipais seguintes tenham sido muito diferentes, a organização e planejamento de ações públicas voltadas para os idosos tiveram concentração e força em todas as administrações seguintes.

A atenção pública para a terceira idade[31] é incentivada pela constante procura da região por idosos do estado de São Paulo para se viverem após aposentados. Sem a intenção de localizar a origem do discurso, esse é organizado por argumentos como melhores condições de saúde ao corpo envelhecido pela presença do mar, terreno plano e maior contato à natureza. Além disso, são valorizados fatores como a presença de infra-estrutura urbana vinculada à tranqüilidade de cidades menores. Se tal discurso foi originário de

---

[29] O esforço de promover a imagem da cidade associada ao cuidado e à atenção à população idosa também pode ser observado no conteúdo das placas de inauguração das repúblicas *Renascer* e *Vitória* assinadas pelo prefeito: "Ao entregarmos mais esta República para Idosos confirmamos a vocação desta Administração pelo social, ampliando o atendimento à população e consolidando o efetivo desenvolvimento." E na segunda consta: "A inauguração desta nova República para Idosos traduz a atenção da Prefeitura com o bem-estar de sua população, por meio de investimentos na área social, garantindo um excelente patamar em qualidade de vida." As imagens dessas placas constituem anexo 05.

[30] As primeiras ações municipais voltadas para a população envelhecida no município foram a criação do Núcleo de Atendimento ao Idoso (NAI) e, em sequência, o Centro de Convivência da Terceira Idade 'Vida Nova', inaugurada em 18 de abril de 1991 (MATHIAS,1996). A gestão da prefeita Telma de Souza foi realizada entre 1989 a 1992.

[31] 'Terceira Idade' é um termo muito utilizado nos documentos da prefeitura municipal, como pode-se observar, por exemplo, o nome do centro de convivência voltado a esse grupo: Centro de Convivência da Terceira Idade 'Vida Nova'.

discursos geriátricos que apontam a cidade como propícia para se viver quando envelhecido, do poder público que objetivava receber essa população ou dos aposentados que realizavam essa escolha, a questão é que a grande parte da população idosa do município veio de outras regiões do estado ou do país em busca de qualidade de vida. Vale ressaltar que em meados de 2006, na pesquisa do "Núcleo de Gestão Municipal do Instituto Pólis", Santos ganha o título de cidade com o mais alto índice de qualidade de vida em âmbito nacional[32].

Como é apontado na dissertação da socióloga Juliana Oliveira (2007), grande parte da economia imobiliária do município é propulsionada por aposentados. Apesar de não ter sido o objetivo dessa pesquisa, foi possível visualizar que os idosos estão entre os que conseguem ocupar e permanecer nos melhores setores residenciais da cidade.

A união do discurso geriátrico-gerontológico, da ação do Estado e das escolhas dos idosos resultou na fama de que a cidade prima e valoriza sua população idosa nas duas últimas décadas[33]. É a compreensão desses elementos relacionados que pretendo explorar na pesquisa de campo realizada na política pública.

Em contramão à valorização da cidade como lócus privilegiado para uma velhice positiva e o destaque para as políticas que o poder público local promove, a mesma socióloga, que discorreu também sobre essa cidade, aponta para a insuficiência de investimentos sociais, em âmbito nacional, em saúde e aposentadoria. Segundo Oliveira (2007), os serviços prestados à comunidade santista não atendem suas demandas básicas e não as

---

[32] Disponível em http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2571. Acesso em 20 de dezembro de 2008 as 21h.

[33] No folder de divulgação do 11°Encontro Santista da Terceira Idade, em 2005, consta nas palavras do prefeito João Paulo Tavares Papa: "Santos é considerada a Capital Nacional da Terceira Idade. Temos um número expressivo de habitantes com mais de 60 anos, atraídos pelas belezas naturais e hospitalidade do povo santista. Também oferecemos um diferencial que muito nos orgulha: uma eficiente estrutura de serviços, garantindo o atendimento que os idosos precisam e merecem. Seja na prevenção e assistência em saúde, nas inúmeras opções de lazer, esporte, cultura ou no atendimento social, nossa cidade dispõe de ampla rede de serviços públicos, reconhecidos em todo o país. Estamos trabalhando para tornar nossos serviços cada vez mais humanizados e eficientes, valorizando a experiência e a sabedoria dos idosos. Afinal, é com eles que aprendemos a construir uma sociedade mais harmônica e feliz." (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2005, contracapa).

substituem. Nesse sentido, essas políticas municipais não estariam suprindo necessidades ou contribuindo para melhoria de qualidade de vida para a população idosa carente desses serviços, o que representa apontar insuficiência e falta de sensibilidade do poder público local, observações muito distintas daquelas apresentadas pelos agentes da prefeitura que reconhecem insuficiência pela necessidade de ampliar os serviços oferecidos, os quais são reconhecidos como bem-sucedidos. Em suas palavras:

> "Em Santos, a tendência de concentração social dos idosos nos bairros ricos da cidade e as localizações urbanas de idosos fazem a propaganda da melhor cidade para a "terceira idade", mas mascara a existência de uma velhice sofrida em bairros pobres. Minoria numérica que são, escondidos nos cortiços da região central da cidade, ficam ainda menos visíveis, carecendo de condições mínimas de sobrevivência - uma aposentadoria digna, atendimento rápido e suficiente em postos de saúde, etc., mais urgentes que bailes na praia e ginástica[34]. E mesmo nos bairros "intermediários" (geográfica e economicamente), muitos idosos que freqüentam regularmente os bailes e a praia não têm condições de ter um bom convênio médico e não contam com atendimento emergencial satisfatório dos hospitais da cidade.
>
> Ainda assim, por terem saúde para sair de casa, estão em plena atividade, trabalhando, freqüentando a praia e os bailes. É a necessidade de continuar em frente que não impede aqueles que têm autonomia física de buscar diversão e amigos. Ao contrário, é para esquecer os problemas do lar que muitos saem e aproveitam os encontros – na rua, na praia, na praça ou simplesmente fora de casa - que, na maioria, ainda são de graça. E a produção de localizações urbanas de idosos continua a acontecer." (OLIVEIRA, 2007, p.185).

As noções fundantes do projeto "República de Idosos"

Novos paradigmas, a partir da pesquisa de campo, revelaram-se necessários para o desenho da nova configuração, não apenas no que concerne à pessoa envelhecida mas, sobretudo, no modo de idealizar e aplicar

[34] Nota pertencente à citação de Oliveira (2007): "Mas, a nosso ver a melhoria das condições de vida dessa população depende não só de ações setoriais (política para idoso) mas também da melhoria dos serviços públicos essenciais à toda a população, como a saúde e a habitação, e fundamentalmente, de uma melhora dos vencimentos da aposentadoria – políticas públicas que extrapolam o âmbito municipal."

políticas sociais voltadas à velhice. Essa se refere à ótica de uma funcionária da secretaria de saúde do município de Santos durante esse período de transição e implementação de modelos de políticas públicas tidas como inovadoras, em entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2005. Ela enfatiza a relação entre as transformações da imagem do idoso na cidade e as mudanças realizadas nas ações sociais do município voltadas à velhice.

Como lembra essa funcionária, Santos foi uma das primeiras cidades brasileiras a extinguir seus manicômios no movimento pela desinstitucionalização das políticas de saúde mental em meados da década de 1990, aproximadamente. O "louco", antes considerado como paciente sem perspectivas de melhoras, constantemente sedado e institucionalizado em hospícios, passou a ser compreendido como protagonista na vida social e tornou-se sujeito portador de direitos e apto a exercê-los. As condições de cada interno passaram a ser estudadas e, em muitos casos, a institucionalização deixou de ser necessária, sendo substituída pelo acompanhamento em clínicas psiquiátricas.

A atribuição de *autonomia*[35]*,* permitindo converter o paciente em sujeito, tornou-se um recurso no cuidado psiquiátrico. Segundo a agente da área de saúde mental, a relação com o outro estigmatizado enquanto incapaz foi alterada na perspectiva dos agentes da prefeitura envolvidos com tais discussões, o que teria proporcionado o desenvolvimento de novas experiências, inclusive na área social.

A atribuição de autonomia tornou-se um direito dos usuários dos serviços de saúde mental, bem como um recurso para a sua recuperação. Essas novas experiências na área social são motivos de grande orgulho e confiança dos agentes da prefeitura local no interesse e eficácia de políticas de inclusão comprometidas com a promoção social, particularmente quando a gestão pública esteve a cargo do Partido dos Trabalhadores (PT)[36].

---

[35] *Autonomia* trata-se de uma categoria êmica na definição de indivíduos capacitados física e psiquiatricamente, referindo-se a transformação da condição das categorias tidas como excluídas. O termo atribui novo sentido a esses grupos sociais que tornam-se a serem compreendidos de forma contrária à passividade e marginalizados. Nos próximos itens discorrerei mais detidamente nessas categorias em jogo nesse momento histórico mas, também, posteriormente: na fundação das repúblicas.

[36] A administração pública do município de Santos foi governada de 1989 a 1992 pela advogada Telma de Souza (PT) e, posteriormente, pelo médico-sanitarista David

A obra de Lancetti (1996), formado por vários artigos de agentes da prefeitura nesse tom de deslocamento e transformações de categorias, no município de Santos, revelou o fervor daquele momento em que as inovações na área da assistência social, inclusive com a criação de uma secretaria para esse campo, estavam sendo postas em prática com novos projetos sociais sendo implantados. Segundo os autores dos diversos textos que compõem essa obra, os diferentes projetos sociais são considerados inovadores e representam certa ruptura no trato com as populações tidas como marginalizadas. Tendo em vista que os autores participaram ativamente dessas políticas locais, cabe ressaltar que tais concepções fazem parte de seu imaginário enquanto agentes e ideólogos políticos. Ou seja, os textos são construções de verdades em que tal governo é valorizado. Isso não desqualifica o discurso, apenas situa de onde tais locutores estão partindo.

A transformação da concepção de "enfermo" foi deslocada a outras categorias, como é o caso dos idosos, que nesse momento ainda não tinha tal termo consolidado no âmbito da prática social e o mais usado era terceira idade, como relatou uma agente da prefeitura atuante no município nesse contexto. Foi nesse cenário em que as repúblicas foram idealizadas e fundadas. Tal como o louco, o idoso foi convertido em um sujeito capaz de protagonizar sua vida, deixando de lado sua condição de enfermo, acamado e excluído dos processos sociais.

O *Movimento da Terceira Idade* atuava em instituições particulares - como os clubes e outros espaços de atividades formados pela população envelhecida - e não havia nenhum projeto da prefeitura destinada a tal população. Tal movimento apresentava como reivindicação "a conquista de seus direitos: o respeito da sociedade, o reconhecimento da sua experiência e o exercício de sua cidadania" (MATHIAS, 1996, p.92). Para tanto, foi fundado o Centro de Convivência (Cecon) Vila Mathias da Terceira Idade no qual o trabalho era desenvolvido no sentido de proporcionar a valorização de tal população. Posteriormente, em 1996, foi criado o Centro de Convivência Isabel Garcia.

Capistrano. As duas administrações estão vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de então, o Beto Mansur (PMDB) assumiu dois governos consecutivos, de 1997 a 2000 e, então, 2001 a 2004. Posteriormente, seu sucessor João Paulo Tavares Papa (PMDB) foi eleito também duas vezes – em 2005 e em 2009.

Inicialmente as instalações dos Cecons representavam uma tentativa de transformar a população idosa em atuante e protagonista. Acreditava-se que tais centros tivessem o caráter preventivo ao asilamento, como afirma a psicóloga e agente atual:

"O Cecon é uma prevenção, previne quando você dá lazer, você tá prevenindo o isolamento, tá prevenindo os atritos familiares - digamos assim - 'vem pra cá', convivem com pessoas da mesma idade, trocam experiências, fazem suas atividades, namoram, enfim, é prevenção." (Catarina)

O contexto local de políticas públicas de critica à institucionalização e valorização da *autonomia*, bem como de tentativa de transformação da população vítima de exclusão em protagonistas da sociedade marcaram o tipo de abordagem que as prefeituras petistas procuravam operar em Santos e sua compreensão sintetiza o panorama geral em que as repúblicas de idosos foram fundadas. Alguns agentes atribuem às mudanças ao fevor vivenciado naquele momento histórico e, por outro lado, outros reforçam a importância do partido como pólo ideológico.

Notas sobre a fundação das repúblicas

> "A República Bem-Viver surgiu como um contraponto ao asilamento e como resposta à difícil situação de moradia de que muitos idosos padecem.
>
> Ela foi resultado de dois encontros municipais promovidos pela Secretaria de Ação Comunitária, através dos Centros de Convivência da Terceira Idade Vida Nova e Isabel Garcia, que ocorreram em 1994 e 1995. (...)
>
> Dessa parceria surgiu o Projeto Piloto, efetivado em 1996, propiciando aos idosos condições para se organizarem no sentido de amenizar não apenas seus problemas de moradia, mas também de dificuldade financeira para sua sobrevivência e de inexistência de familiares ou de forma alternativa de amparo. Essa nova forma coletiva de convivência estabeleceu uma rede de apoio (do poder

público e da comunidade) que veio romper com o padrão cultural, pelo qual o mais velho é estigmatizado e colocado à margem da sociedade, ou, quando muito, se torna objeto de práticas asilares, em que os direitos humanos básicos são desrespeitados.

Através da República, pretende-se que os mais velhos tenham ampliados seus sentimentos de contentamento, felicidade e afeto e que haja diminuição dos sentimentos de abandono, tristeza e amargura pela melhoria da qualidade de moradia e da própria vida. (...).

Nessas reuniões, as vinte pessoas presentes expuseram seus problemas e discutiram possíveis soluções, entre elas o Programa de Locação Social, que possibilitaria a viabilização do desejo de residirem sozinhos adquirindo a casa própria ou pagando um aluguel reduzido. Na oportunidade, foi formada uma comissão com nove representantes que iriam à COHAB, a fim de obter maiores informações." (TESTA, 1996, p.98).

Segundo os relatos de idosos e agentes da prefeitura, a idéia da fundação das repúblicas surgiu a partir de um grupo de idosos com problemas de moradia que se reuniram e nos dois *Encontros Municipais de Idosos*, em 1994 e 1995, organizados pela então Secretaria de Ação Comunitária (SEAC)[37], elaboraram o projeto de repúblicas, juntamente com assistentes sociais do município. E em 1996, com parceria da prefeitura e da COHAB santista, foi fundada a primeira república chamada *Bem-Viver*, na qual abrigava homens no primeiro piso e mulheres, no segundo. Posteriormente, fundou-se a *Fraternidade* em 1999 e, mais recentemente, *Vitória* e *Renascer* em 2000, nas quais moram homens e mulheres e os quartos são divididos para dois do mesmo sexo. E o primeiro andar da primeira república foi desativado por conta de desgastes na infra-estrutura física depois de alguns anos em funcionamento.

[37] Lembrando, mais uma vez, que a Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania que a partir de 2006/2007 passou a ser denominada como Secretaria de Assistência Social (SEAS). Portanto, nesse debate preservo a denominação usada durante o campo.

No documento da Secretaria de Ação Comunitária intitulado “Projeto Seção de Atenção à Pessoa Idosos – SAPI”, de outubro de 97/98, consta no item “Pressupostos Básicos” as noções norteadoras que sustentam as políticas voltada à população envelhecida santista as quais residem em:

> “1. Defesa dos direitos da pessoa idosa; 2. Manutenção do poder social; 3. Garantia da autonomia; 4. Manutenção dos vínculos familiares; 5. Fortalecimento da auto-estima; 6. Respeito à individualidade; 7. Incentivo à luta pelos direitos sociais básicos; 8. Prevenção ao asilamento e isolamento social; 9. Qualidade de vida do idoso institucionalizado ou não.” (p.06)

Trata-se de um documento anterior à etnografia realizada que se aproxima do período em que a república foi implementada. Nesse trecho, termos semelhantes relacionados à *autonomia* atribuída ao louco também estão presentes, como *direitos, poder, auto-estima, individualidade* dentre outros. Tais elementos são relacionados ao contexto político do país por um psicólogo, agente antigo, que participou do processo de fundação das repúblicas, em entrevista[38], na mesma linha argumentativa da agente da secretaria de saúde:

“Com a democratização do país e as reformas da democratização e todo o arcabouço constituinte, toda legislação no sentido de democratização do país. Isto também que atravessa as instituições. Em Santos, tinha um manicômio e se deram algumas condições políticas que permitiram sua extinção. Isso não se ocorreu de uma maneira uniforme em todos os locais do país, em todos os estados ou cidades do país. Em Santos, tem gente que reivindica que foi a primeira cidade que extinguiu seus manicômios, não tem manicômios em Santos.” (Pedro)

[38] Os trechos das entrevistas foram transcritos na tentativa de preservar os termos empregados na fala do entrevistado. O intuito era preservar a oralidade. Por isso, alguns verbos aparecem, algumas vezes, contraídos como na oralidade.

Tais aspectos, que remetem a uma nova forma de perceber grupos sociais tidos como minoritários, também podem ser percebidos nos diferentes relatos, coletados através de entrevistas gravadas, sobre a fundação das repúblicas:

"A gente reunia, uma vez por ano, os idosos para discutir os problemas da pessoa com mais de sessenta anos. E a gente dividia em grupos e cada grupo discutia um tema. (...). No II Encontro nós discutimos, por exemplo, o problema da habitação. E, apareceu como proposta a implantação de uma república para idosos enxutos. Era assim: república para idosos enxutos, que é idoso que tem autonomia, que saiba gerenciar sua vida sozinho e tal.
Aí, eu, enquanto assistente social, e ela (...), enquanto psicóloga, nos reunimos e começamos a pensar como fazer. Porque, a gente não tinha nenhuma referência. A única referência que a gente tinha era a república de estudante. Então, nós elaboramos um projeto e começamos a fazer o levantamento nos centros de convivência daquelas pessoas que tinham problema de moradia: quem morava a favor, quem morava em cortiço, quem morava e não podia pagar condomínio." (Laura)

> "Uma vez selecionados, os contemplados passaram a se reunir semanalmente com as equipes, recebendo auxílio instrumental: informação, aconselhamento, ajuda em tarefas organizacionais (regulamento, distribuição de tarefas, etc.) e socioemocional.
>
> (...). Em 26 de setembro de 1996, foi inaugurada a República da Terceira Idade Bem-Viver, com uma coesão e organização coletiva significativas. O grupo elegeu um síndico e discutiu todas as pautas de convivência.
>
> (...). Exemplo disso foi a cooperação de comerciantes da cidade e de munícipes solidários, que doaram os móveis e os aparelhos eletrodomésticos para a nova casa.
>
> Esta *invenção* mostrou para a cidade e para o país que é possível criar uma organização coletiva, baseada na solidariedade, na cooperação, no respeito aos mais velhos, na confiança em sua sabedoria e no direito à moradia." (TESTA, 1996, p.99)

Aqui é interessante notar que os detalhes de tal implantação e o processo de sua realização não culminaram de forma direta e precisa na configuração atual das repúblicas, mas através de conflitos e negociações.

As repúblicas foram pensadas em oposição às instituições asilares, como podemos observar nos trechos acima, bem como à moradia anterior desses idosos que são citados como vaga num quarto, cortiço, aluguéis caros ou casas de familiares nas quais não se 'sentiam a vontade', como vários moradores definem. Essa política foi pensada, portanto, a partir de parâmetros que fossem para além de elevados preços, de liberdade limitada e ressaltam, em diversos contextos e documentos, a importância da preservação da *autonomia*.

Transcrevo a seguir, mais detidamente, trechos de entrevistas de três agentes que participaram desse processo de formulação das Repúblicas de Idosos. Tereza era coordenadora de Assistência Social da Pessoa Adulta e Idosa da Secretaria da Ação Comunitária (SEAC) da prefeitura municipal e presidente do Conselho Municipal do Idoso do município. Laura trabalhava no projeto *Vovô Sabe Tudo*, no qual idosos exercem alguma atividade de ensino a diferentes gerações, em troca de um salário-mínimo. E Pedro estava na Seção à Atenção à Pessoa Idosa, onde a população recorria para reclamar e acusar agressões e violações.

*"*Eram dois centros de convivência Vida Nova e Isabel Garcia, (...). Os usuários dos Cecons apresentavam problemas de moradia. Então, eles foram agrupados e noticiaram para tentar saber o que poderia ser feito, iniciou-se assim o Movimento Pró Moradia. Em paralelo a isso, estava acontecendo o I Encontro Santista da Terceira Idade, no qual também foram discutidos os problemas de moradia e surgiu daí a idéia da república, a partir deles mesmos. As assistentes sociais municipais, para viabilizar a proposta, procuraram ajuda da COHAB santista. Tal instituição tinha o projeto de Locação Social para abrigar famílias. Por isso, eles tinham uma casa localizada na rua Emílio Ribas, doada pela fundação Mahfuz, no entanto, ela não apresentava infra-estrutura adequada para o destino de famílias. Por isso, essa mesma casa foi adaptada

para a população idosa e surgiu o Projeto de Repúblicas da prefeitura municipal em parceria a COHAB.” (Ana)

“Então, a gente fez uma ficha de entrevista, avaliação, a gente fez visita domiciliar a cada um para ver a situação de moradia, a gente estabeleceu alguns requisitos. Então, tem que ser munícipe – tinha que morar em Santos -, tinha que ganhar de um a três salários mínimos, não ter família em Santos ou se tivesse família em Santos, que os laços tivessem estremecidos porque a nossa filosofia é que o idoso tem que ser amparado pela família ou residir com a família, se possível, ou a família estar dando uma ajuda. (...). E, que eles passaram por exame médico e a gente fez vários encontros. E, na medida em que a gente ia fazendo os encontros, a gente ia dando a cara da república. Então, cada república tem a cara de quem mora lá.

Então, no regulamento a gente definiu as áreas comuns e as áreas individuais. (...). Pois teria geralmente duas ou três pessoas em cada quarto. As áreas coletivas que eram a cozinha, a sala, a lavanderia, o quintal. (...).

Então, a gente fez com eles o regulamento: o horário de entrada, se podia levar amigos ou não para fazer visita, essas coisas. Então, eles definiram algumas coisas, como a pessoa podia sair a hora que quisesse e entrar a hora que quisesse desde que não interferisse o sono do outro; cada pessoa tinha a sua chave; a alimentação eles se quotizavam, tinha uma pessoa que fazia a alimentação, então, as tarefas eram divididas. (..). Então, aquilo que era do quarto cada um podia arrumar o seu canto do seu jeito que quisessem. Tinham uns que colocavam boneca, retrato, não sei o quê. Cada um enfeitava e só podia levar a cama, o guarda-roupa, uma camiseria - se desse -, uma televisão - se quisesse colocar no quarto, podia e tal. E na área coletiva, como na sala,

ficou da gente estar mobiliando: a sala e a cozinha. E aí as pessoas vão embora e eles não iam levar os móveis da sala. Se a pessoa tivesse utensílio de cozinha ou alguma coisa ou eles doavam para casa ou eles davam para quem quisessem. Então, foi assim.

Durante essa espera da casa reformada, a gente fez do próprio centro de convivência uma gincana para conseguir alimento ou alguma coisa para a casa. A gente fez uma campanha na cidade de móveis, que o pessoal quisesse dar para a gente estar montando a casa. Fizemos um baile também. Tudo graciosamente. E todo o recurso que nós conseguimos arrecadar foi para montar a casa. Então, a casa teve praticamente custo zero para a prefeitura. Porque a gente montou a casa tudo com doações da comunidade, teve uma divulgação muito grande nos jornais. Então, a gente recebeu bastante coisa. Alimentos, eles receberam alimentos que davam para três meses.

Como é que funciona a república, né? E aí a gente pensou: a gente não tem nenhum funcionário na república, né? Tudo é feito pelos próprios moradores. Então, há uma escala para os serviços domésticos e havia também uma escala para a questão de cozinha, essas coisas; hoje já mudou um pouquinho.

E outra coisa também que na época eles sugeriram que a gente tivesse uma espécie de síndico. E o síndico seria aquela pessoa que seria a ponte entre eles e a equipe técnica. Então, eles escolheram uma pessoa lá e essa pessoa não ficou quinze dias como síndico; porque, o que era feito? Alguém batia na porta e chamava o nome do homem. (Eu não me lembro mais, ele já até faleceu esse senhor). Chamavam seu José - faz de conta que é seu José -, “Seu José, estão batendo na porta”. Aí ele ia abrir a porta. “Seu José, a lâmpada queimou”, ele subia pra trocar a lâmpada. “Seu José, não sei o quê

enguiçou.”, “Seu José, não sei o quê”. O homem ficava que nem doido: subia e descia, subia e descia para atender as reivindicações dos moradores.

E aí, apareceu a figura da subsíndica que era uma senhora que já tinha morado ou tinha sido dona de pensão. Ela começou a acordar cedo, arrumava a casa, fazia o café e não sei o quê. E o pessoal estava adorando porque ela parecia a mãezinha e eles, os filhos. Até que começou a discussão entre o síndico e o subsíndico. E ela começou a definir o que eles teriam que fazer ou não: não pode tomar café no copo, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Então, para acompanhar a república, a gente tem hoje - tinha na época - dois tipos de acompanhamento, que é o acompanhar lá, a casa. Então, a gente, na época, quando a gente implanta, a gente vai lá toda a semana, uma reunião para ver o que está ocorrendo, ver se eles estão seguindo o que eles mesmos definiram, se tem algum problema ou não tem, discutir isso ou aquilo. E tem o atendimento individual. Às vezes é um problema individual e a pessoa não quer tá colocando aquele problema na roda, na assembléia. Então, a gente atendia na seção. E em uma dessas assembléias, eles colocaram que o síndico colocou que não queria mais ser síndico e aí que a gente soube dessa subsíndica.

Então, aí eles definiram que não precisava de ninguém, que eles se administravam sozinhos, (...).” (Tereza).

“E, aí a gente começou a estar discutindo a implantação da república com essas pessoas que pertenciam ao movimento. Era um movimento fechado. Na medida em que a gente fosse resolvendo o problema de moradia, o movimento ia diminuindo até terminar. Não era movimento que vai entrando, vai saindo, não. Era um movimento específico até para essa questão da república.

A gente discutiu com essas pessoas como seria a república. Então, a república foi criada junto com eles. Então, a gente fez um regulamento a partir das discussões com eles: se leva cachorrinho, se não leva; se leva gatinho, se não leva; então, por exemplo, nós tivemos gente que deixou de ir pra república porque não queria desfazer do cachorro. Por quê? Porque o pessoal achava que era levar o cachorro de uma pessoa e os outros? Se quisessem cada um, um cachorro que não seria o cachorro da casa, mas sim o cachorro daquela pessoa.

Durante a formação, do treinamento, porque a gente fez um processo de preparação uns três ou quatro meses, porque enquanto a casa ia sendo reformada, porque a casa tinha alguns problemas, enquanto a casa ia sendo reformada, a gente foi preparando esses idosos para a convivência comunitária. (...)

Então, era muito gratificante essas reuniões. Eu acho que pro idoso foi um projeto – e é um projeto – que devolve para eles a auto-estima. Porque eles não são ... eles pagam. Tudo é pago. Eles pagam até um terço do salário mínimo, o aluguel. Depois eles pagam água, luz, alimentação. Tudo isso é quotizado. Divide e eles pagam.

Hoje eles gastam no máximo sessenta ou setenta reais. Na época – e vem – ou que mora em cortiço ou que mora de favor – ela vem até meio curvada e passa uns dias e a pessoa é outra: elas bem arrumadinhas, elas aprendem a se posicionar nas assembléias. Então, a gente devolve um pouco de auto-estima deles, fez com que eles reivindiquem os seus direitos, que eles opinem. A gente não faz uma atividade sem antes discutir com eles. (...)

O objetivo da república é dar uma moradia de qualidade e para isso a gente também estabelece uma rede de apoio, porque a gente não põe ele lá e depois esquece. Tem essas reuniões, esses atendimentos, mas eles são cadastrados na policlínica do seu bairro, tem uma programação de palestras de o*rientações*." (Tereza).

"Os idosos, assim como os jovens, constituem um segmento da sociedade que se organiza em associações de aposentados, em sindicatos, têm departamentos de aposentados, federações de pensionistas, de aposentados. Enfim, ou seja, eles estão aí até na política do Brasil, atuando e o Estatuto do

Idoso representa isso. Foi um esforço de, claro, muitos técnicos, de muitos dirigentes, de alguns políticos mas, sobretudo, dessa população idosa que reivindica, que exige atendimento adequado e assim por diante. Então eles protagonizam mesmo, é uma força política impressionante, eles têm seus deputados, a gente vê os políticos estabelecendo programas voltados para esta população, a gente vê candidatos a prefeitos defendendo programas voltados para esta população e hoje esse segmento pode até determinar quem vai ser o prefeito dessa cidade. (...)

Você tem que considerar que a dependência ela é incapacitante, ela é limitadora de autonomia, então, esse idoso vai necessitar de cuidados. Então, se estabelece uma relação de dependência. O idoso necessita de cuidados para poder ter suas necessidades básicas atendidas. Essa relação as vezes não é simples, muitas vezes também depende de como esse idoso viveu.

Eu costumo dizer que a gente envelhece conforme vive, se nós formos jovens e adultos amargurados, nós nos tornaremos velhos amargurados, existem idosos... tem que desmistificar um pouco também a figura do idoso frágil, dependente. Existem idosos assim, mas também existem idosos perversos, sujeito que foi na juventude, idade madura, perverso, ele quando idoso também é perverso. Então, ele leva sofrimento, ele manipula, ele semeia transtornos, conflitos, coloca filho contra filho, refere que está sofrendo abuso, maus tratos, e as vezes não é, diz que é mal cuidado, pede para ser transferido de casa ou da casa para uma clínica ou de uma clínica para outra clínica, e a família vai à loucura, enlouquece. Idosos autoritários. (...). E se isso se dá num meio asilar, onde o atendimento é homogeneizado, a singularidade de cada idoso não é observada." (Pedro)

"Porque o importante desse trabalho, dessa implantação desse projeto da república foi que ela desde sua implantação, ela foi feita junto com o idoso. De maneira nenhuma a gente começou alguma coisa sem o idoso não tivesse envolvido." (Tereza).

A valorização da *autonomia* e do *protagonismo* dos moradores marca não apenas o modo como o gerenciamento da república é realizado, mas a própria idéia da criação da república é fruto de um processo de discussão

liderada por grupos de idosos com os responsáveis pela secretarias municipais, a partir de destaque para o fato da política ser sustentada por fatores como a posse da chave da casa pelos moradores ou a responsabilidade de cada um pelo preparo de suas refeições ou gestão das casas.

Ou, ainda, como conclui um dos psicólogos, dentre os agentes antigos:

“Então, em 1993, funcionava o Centro de Convivência Isabel Garcia, foi o segundo centro aberto no município. Os usuários que freqüentavam esse centro de convivência, muitos deles moravam em quartos e em muitas vezes em condições precárias. E, alguns deles inclusive em cortiços, em casas de cômodos. Com o salário mínimo, na época, essas pessoas pagavam o aluguel, a nosso ver, exorbitante em quartos sem ventilação, sem iluminação natural. E esses usuários começaram a procurar o Centro de Convivência e começaram a se constituir em um grupo que se transformou depois num movimento social de idosos por moradia. Muito bem. Havia um programa do David Capistrano chamado locação social inspirado numa experiência francesa de revitalização de alguns imóveis no centro da cidade. A prefeitura pagaria um contrato com o proprietário por nove anos, reformaria o imóvel e ali as pessoas poderiam morar com aluguel subsidiado. Esse projeto não foi para frente, mas a gente se inspirou nele para formar a primeira república, república Bem-Viver, que fica ali na Rua Emília Ribas, [número] 87. Foi uma parceria entre a Cohab santista, uma fundação Roberto Mahfuz e a prefeitura municipal de Santos. Aquele imóvel foi reformado e fizemos então um trabalho junto com esses idosos que reivindicavam uma resposta do poder público, no sentido de proporcionar uma moradia digna. Então, nós implementamos a república como - a gente pode dizer que - um programa de moradia acessível a idosos e, assim, por volta de 93, 94 nasceu a primeira república da cidade. Hoje tem quatro repúblicas na cidade.” (Pedro)

A assembléia citada pelo agente é definida pelo documento da prefeitura de 1997-1998 como:

> "Programa de Atenção Psicossocial:
>
> Compreende a execução de grupos quinzenais com os moradores, sempre precedidos de assembléias que tratam das questões do cotidiano, de informações relacionadas à saúde e da integração nos eventos e/ou programações previstas em conjunto com os Cecons. O objetivo do grupo é propiciar aos moradores encontros onde possam experienciar o encontro consigo mesmo, com o outro e repensar os relacionamentos interpessoais, tendo por perspectiva a melhoria do nível de convivência.
>
> Inclui-se ainda:
>
> Abordagem Individual: anamnese, onde são abordados os aspectos relevantes de cada uma das fases da vida do indivíduo (morador), bem como a obtenção de dados sobre a saúde, renda e familiares. Estudo de caso e encaminhamentos, quando necessários, aos recursos da comunidade para: tratamento médico, psíquico e/ou programas de reinserção social." (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, p.11).

Dessa forma, a imagem do idoso transforma-se. De acamado, adoentado e debilitado torna-se ativo, dependente e autônomo. Eis aí a imagem santista em que está nos jingles da Secretaria de Assistência Social, panfletos da prefeitura, cartazes colocados nas paredes dos Cecons, além das atividades promovidas pela secretaria para tal população como é o caso das caminhadas e dos bailes. Como por exemplo, a *Agenda Santista da Melhor Idade* tem na última folha uma foto da orla da praia escrito em cima: "Paraíso para Terceira Idade: Santos" (sem ano)[39].

Uma descrição geral das casas-repúblicas

As repúblicas são constituídas por três dimensões distintas: o projeto – como tal política foi idealizada e apresentada textualmente, os agentes da prefeitura – os quais atualizam a prática da gestão de velhices no cotidiano do

[39] A capa e a contracapa dessa publicação, constam no anexo 04.

setor das repúblicas e, ainda, os moradores. A contextualização histórica, a partir de discursos descritos acima, visou possibilitar o delineamento dos primeiros contornos da primeira dimensão. A apresentação do projeto é seguida da contextualização de sua demanda, seus princípios nos quais é baseada e sua descrição.

Com o intuito de situar a problemática de origem das repúblicas, o documento sobre tal política de 2002, essa é descrita da seguinte forma:

> "A cidade apresenta uma série de recursos na área da saúde, lazer sociais e naturais que vêm atraindo cada vez mais, pessoas idosas, que ao se aposentarem mudam-se para o município a fim de aproveitar a vida. Entretanto, nem sempre o idoso consegue usufruir dignamente a qualidade de vida tão almejada. Um dos problemas que o idoso se depara é a questão da moradia. Os aluguéis são altos e inexiste um fiador que dê retaguarda para garantia do locador, o IPTU e o condomínio apresentam valores elevados em comparação com as baixas aposentadorias.
>
> Aliados a isso, devido a ocupação da ilha, nosso município apresenta um déficit até de sub-moradia, o que vem incentivar os idosos na busca de alternativas coletivas, mecanismos que possam fazer face a questão de forma criativa.
>
> Diante disso, há que se estabelecer parcerias com a sociedade civil (entidades sociais, clubes de servir, empresas) para o enfrentamento da problemática habitacional tendo como pressuposto básico não só a garantia de um direito, mas também, uma política que permita ao cidadão envelhecer com dignidade e qualidade de vida, evitando institucionalização e prevenindo o isolamento e outras formas de exclusão social.
>
> Nessa perspectiva é que em setembro de 1996 foi implantado o Projeto Piloto República – rede de apoio comunitário ao idoso, em parceria SEAC/COHAB e que já está completando no corrente 5 anos. O projeto proporciona ao idoso moradia digna, aluguel acessível ao seu poder aquisitivo e amparo social. Além disso, o projeto propicia a ampliação do sentimento de contentamento,

> felicidade, afeto e a diminuição do sentimento de abandono, tristeza, solidão e amargura, isto é, uma melhoria na qualidade de vida. O projeto preserva ainda, a individualidade, a autonomia, a liberdade e a dignidade da pessoa idosa.
>
> Atualmente, consta-se com 04 Repúblicas em funcionamento: a República Bem-Viver, em parceria com a COHAB-ST e a República Fraternidade em parceria com a ONG Asilo de Inválidos de Santos, mantenedora de abrigo para idosos, Casa do Sol e as Repúblicas Renascer e Vitória mantidas unicamente com recursos da Prefeitura Municipal de Santos.
>
> Nesses quase 05 anos de implantação do projeto considera-se que se trata de uma alternativa viável diferente dos modelos tradicionais, com baixo custo que proporciona ao idoso uma vida digna e saudável e uma oportunidade de dirigir a sua vida e a "sua casa" bem como o resgate dos vínculos familiares que estavam rompidos retornando para a casa de parentes 6 idosos. Entretanto, para o sucesso do projeto a que se ressaltar três momentos importantes: a seleção dos moradores, a preparação para o convívio e o acompanhamento sistemático aliado ao estabelecimento de uma rede de apoio comunitário para as situações de emergência: doenças, problemas de ordem econômica e outras*."* (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, p. 03-04).

As quatro repúblicas são casas que ficam localizadas próximas ao centro velho da cidade. Duas delas têm a frente muito estreita e as portas e janelas são retangulares e cumpridas, construção antiga muito freqüente na cidade, principalmente no bairro em que estão localizadas. As outras duas estão situadas em uma das principais avenidas da cidade; é um sobrado de esquina de muros baixos no qual cada andar corresponde a uma república diferente.

A primeira república *Bem-Viver*, criada em 1996, é uma dessas de construções antigas. Quando fundada, era uma república que abrigava apenas homens, no piso inferior, e apenas mulheres, no piso superior. No entanto, por razões de infra-estrutura, o andar inferior foi desativado. Ainda hoje, na

república de cima vivem apenas mulheres – oito, ao todo - e depois que o projeto foi reformulado e as casas tornaram-se mistas. Isso porque para a inserção de homens na casa, deveria haver um quarto vago e dois candidatos homens para compartilhá-lo, o que ainda não ocorreu. A parte de baixo atualmente serve apenas para algumas moradoras que gostam de ficar descansando na ausência de companhia.

O acesso ao piso superior se dá por uma escadaria bem defronte da porta de entrada da casa. Ali, no topo da escada, há um quarto com janelas para a rua, depois um corredor que passa por uma sala, mais um quarto, a cozinha, um banheiro e mais um quarto. Há um espaço externo atrás da casa que tem também uma escada para a parte de baixo, onde há uma área com tanque e máquina de lavar e, ao lado, mais um quarto. A cozinha é composta por geladeira, fogão, pia, armários presos à parede acima e abaixo da pia e mesa retangular. A sala é composta por dois sofás com a mesma estampa de desenhos geométricos e coloridos, uma mesinha no centro com um vaso de flores artificiais e dois cinzeiros, um móvel com televisão e vídeo cassete e, ainda, entre os sofás, um telefone público azul. Nas paredes há vários quadros de natureza, outro com uma imagem grande de Deus e um retrato de um casal doador da casa. No hall, ao subir a escadaria, há um mural com informações gerais do setor e fotos de moradores atuais e anteriores.

A *Fraternidade*, cuja construção é parecida com a descrita anteriormente, com um portãozinho e uma pequena escada que dá acesso à porta do imóvel, é a república com o maior número de moradores: treze, ao todo. O primeiro piso tem uma sala ampla, cozinha, banheiro, um quarto, lavanderia e área externa extensa. O acesso ao piso superior se dá por uma escadaria de madeira no centro da sala. Em cima, são três quartos, um deles bem grandes e um banheiro amplo. Os azulejos do banheiro parecem ser recentes pela estampa. Nessa casa, os quartos ficam permanentemente fechados, o que é pouco freqüente nas outras. Tal comportamento, segundo as agentes, remete à alta rotatividade dos moradores. Outro ponto peculiar dessa casa é um quarto destinado a um casal que se conheceu nas repúblicas: eles viviam antes em casas diferentes e hoje moram juntos no mesmo quarto.

A *Vitória* fica na parte de baixo do sobrado de esquina, e Renascer, na parte de cima. Nesta última, o acesso se dá por uma escada na porta de

entrada. É um corredor amplo que conduz a uma sala, onde há mesa, televisão e um terraço com bancos e plantas. Nessa casa é comum o jogo de cartas. Já a primeira é dividida ao meio pelo hall da escadaria da outra república. A sala e alguns quartos ficam de um lado e quartos e cozinha, ficam de outro. Nesse andar de baixo, há uma pequena área externa atrás, ao lado e na frente da casa. As visitas nessa última casa são limitadas à sala. O trânsito pela casa é pouco comum.

***

Neste capítulo procurei oferecer uma descrição geral do projeto República de Idosos e situar a implementação levando em conta o contexto municipal de transformações de suas ações sociais em relação a um contexto internacional e nacional mais amplo que sustentava as noções defendidas na discussão local. As repúblicas e agenda delegada pela Organização das Nações Unidas (ONU) estão em acordo no sentido de revelar certo modelo de velhice bem-sucedida, também expresso na Gerontologia, em que o velho passivo, asilado e doente deve ser enfrentado e substituído pelo idoso ativo, autônomo e participativo.

No cenário municipal em que um conjunto de mudanças na área social aliado à nova configuração de velhice evidenciada nos países euro-americanos parece resultar nas concepções presentes nas Repúblicas de Idosos de Santos (SP). Com efeito, esses dois cenários sustentaram e combinaram-se na criação desta “moradia alternativa”, como é chamada em documentos oficiais das Repúblicas de Idosos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2002, capa), e proporcionaram o seu formato tido como inovador.

Com efeito, ao contrário de se conceber as concepções de velhice homogêneas e únicas, o cotidiano nas casas-repúblicas demonstra a multiplicidade de leituras e experiências. Nos próximos capítulos abordarei a heterogeneidade de visões e práticas acerca da velhice, iniciando a discussão com o exame da ótica dos diferentes agentes da prefeitura envolvidos na política social.

Capítulo II: Concepções de velhice segundo os agentes da prefeitura

Representação social e velhices

O conceito de representação social, classicamente estabelecido nas ciências sociais, está relacionado às estruturas subjetivas de percepção por meio das quais se atribui sentido à experiência social. As representações não se restringem ao âmbito individual, pois os significados à realidade material - ou imaterial - se consolidam a partir de uma estrutura simbólica presente na lógica cultural. As representações operam, fundamentalmente, no âmbito simbólico, onde estão pautadas referências coletivas para as ações individuais. Sua eficácia encontra-se para além das estruturas subjetivas, já que os indivíduos materializam tais representações, como referência ou guia para as suas ações.[40]

Pensar na representação social como um arcabouço simbólico de referência aos indivíduos numa dada sociedade não corresponde a pensá-la como fixa ou imutável. Ao contrário, as representações sociais são idéias presentes num quadro simbólico coletivo em constante mudança e fluidez. Além disso, pensar que cada coisa social representa uma forma de conceber ou um valor moral consiste numa visão simplista. As representações de cada elemento são múltiplas a partir de segmentos sociais diversos, de perspectivas diferentes e do tempo específico em que a questão está inserida. Pois, se os fatos sociais são construções que variam no tempo e no espaço, as

[40] "Entendemos por representação a elaboração subjetiva, mental, que os indivíduos fazem das suas condições materiais de vida. Consideramos que as estruturas econômicas e sociais possuem tanto uma realidade subjetiva incorporada pelos indivíduos quanto uma realidade objetiva que transcende os agentes sociais que lhe dão visibilidade e concretude. Nesse sentido, '(...) o individual e o social, as estruturas internas da subjetividade e as estruturas sociais externas (...) longe de serem estranhas por natureza e de se excluírem mutuamente, são ao contrário dois estados da mesma realidade, da mesma história coletiva que se depositam e se inscrevem simultânea e indissociavelmente, no corpo e nas coisas.' (Accardio et alli, 1986, p.55). As representações individuais, portanto, exprimem uma situação de vida e uma posição social determinadas." (BRIOSCHI, L.R. and TRIGO, M.H.B., 1989, p.14).

representações se modificam segundo o segmento social específico localizado num espaço e tempo determinado[41].

Dessa forma, é possível apreender que, nas transformações das percepções sobre velhices, diferentes elementos foram valorizados e usados ao longo das décadas (e séculos) na constituição de seus modelos. O pressuposto antropológico opera com o postulado de velhice como construção social. Suas variações e arranjos são marcados pela dinâmica social em que estão impressos[42]. O esforço antropológico consiste em desvendar o modelo contemporâneo de velhice em que as bases biológicas apresentam-no de forma natural e inevitável e reiterá-lo como um modelo calcado num contexto em que a ciência descobre, consolida e legitima conceitos. Por outro lado, o interesse da antropologia é marcado pelo entendimento das formas culturais de diferenciar categorias etárias e os seus processos de legitimação social[43].

As representações contemporâneas da etapa mais avançada da vida, tendo como base o modelo de velhice bem-sucedida, são mutáveis e atualizadas constantemente por diversas forças sociais, como políticas sociais

---

[41] A antropóloga Andréia Moraes Alves (2004), ao tratar do universo simbólico na sua pesquisa sobre bailes freqüentados por 'terceira idade' no Rio de Janeiro, refere-se ao termo percepção social, o que pode ser considerado o mesmo ou, pelo menos, muito próximo do conceito aqui desenvolvido: representação social. A autora trata dos diferentes espaços ocupados pela dança de salão na cidade do Rio de Janeiro e as estratégias que os idosos – sobretudo as idosas – acionam para participarem da dinâmica da pista de dança. A análise da autora sobre o universo simbólico presente no campo é muito enriquecedora.

[42] Áries (1981) lembra que nem sempre as categorias que usamos para reconhecer as diferentes "idades da vida" existiram sob tais configurações, como demonstra ao discorrer sobre a infância como uma etapa da vida construída numa fase recente na história euro-americana, por meio do alargamento da distância que separava as crianças dos adultos. Nesse sentido, a insistência de apresentar a velhice como constructo social não é gratuita, mas necessária. As funções e as atribuições que caracterizam os grupos de idade decorrem de "relações construídas num tempo essencialmente dinâmico, mutável." (MOTTA, 1998, p.225). Peixoto (1998), ao desenvolver sobre a questão da velhice na França, conta-nos alguns episódios sobre as transformações de compreensões sobre esse estágio cronológico ao longo das décadas. Segundo ela, a marquesa de Lambert escreveu em 1748 um guia para as mulheres envelhecidas e nele indicava paz e piedade para essa etapa da vida, a qual deveria ser vivida em família. Em 1822, a baronesa Maussion escreveu um livro também de orientações para uma boa velhice e nele constava, além desses dois elementos, preservar relações sociais freqüentes com os mais jovens. Nesse último caso, a questão de sociabilidade intergeracional é ressaltada.

[43] Nas palavras de Debert (1998b): "É próprio da pesquisa antropológica sobre os períodos da vida é mostrar como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades." (p.51).

e suas repercussões[44]. A política pública é definida na dinâmica do cotidiano em que as idéias, práticas e concepções são pensadas, exercidas, executadas e tensionadas. Para tanto, recorrer às concepções de velhices das agentes que compunham o "Setor das Repúblicas" no período de realização da etnografia – as quais denomino agentes da prefeitura atuais[45] - apresenta-se fundamental para a compreensão das diversas instâncias que constituem o campo.

Nesse sentido, a idéia desse capítulo é explorar os sentidos e os contornos que a velhice ganha nesse contexto sob a ótica das agentes da prefeitura de Santos, SP, na tentativa de esboçar concepções de velhices presentes em tais discursos e relacioná-los com as falas dos agentes antigos, os quais participaram da fundação das repúblicas, em 1996.

Apesar do modelo da velhice bem-sucedida, como foi mostrado no capítulo anterior, apresentar-se como universal e homogêneo, esse não é seguido pelos agentes envolvidos na implementação e administração das repúblicas de modo uniforme. Ao contrário, é ressaltada a heterogeneidade de representações e velhices são desenhadas em sua multiplicidade de percepções sob o pano de fundo supostamente homogêneo dos parâmetros do envelhecimento ativo. O tema, portanto, revela-se na heterogeneidade de velhices presentes no campo investigado[46].

Agentes atuais

---

[44] Peixoto (2005), ao discorrer longamente sobre a consolidação da imagem atual dos mais velhos na França, traça de forma interessante a relação entre a produção dessas imagens e as políticas públicas: "A representação social da pessoa envelhecida conheceu, assim, uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais reclamavam políticas sociais para a velhice, políticas essas que pressionavam pela criação de categorias classificatórias adaptadas à nova condição moral, assim como a construção ética do objeto *velho*." (p.70).

[45] Utilizo o termo atual com a finalidade de separá-las dos agentes da prefeitura antigos, os quais são formados por funcionários da prefeitura que participaram do processo de fundação das casas-repúblicas.

[46] Nas palavras de Debert (1998a): "Quando a análise cultural está em jogo, esse campo tem que ser ampliado e o interesse é compreender os pressupostos que organizam as representações sobre a velhice nesses discursos." (p.66)

Setor das Repúblicas refere-se a uma sala de um centro de convivência inicialmente fundado para terceira idade[47] e, posteriormente, tornou-se intergeracional[48]. O local é composto por mesas e cadeiras individuais e um móvel de grandes gavetas, onde são arquivadas as pastas contendo documentos de cada morador, tais como fichas cadastrais, observações do processo seletivo, advertências e outros. As gavetas têm o nome da república correspondente, e ainda há outras para armazenar arquivos de ex-moradores e candidatos que não tinham o perfil do projeto. Como ressaltado na entrevista da Catarina, agente atual, o perfil do projeto consiste nos seguintes critérios:

"A idade, a municipalidade, a questão da renda – você sabe – tem que ter esse valor - de uma a dois salários mínimos -, a questão da independente física e mental e a questão de não ter família legalmente responsáveis por ele no município.ter renda mensal de um a dois salários mínimos, ser munícipe, não ter vínculos familiares na cidade e ser portador de autonomia funcional"

O setor está encarregado do processo de seleção dos moradores e das reuniões quinzenais, nas quais se trata de problemas de convivência na casa[49].

As três agentes que faziam parte do setor, no momento da etnografia, eram três funcionárias públicas de formações distintas e revezavam-se nas tarefas do projeto. A chefe, Catarina, era uma assistente social de 40 anos e

---

[47] Esse foi um dos primeiros programas voltados para a população envelhecida da prefeitura de Santos. (LANCETTI, 1996).

[48] A transformação do público dos centros de convivência estava acontecendo na época em que realizei as entrevistas com agentes antigos e atuais, de 2005 a 2006. Eles comentaram quando o assunto eram os programas voltados a população envelhecida da cidade e então mencionavam os centros de convivência e comentavam sobre essa mudança. Nas palavras da agente Catarina: "Nós temos na zona noroeste um centro de convivência, que já tá nos moldes da filosofia nova que é um centro comunitário onde tem um grupo de idosos. Então ele interage com as outras idades. E, a nossa proposta para os outros é nessa linha. Tanto que o centro de convivência que só atende os idosos, eles têm ginástica depois das seis horas para pegar a família, trazer a família também para fazer ginástica junto com o idoso. Tem o Dia da Vovó, em que a vovó leva o netinho. Então a gente já incluindo essa intergeracionalidade no centro de convivência."

[49] Outras informações sobre as reuniões podem-se encontradas nos capítulos I e III.

duas funcionárias: Ana era psicóloga de 37 anos e engenheira Heloísa de 40 anos[50].

Compreender as concepções dessas agentes atuais corresponde a entender melhor a dinâmica da política social e sua gestão naquele período, além de revelar dimensões conceituais presentes na prática. As passagens textuais a que me remeto aqui referem-se a trechos de entrevista realizadas, e transcritas, com os agentes da prefeitura atuais durante 2005 e 2006, a partir de um roteiro de entrevista, o qual se encontra nos anexo 03. Tal roteiro foi pensado a partir de questões como quais são os objetivos das repúblicas, quais são as dificuldades na implementação do projeto, quais foram as mudanças pelas quais o projeto passou.

Para essas agentes, a definição de idoso é marcada pela comparação desta com outras categorias etárias:

"É uma faixa etária da população que já viveu coisas que outras logicamente não viveram. Alguns fazem disso um aprendizado, conseguem ter um aprendizado e conseguem ser felizes e outros, não. Chegam nessa fase do idoso e olham pra trás e ficam até um pouco mais amargurados por não terem conseguido fazer algumas coisas, seria um momento de uma reflexão mais profunda, talvez. Nessa faixa etária é que eu acho que a grande maioria reflete sobre suas próprias vidas, né? O adolescente, a pessoa adulta ainda tem perspectivas no imaginário de mudanças, da projeção, o tempo que resta para mudar, talvez, seja maior dessas pessoas e o idoso, não. Ele vive intensamente. Ele vive mesmo. (...), pois o mental não tem idade, a alegria de viver, o que a vida proporciona, o que a cidade proporciona, não está nesta separação, é de conteúdo, é de cada um*".* (Ana).

"Uma pessoa com mais experiência, com uma vivência - não diria que melhor sobre a vida - por que depende da forma como cada um conduziu sua vida, então vai ser o melhor pra ele. Uma pessoa vivida, mais experiente, que contribuiu e ainda tem com perspectivas. E isso é muito legal." (Catarina)

---

[50] Vale lembrar, mais uma vez, que os nomes das agentes entrevistadas são fictícios. A escolha de nomes foi aleatória, num ato de nomear, a fim de permitir ao eleitor acompanhar falas de cada entrevistado em questões distintas.

Ela continua:

"As respostas deles são mais imediatas a todas as questões. Talvez porque não tenham o tempo dos adolescentes. O retorno é mais imediato, você faz o trabalho e você sente logo o retorno. A gente trabalha com outra vertente, né? A gente sempre imagina que o idoso, ele está mais voltado ao final. Quando você começa a trabalhar com eles, apesar de eles estarem numa idade mais avançada, você vê muita vida. Eles querendo viver, fazer o que não fizeram na adolescência, revivem muito a adolescência e a infância, tentam refazer o que deixaram pra trás. Acho que isso é muito positivo." (Catarina)

Na velhice, segundo as falas dessas agentes, o longo aprendizado, a experiência de vida acumulada e certa inclinação para a auto-reflexão combinar-se-iam de forma a produzir uma disposição para viver intensamente. As agentes imprimem na velhice a noção de última etapa da vida, em que "o tempo é curto", própria daquela concepção que a Gerontologia combateu da década de 80 no Brasil, como foi explicitado ao longo no capítulo I. No entanto, elas também ressaltam a perspectiva de que, apesar do tempo estar acabando, a animação e o ânimo preservam-se nesse segmento, noções presentes na perspectiva gerontológica de velhice bem-sucedida. Pode-se dizer que as duas falas se completam na idéia do idoso dinâmico, o qual aproveita todo seu tempo de vida.

Ainda nessa perspectiva, a definição da "moradia coletiva"[51] também está contemplada com os postulados da gerontologia acompanhados dos princípios divulgados pelos eventos da ONU em 1999 e 2002 (BELO, 2002). As agentes atuais concebem o projeto social em que trabalham para além da questão habitacional:

"Preservação da autonomia, a questão do isolamento: eles não se isolam morando em república – por mais que queiram - eles não se isolam. A questão

[51] O termo moradia alternativa é uma das formas como os documentos da prefeitura municipal chamam as Repúblicas de Idosos, bem como "alternativa viável", "alternativa habitacional, "alternativa coletiva". (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 1997-1998; 2002)

financeira, com casa realmente adequada a eles, comum a condição salubre, extremamente ventilada, toda mobiliada, pela acomodação física em si, pela liberdade de ir e vir.
Eu acho que morando nas repúblicas eles resgatam estima, a ponto de quererem resgatar vínculos familiares, do tipo 'aonde eu tava, eu não podia dar o braço a torcer, pois eu morava em cortiço', agora, hoje, 'Família, estou aqui, vem me visitar' por que está na casa, por que se sente na casa, isso é muito legal. Isso é muito diferente de se morar num lugar diferente da república, né?!" (Ana).

Essa resposta refere-se à questão sobre as vantagens de se morar nas repúblicas, cuja ênfase é ressaltada pelos elementos *autonomia*, *prevenção contra o asilamento, liberdade* e *fortalecimento da autoestima*. A mesma agente completa:

"A gente não sana só moradia mesmo, é um conjunto e esse é um olhar que a gente tem que ter todo um cuidado. Por que você coloca no conjunto saúde, questão financeira - quando falo saúde, saúde mental também - a questão de interagir - fulano está se isolando, porque não quer interagir com o grupo? A gente tem que olhar todas as interfaces porque é na convivência que vai aflorar alguma coisa escusa, alguma coisa não dita. É a convivência que me dá a possibilidade de trabalhar outras coisas." (Ana)

A outra agente reitera o discurso desenvolvido pela primeira, acumulando outros aspectos sociais que as repúblicas recuperam, segundo sua fala:

"Olha, a república, ela previne contra o isolamento, contra o asilamento. A pessoa vira protagonista de sua própria vida. Ela gerencia todos os passos de sua vida: gerencia o dinheiro, os momentos que ela dorme, que ela acorda, o que ela precisa fazer o dia inteiro, sem precisar ter ninguém que diga a ela o que ela tem que fazer naquele momento, que tipo de alimentação ela tem que comer. Geralmente quando ela está mesmo em casa de familiares, as pessoas, por preocupação ou por um acesso de cuidado, geralmente querem diluir essa

história. Nas repúblicas, não. Eles protagonizam tudo isso. Eles limpam, eles produzem tudo, na verdade. Só pelo fato de você levantar as 11, embora não seja o correto nutricionalmente. Mas você levanta as 11 e 'eu não quero almoçar agora, eu quero tomar café. Eu quero almoçar as 6h'. É a liberdade, a república garante a individualidade, a autonomia, a liberdade das pessoas. Proporciona também resgate de valores humanos, que muitas vezes não foram vividos ou que ficaram esquecidos.

A partir do momento que se vive coletivamente, automaticamente, a pessoa é obrigada a resgatar a tolerância, a solidariedade, a amizade, são valores assim básicos, o respeito. Quando você não consegue conviver com esses valores básicos, a pessoa acaba rompendo com a república ou os membros da república, rompendo com ela. Por que fica difícil a convivência.

Tem resgate também com os vínculos familiares que a partir do momento que está morando muito bem, com aquela individualidade, com o seu dinheiro próprio, dignamente. Você mora dignamente a baixo custo. Então, com um salário mínimo, você consegue manter sua vida toda. Consegue chegar aos parentes de uma forma mais autônoma, mais satisfeita, mais segura até pra visitar, até pra dizer: 'olha, eu não tô incomodando. Eu vim aqui pra visitar você, eu não preciso de você mas eu posso estar convivendo de outra forma, sem a coabitação, sem a moradia muito próxima. Então, eu conduzo a minha vida tranquilamente.'

Tem a ocupação das horas ociosas. Muitos começam a se ocupar com lazer, já passou a necessidade básica que é de procurar a forma melhor de se alimentar, a forma melhor de morar; tá sanada. A partir daí, as pessoas procuram atividades de prazer ou muitas procuram trabalho que também acabam sendo prazeroso. Tem pessoas que trabalham na república e acham que se parar de trabalhar vai ser assim o fim da história, vai ser muito ruim. Tem pessoas que não querem saber de trabalho, querem se ocupar de lazer. Então, vão pra bingo, vão pra ginástica, vão pra festas, vão pra bailes. Então, cada um vai exercendo as suas atividades da forma como bem entendem, como acha melhor, de acordo com as recomendações, com as vontades próprias.

Tem uma coisa que é visível é a elevação da auto-estima. Quando a pessoa passa a morar na república, sentir que ela pode comandar sua própria vida,

você percebe o uso do batom, as roupas são melhoradas, o banho todos os dias, a barba feita. Quando a pessoa vem fazer a inscrição, ela está num patamar na vida, está num processo meio que deprimido. Muitos, deprimidos, num processo de depressão até. Tem muita baixa estima, achando que está numa condição péssima e muitas vezes, não. Depois que passam a ter uma qualidade de vida melhor, eles passam a vislumbrar outras coisas até. Então, se arrumam melhor, o dinheiro sobra. Têm muitos que adquirem celular, adquirem a cama dos sonhos, a cama que gostaria. Então compram uma cama de 400 reais divididas em 24 vezes, 'essa é aquela cama dos meus sonhos', de comprar um colchão D33 que custa 300, 400 reais, vai pagar lá em 24 vezes, mas o dinheiro vai dar para pagar aquilo, de comprar roupas novas com uma qualidade melhorada. Então, assim, as coisas que dão prazer pra eles e que eles não conseguiram antes. Perfume, arrumar o cabelo no salão, tudo que a gente gostaria de fazer e que às vezes o dinheiro não dá. Depois que entra na república e sobra algum dinheirinho porque dá pra planejar, eles sabem quanto vão pagar todo o mês e sabem aquilo que podem gastar ou não. Muitos, às vezes, se endividam mais do que devem, se empolgam muito. Mas a aparência física é visível e a emocional também.

O desenvolvimento do convívio coletivo também é muito importante. Porque o que acontece? As pessoas vêm de cortiço, de quartos alugados, numa condição mais individualista, numa condição precária de moradia. Às vezes, eles nem se dão conta dessa passagem com tanta nitidez. Mas é assim, eles passam a conviver com outro no mesmo quarto. Então, eles são fatalmente obrigados a ver o outro, a vivenciar o outro, a morar no coletivo, a dividir o espaço, a dividir a mesma respiração. De uma forma ou outra, eles dividem tudo. A partir do momento que você fecha a porta do quarto, você atura o ronco do outro ou não, você questiona uma série de coisas: a forma do outro dormir, se faz muito barulho na cama, se levanta muitas vezes para ir ao banheiro. Então ou aprende a tolerar ou aprende a partilhar tudo aquilo. Percebe que o outro tá passando mal ou não, desenvolve de alguma forma a solidariedade. A gente pede pra trocar de quarto quando não suporta aquele tipo de pessoa. E isso é permitido com muita tranqüilidade quando há possibilidade até pra respeitar a individualidade de cada um e a forma de como cada um convive, conduz a vida. Esse desenvolvimento do convívio com coletivo auxilia a pessoa

a aprender a dividir as coisas e quem é muito individualista tem uma dificuldade enorme de dividir. Você divide o mesmo fogo, a mesma tevê, respeita o outro quando está vendo um determinado programa que você não quer ver, respeita a hora de chegar e a não fazer barulho, aprende a conhecer mais o outro porque é uma diversidade enorme, enorme de coisas." (Catarina)

A questão do cotidiano como conflito nas casas também está atrelada àqueles que devem aprender não só a compartilhar o espaço, mas a lidar com os hábitos cotidianos, como apresentado no final do trecho acima. Nesse sentido, a convivência e a diferença entre os moradores apresentam-se como responsáveis por grande parte dos conflitos nas repúblicas. No trecho abaixo, a limpeza é posta como expressão sintetizada dessas demarcações, às quais as construções de gênero também estão atreladas:

"Limpeza é sempre o problema, é sempre o grande lance. A limpeza, como ela interfere na convivência. Porque? Culturalmente as mulheres aprenderam a cuidar de uma casa, os homens sempre foram assistidos pela irmã, pela mãe, pela mulher. Então, quando vão morar em parceria, não há mais essa vinculação familiar, digamos assim, aí há um choque. Por que aí elas cobram deles, não conseguem entender que eles se esforçam ao máximo mas não sabem, não tiveram. Elas exigem muito e comparam. Salvo exceção, que é aquele homem que sempre foi só, sempre se virou.
Assim como os homens, os machistas a grande maioria, achando que, como tem mulher na casa, o toque é delas. Então, para desmitificar isso, com um conceito não sexista, de que não tem a ver com o trabalho com sexo, nossa, é problema. O grande problema é a divisão de limpeza e doação de alimentos quando eles recebem, como dividir. 'Pois, eu não passo o dia em casa, mas eu tenho direito'. 'Poxa, mas, você não está passando o dia em casa, você está se alimentando em outro lugar, então, vamos deixar para os colegas que passam o dia em casa que não têm onde estar se alimentando'. Não tem muito essa solidariedade, se é que é essa a palavra. Nesse sentido, o meu é meu mesmo. Eles são solidários em outras questões. Em relação à doença, eles são super solidários entre eles. Agora o que mais pega hoje na convivência é isso: os problemas relacionados ao dia-a-dia da casa." (Ana).

Por outro lado, a outra agente da prefeitura atual relaciona as tarefas domésticas com *protagonismo* – também princípio do modelo contemporâneo de velhice bem-sucedida -, a partir de um exemplo "de recomeço":

"Eles também são a prova viva de que você sempre pode recomeçar, a qualquer momento e fazer um novo fim da sua vida. Você não pode voltar atrás e refazer o começo, mas você pode começar agora e dar um outro destino a sua vida. Isso eu acho muito dez. Tem o caso registrado de um senhor que ficou viúvo e que você deve ter visto lá, ele decidiu morar na república. Então, é reaprender tudo novamente, deixar de dividir a casa com um pra dividir com dez. É fazer as tarefas domésticas, o que antes não fazia, era só o provedor. Aí, agora passa a ser o protagonista da própria vida até no exercício das tarefas domésticas, isso acho que é um ganho enorme*."* (Catarina).

E ainda:

"Porque não é fácil pegar o outro e fazer com que ele gerencie a própria vida. Imagina que eles são pessoas que vieram de contextos muito diferenciados. E pra cada um gerenciar a própria vida e se adaptar àquele contexto não é fácil. A gente tem problemas básicos: um não limpa do jeito que o outro gostaria que limpasse e aí gera conflitos. É o homem que usa o vaso sanitário e deixa respingo de urina pelo vaso. A mulher que vai lá e que não gosta. Um que não dá descarga direito, uma que esquece a calcinha por esquecimento mesmo, no banheiro, depois que lavou. O outro que tem outros hábitos e esquece a torneira aberta, as vezes porque não viu a torneira aberta e gera conflitos. Um que não lava a panela direito, um que acha que a panela tem que ficar de molho até mais tarde e outro que quer usar a panela e chega lá e a panela está de molho e acha aquilo um absurdo. Outro que deixa a roupa de molho no balde três dias. Então, gerenciar esses pormenores são questões que também acontecem na república. A gente já foi chamado para gerenciar questões fisiológicas do outro. O plástico do colchão que uma comprou o colchão novo, deixou o plástico no colchão e se virava a noite inteira e a outra tem insônia, então não conseguia dormir com o barulho do plástico do colchão. Então, já

fomos chamados pra gerenciar isso como caso urgente. A tevê que uma vira para um lado e incomoda a claridade, a outra não quer dormir com a tevê ligada. Coisas de concessões do dia-a-dia que a gente tem que estar gerenciando, isso é muito trabalhoso, isso é muito desgastante. A gente pode dizer que talvez seja isso. E que parece que não, mas que dá uma complicação enorme na convivência (...)
Quer dizer, problema de convivência vai ter sempre, aonde ela for. Qualquer pessoa vai ter problema de convivência porque morar numa república de idosos, também vai ter problemas de convivência. Se você consegue ter problemas de convivência com as pessoas da família, com os filhos que você criou, com as pessoas que você escolheu pra morar, imagine com pessoas que você não escolheu e vieram com histórias diferentes, conceitos diferentes, com a vida já vivida de forma diferente, com menos paciência com a vida ou mais paciência, com mais ou menos tolerância. O idoso vai ter problemas de convivência de qualquer forma." (Catarina).

"Por mais problemas na convivência que tenham, no dia-a-dia, na hora de se colocarem, eles têm essa percepção de que o problema de convivência acontece em qualquer lugar: em casa, com filho, com o marido, com a família, como acontece lá. Então, não é esse problema que impede a satisfação ou impossibilita de eu estar morando lá." (Heloísa).

Outra questão do grupo apresentado em entrevista foi o caso de alcoolismo entre os moradores. Aqui é importante atentar para os procedimentos de tomadas de decisão com a finalidade de solucionar o problema. Vale ressaltar que aqui cabe uma atitude de resolução, porém, quando a discussão é limpeza, o discurso flui para problemas de convivência que se tem em qualquer lugar.

"Problema é quando eles perdem a independência mental ou física. A dificuldade que é, é um problema a saída do morador por essa questão porque ele começa a falhar, no caso, com o grupo, a gente vê que ele precisa de ajuda agora, chegou nessa fase então é muito ruim esse processo. (...).

Tem que ser mais o grupo, né?! Pois o grupo é interessante. No momento que o grupo quer, ele vai suportando isso, essa doença até a pessoa cometer uma falha com um deles, com um membro ou com o grupo como um todo. Nós já tivemos caso em que o morador chegou, o grupo todo denunciou. Pois eu não tenho como saber, tem que vir do grupo. O grupo denunciou porque a pessoa deixou o gás ligado e aí caiu a ficha do coletivo, que aí não é só prejuízo pra ele, é pra mim também, aí então denuncia. Quando denuncia e a maioria diz que viu ou afirma aquilo, a gente pergunta ao morador, a gente deixa isso muito claro: 'não estamos aqui para castigá-lo, mas pra ajudar' até porque a gente tem como ajudar sem sair da república, então, fica uma intervenção mais fácil. Mas, se ele nega, a gente vai estar dando alguma visita incerta – até isso a gente faz – vamos no horário depois do trabalho, porque ele nega... como nós não temos um vídeo, a gente fica com o que eles trazem e ele nega e um ou dois do grupo também nunca viram nada e três dizem que sim'. Talvez esses três tenham problemas com o primeiro, então a gente tem que tentar acertar de alguma forma porque é uma doença que vai evoluindo. E aí a gente consegue ver alguma coisa, porque chega num momento em que, tem a fase do palhaço e tal, que a gente consegue ver e a gente dá o encaminhamento da saída quando ele não quer a nossa ajuda. Ele tá complicando o grupo, fora comprometendo um projeto que depois ou amanhã ele tá andando pela rua, é atropelado, 'poxa, vocês não viram, vocês não trabalharam', não é real. É que é difícil mesmo essa construção, essa etapa da aceitação da nossa intervenção de pegarmos alguma coisa.

(...). Nesse momento é interessante porque as pessoas começam a julgar o caráter das pessoas. Nós não estamos em juízo de valores. A gente não tá julgando se a pessoa é boa quando bebe, não é boa quando não bebe, não é isso. O que a gente pode fazer por ele, né? Então, em uma das fases, teve um morador que 'eu preciso da ajuda de vocês', e ele ficou seis meses em uma dessas instituições de desintoxicação e tal. E voltou agora e essa pessoa é a pessoa da casa, qualquer coisa é falar com fulano. Retornaram a relação de confiança nele, com a pessoa dele. Então, tem solução, mas basta a pessoa querer, é assim que funciona. A gente tem sim, homens, geralmente homens, só tivemos uma mulher com esse problema que a gente também tentou trabalhar. No meio do trabalho houve aí o álcool com medicação e aí não

resistiu, desencarnou. Mas a gente tem sim, mas é mais do sexo masculino. (...)

Então, por exemplo, o colega de quarto já não suporta mais o odor, os vômitos. Essa parte saindo do individual passa pro coletivo o problema dele, aí o grupo denuncia até quando não suporta mais. Não limpa mais a casa, não está arcando mais com as despesas, aí interfere no bolso de cada um, então eles querem soluções, eles deram oportunidade sim no primeiro mês, 'Pô, vamos ajudar', 'não, eu vou, faço exame', aí marcava conosco – porque pra qualquer instituição eles pedem exame – nós acompanhamos os exames, não vai. Aí começou a não ir às assembléias, o que é obrigação de todos. 'Então por que ele que traz – na cabecinha deles – ele que traz todo o problema, é poupado? Ele está fazendo disso um hotel, eu também quero. Como eu não acho isso certo, eu vou denunciar.'

E aí vem a solução: 'qual é a solução, gente, aplica multa?' – pois tem as etapas – 'desliga?'. Chega um momento que vamos tentar ajudar, mas nem sempre a gente conseguiu". (Ana)

E ainda:

"Quando eles estão sendo coniventes, eles deixam. Quando o outro companheiro faz alguma coisa mais severa que eles não gostam - mais severa, assim, pela forma de ver, contraria de alguma forma - aí na reunião é colocado, mas uma boa parte deles segura um tempo pra poder colocar na reunião. Quando eles não aguentam mais, eles passam pra reunião para a gente solucionar como se fosse num passe de mágica, né?!" (Catarina).

Agentes antigos

Com o intuito de travar um diálogo com outras dimensões presentes na política social e traçar uma análise comparativa, retomo as falas dos agentes da prefeitura, os quais participaram da elaboração e fundação das repúblicas.

Os três agentes exercem funções em outros equipamentos da prefeitura municipal voltados para o atendimento da população envelhecida da cidade. Em 2006, a assistente social, chamada nesse trabalho de Tereza, de 60 anos,

exerce a função de coordenadora de Assistência Social da Pessoa Adulta e Idosa da Secretaria da Ação Comunitária da prefeitura municipal (SEAC) e é presidente do Conselho Municipal do Idoso (CMI) do município. Um deles, Pedro, de 45 anos, é psicólogo e realiza atendimentos no Setor à Atenção à Pessoa Idosa. E a terceira, Laura, tem 40 anos, está no projeto "Vovô Sabe Tudo" e também é psicóloga. Esses são identificados, além do título de formação acadêmica, através do termo "agentes antigos".

As definições das reuniões quinzenais são pautadas pela experiência e concepção que o agente possui dessa política pública e de velhice.

Por exemplo, as reuniões quinzenais destinadas a discutir as dificuldades, os problemas e os conflitos e as soluções possíveis da república, para o agente antigo e psicólogo são assembléias baseadas nos conceitos democráticos de igualdade e liberdade, pois é um espaço que todos devem participar e debater, na busca pelo consenso.

"Eu acho que a república foi uma iniciativa, a primeira república foi fundada durante uma administração democrática popular, por um prefeito progressista – um pessoal que faz muita falta para muitos de nós – então, o modelo é um modelo democrático, de autogestão, de estímulo a participação, de respeito ao idoso, do exercício da cidadania no âmbito de unidade residencial com a participação dos técnicos bastante - digamos assim - é um acompanhamento. Os técnicos que coordenam as repúblicas na verdade eles coordenam as assembléias. Esse exercício das reuniões dos moradores é um exercício da prática democrática, a ouvir e ser ouvido, a tomar decisões, a discutir com o que vai ser gasto com o dinheiro do fundo da república, então, ele é um estímulo à prática democrática. Na minha opinião, é um projeto arrojadíssimo, (...)." (Pedro)

Ao contrário, a assistente social da equipe atual afirma que a casa estaria mais harmoniosa se diminuíssem as 'picuinhas' entre os moradores, inclusive em relação às queixas de pequenas causas realizadas nas reuniões, já que os moradores se desgastam fisicamente, por apresentarem sintomas como dores de cabeça e por "ficarem vermelhos", como ela define ao se referir a condição do idoso nervoso ou irritadiço. Dessa forma, ela remete às reuniões

marcadas pelos conflitos à dimensão de risco à saúde, em seu sentido biológico. Então, sob esta perspectiva tais reuniões seriam um espaço de tensões e desgastes, por isso os moradores deveriam poupar-se mais, o que contrapõe claramente com a valorização de seu caráter democrático:

“Viver em paz, deixar aquelas picuinhas, deixarem sofrerem por besteira. Numa reunião a gente tem conflito, trabalha com convivência: “ah, eu quero dizer que fulano fez isso”, elas ficam vermelhas, se sentindo mal, com dor de cabeça. Então, quando eu trabalho nesse sentido tentando refletir que isso não leva a nada, nesta prática como na física, “pra que, né?!”, “vamos tolerar, vamos pensar no outro, respeitar”. Trabalhar muito em cima do respeito. Então quando a gente consegue atingir isso, eu posso dizer que eles estão vivendo em paz.” (Catarina)

Porém, nessa equipe, uma agente ainda insiste nas reuniões serem construídas a partir das demandas e interesses dos moradores, o que não exclui a fala anterior.

“O que a gente procura fazer é o seguinte. Quando os assuntos são do coletivo, sempre nas reuniões. Mas mesmo assim eles nos procuram pra falar, individualmente, ainda que o problema seja sobre convivência. A gente escuta como desabafo, deixa isso muito claro pra eles, ‘a gente tá escutando aqui como desabafo, mas você tem que levar pra reunião’. As vezes eles nos pedem para que nós levemos pra reunião, e a gente sempre deixa muito evidente que não levaremos, que quem tem que levar é ele, que tá com reclamação é ele, e é ele que tem que levar pra reunião. E na reunião a gente vai trabalhar, se ele não levar pra reunião ele vai ficar com aquele problema e nós não vamos conseguir solucionar. Porque é o que acontece pra evitar fofoca e evitar privilégio de um em detrimento de outro morador.” (Catarina)

Nesse trecho, fica ressaltada a intenção do morador como condição necessária na realização de uma queixa ao grupo, apresentando ao idoso o poder de escolha para que sua reclamação ou reivindicação seja discutida no coletivo. Ainda no percurso do foco no indivíduo, a mesma agente ressalta a

potencialidade da individualidade resultar na dificuldade em convívio no coletivo, o que é ressaltado em outras falas. Nesse sentido, a individualidade representa a valorização da independência e autonomia do idoso, em oposição à prevenção do asilamento. No entanto, nessa política parece que esses dois elementos caminham paralelamente e em constante negociação, se os trechos acima forem recuperados em que a política é tida como promovedora de elementos como independência e autonomia, segundo os agentes antigos e, ainda, se observarmos os seguintes. Esses são marcados pela desvantagem de a "moradia alternativa" estimular o morador a compartilhar todas as esferas de sua intimidade ao dividir um quarto com um outro idoso desconhecido. Esse fator, em várias falas, é tomado como sinal de prevenção ao asilamento, diferentemente da forma como é exposta abaixo.

"Bem, desvantagem na verdade eu não vejo nenhuma. Agora quem tem a opção de viver individualmente... Porque é assim, não sei se é desvantagem, mas conviver com o coletivo não é fácil. Se a gente observar a vida da gente, quando você divide o quarto com o irmão, ou com qualquer outro membro da família, não é fácil até porque você enfrenta todas as dificuldades normais que é um acender a luz e o outro não gostar, um vestir a roupa do outro... problemas de convivência no geral. Você quer ficar no quarto sozinho, quer tá pensando sozinho, tem alguém ali no seu lado. Talvez seja essa. As pessoas que decidem que querem morar no seu quarto sozinhas, não se importam de dividir o restante da casa, mas que querem morar no seu quarto sozinhas, talvez sintam essa dificuldade. (...)

Convivência assim: as posturas individualizadas que estão acentuadas ao longo da velhice, tem a não aceitação das próprias limitações, a dificuldade de viver com o coletivo mesmo, uma tendência que as pessoas têm de reeditar a história de vida na casa. Se era muito agressivo com a esposa e se tem um perfil parecido, eles agem como se tivessem agindo com aquele membro. Acho que nem se dão conta disso. A reedição da historia de vida tem muito, adaptação de novos membros na casa. Quem entra, se sente invadido. Quem entra se sente que meio acolhido mas se sente um estranho ainda. E quem está na casa de alguma forma se sente invadido, porque é mais um que chega, 'quem vai ser essa pessoa? Como é que eu vou lidar com ela?' Até que a

pessoa consiga se adaptar, consiga conquistar o seu espaço e tudo ficar normal. Eu creio que é como todo o lugar. Num ambiente de trabalho, quando chega uma colega nova e 'quem será? como será que vai reagir? como será que vai ser essa pessoa na casa?' Com o tempo, você ouve muitos elogios a respeito da pessoa ou você ouve algumas questões negativas a respeito dela. Normal". (Catarina)

Uma agente antiga reitera a noção de dificuldade em compartilhar espaços e, então, outra – também antiga – apresenta tal característica como própria do idoso:

"Pois não é todo idoso que consegue morar nas repúblicas, pois tem que se dividir tudo. Apesar de alguns precisarem muito, eles não se dispõem a dividir um quarto. Além disso, tem as divisões de tarefas, de espaços de uso coletivo e tudo mais. É muito difícil pessoas se disporem a viver com pessoas que nunca viram. Pois, o mais difícil nas repúblicas é aceitar o outro, aceitar as diferenças, pois eles são muito diferentes." (Laura)

"Porque o idoso tem uma grande dificuldade de dividir, de estar vivendo em comunidade, eles têm uma grande dificuldade". (Tereza)

Na compreensão dessa equipe antiga, o ponto fraco da política pública pode ser apontado de diversas formas:

"Existem problemas nas repúblicas, são os problemas de uma convivência normal. Existem conflitos entre os idosos, como existem numa família. Não existe conflito num asilo. Ali não tem conflito, você olha aqueles idosos, olhando pro horizonte, muitos deles sedados, dóceis, mortos-vivos, psiquismo morto praticamente. Na república não, tem conflito, tem briga, tem debate, tem discussão, você necessariamente precisa reinventar o espaço democrático da discussão, da tomada das decisões coletivas e isso dá trabalho. Isso requer muito do técnico no sentido de coordenar essas assembléias, essas reuniões nas repúblicas. Então, eu acho que falta grandeza, falta perceber que a república é um projeto bom, interessante, é um espaço de prática da cidadania,

um espaço de prática de direitos sociais e que a cidade poderia ter dezenas delas, e aí você eliminaria, por exemplo, a existência de idosos em cortiços nos centros da cidade." (Pedro)

"Bem, o ideal é não precisar delas [das repúblicas], que ele resida com os familiares. Ela [a república] é alternativa para uma melhor qualidade. (...) Bem, eu nunca fui morar em uma pra dizer isso, mas a desvantagem de se morar nas repúblicas é não ter construído vínculos fortes com sua família e daí ter de conviver numa república com pessoas que nunca viu. Pelo próprio conceito de família, porque ele a gerou, devido à convivência anterior. A institucionalização só se justifica quando a família não tem nenhuma condição de ficar com ele." (Laura).

Se para a equipe atual, a concepção de idoso estava atrelada às noções da velhice bem-sucedida marcadas por dinamismo, atividade e entusiasmo, uma agente antiga alarga essa idéia.

"Por exemplo, 'todo idoso é chato' Não, idoso não é chato. 'Ah, porque o idoso é enjoado, idoso é isso ou aquilo'. A pessoa, na velhice, acentua suas qualidades e seus defeitos. Se ela é uma idosa chata, ela provavelmente foi uma adolescente chata, uma criança chata. Então, não tem isso de quando ficou idoso, ficou chato. Não, acentua as qualidades e os defeitos." (Tereza)

E continua:

"Outra coisa também é que a gente acha é o que o idoso, até por conta da idade, era tudo bonzinho, só que os bandidos também ficam idosos. Então, a gente teve problemas com esse idoso que saiu da cadeia e omitiu e, aí, teve problemas que ia matar um morador. Imagine que a gente ia imaginar que um idoso ia matar o outro! Hoje, isso para nós não é novidade. Na Fraternidade, a gente teve um caso de um morador que andava com uma faquinha. Ele era um daqueles que ameaçava veladamente. Então, a gente teve que recorrer ao Ministério Público, a gente pediu que ele saísse, arranjou um quarto, pagou um mês, dois meses. Todinha a república estava sendo ameaçada por ele. Então,

as pessoas quando falam nas repúblicas acham que todo mundo é bondoso e pronto, e não é". (Tereza).

Família: princípios em embate

Observamos que vários agentes da prefeitura que participaram da elaboração e implantação das repúblicas explicitam claramente que se atualmente é necessário uma moradia alternativa para a população de sessenta anos ou mais, é porque a família de origem falhou como instituição. Os filhos devem cuidar dos pais velhos e esse pressuposto tange ao estatuto da obrigatoriedade e não da afetividade. Tal lógica atesta a um cuidado primeiro que os pais ofereceram a eles.

Como já apresentado acima, a ausência de vínculos familiares presumida dos moradores sinalizaria à necessidade de ações sociais, como são as repúblicas, e essa falta de laços é apresentada como desvantagem de tal projeto habitacional[52]. Dessa forma, a atuação do Estado ganha visibilidade e importância na atuação no cuidado aos idosos, embora a família se preserve positiva e ideal no imaginário desses agentes da prefeitura[53].

Ainda com a atenção voltada à família como elemento central, nos próximos trechos, os laços familiares se bem-sucedidos, para além de promoverem o esvaziamento das repúblicas deslocando esses idosos para a casa de parentes, têm a potencialidade em proporcionar resoluções com sentimentos de satisfação e conforto aos moradores.

"(...) Esse caso foi interessante porque era um caso – foi até o síndico, que era síndico – a gente conseguiu encontrar a família dele, que há mais de treze anos que ele não tinha contato, e a família veio buscá-lo e, acho que de Minas

---

[52] Esta idéia está presente em diversas falas espalhadas no material etnográfico proposto nesse trabalho. Um dos exemplos é um trecho da entrevista com Laura, psicóloga e agente da prefeitura antiga: "*(...) a desvantagem (de se morar nas repúblicas) é não ter construído vínculos fortes com sua família e ter que conviver numa república com pessoas que nunca viu."*

[53] Apesar de muitos trechos possíveis serem expostos aqui, escolho um trecho da entrevista de Tereza, assistente social e agente antigo, que sintetiza muito bem essa idéia e está no capítulo I: *"(...) a nossa filosofia é que o idoso tem que ser amparado pela família ou residir com a família, se possível, ou a família estar dando uma ajuda".*

Gerais, e o colocou numa clínica perto deles, da família. Então, ele até teve um final feliz.” (Tereza)

“(...) Também é importante essa questão do resgate da auto-estima, porque o idoso quando ele entra e ele tem algum problema com a família. Na medida em que ele vai melhorando a auto-estima, que ele sente a república como a casa dele, que ele não tem vergonha de estar chamando alguém para visitar a casa dele, ele começa a chamar a família para visitá-lo. Então, é bastante interessante. Porque, na medida em que ele se fortalece, ele vai dizer: “Olha, eu tô aqui, mas eu tô ótimo!”. Então, tem alguns que têm namorada, então, leva a namorada. Tem outros que moram juntos já, nós temos um casal que mora junto.(...)” (Catarina)

A história é definida, pela agente, “de final de feliz”, pois, apesar do senhor ficar adoentado e ter sido hospitalizado, ele voltou a estar perto da sua família. Aqui se representa a ideologia da família moderna como a instituição constituída de fortes laços emotivos, como um refúgio do mundo real (THORNE, 1982). A felicidade da história do ex-morador, nesse caso, estaria condicionada ao aparecimento dos parentes. Essa passagem sugere que o projeto, mesmo que seja defendido como uma alternativa de moradia, não é considerada como ideal para a população de sessenta anos ou mais.

A narrativa exalta a valorização dos vínculos familiares desses idosos, mesmo quando estes se encontram em condição em que impossibilite sua capacidade de ir e vir, princípio tão valorizado por tal política e presente também nos discursos de outros agentes aqui examinados.

Esse ponto enseja o questionamento se tais conceitos estariam de acordo ou em contradição entre si. Retomando a discussão desenvolvida por Viveiros de Castro & Benzaquen de Araújo, no artigo “Romeu e Julieta e a Origem do Estado” (1977), ao analisar a obra “Romeu e Julieta”, de Shakespeare, os autores apresentam essa como um dos marcos da instauração do Estado moderno europeu em que a família, a obrigatoriedade e o ser social são substituídos pelo Estado nacional, pela igualdade entre os indivíduos e pelo ser individual. Sob esse aspecto, as representações sociais de envelhecimento que sustentam tal política municipal estariam centradas na

ideologia das sociedades euro-americanas: o individualismo[54], ao garantir a igualdade entre os moradores e preservar sua autonomia, visa o gerenciamento de sua própria vida e, mesmo, resguarda a sua individualidade.

Por outro lado, as famílias pressupõem hierarquias estruturadas entre seus membros, cujos papéis são vistos como complementares. Dessa forma, a família vive no contexto capitalista sob um dilema e, de certa forma, na sua contramão, pois sua estrutura deixa de lado princípios democráticos como liberdade e igualdade. Apesar da família ter sofrido diversas modificações, ela segue sendo uma estrutura hierarquizada e contraposta à ideologia individualizante e igualitária. Os esforços feministas têm justamente se voltado à desmistificação das decantadas bases das relações familiares, que incluem a glorificação da maternidade, a ênfase no amor como um refúgio de laços afetivos, os quais encobrem a assimetria e constituem relações marcadas pelo conflito e violência (THORNE, 1982)[55].

Então, as agentes da prefeitura apresentam certa contradição ao relacionar o objetivo da república à preservação da condição do idoso como sujeito e protagonista de sua própria vida, à valorização da organização interna da moradia coletiva baseada na sua atuação e, ainda, à divisão de tarefas entre eles, de forma igualitária e, por outro lado, a ideários vinculados instituição da família. Dito de outra forma, celebra-se a condição de indivíduo,

---

[54] Luis Dumont, em "Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações" (1992), discorre sobre o individualismo, o qual considera uma ideologia do mundo ocidental, assim como holismo o é na Índia. Nesse sentido, na relação entre indivíduo e sociedade, o primeiro está atrelado hierarquicamente numa totalidade, já que para esse autor a existência de hierarquia é um pressuposto em todas as relações, em todas sociedades. Nesse sentido, ele inspira sua teoria em clássicos como Durkheim, Mauss e, ainda, Lévi-Strauss. No entanto, vale lembrar de influências weberianas, já que o autor está atento a um sistema de valores. Indivíduo, portanto, é tratado como um constructo ideológico das sociedades dos antropólogos. Esse autor elimina qualquer sentido de caráter político – o que não significa que desconsidere a partir de representação ou ideologia. Dumont, nesse sentido, compreende que haja políticas públicas de ampliação do direito, em torno da imagem desse constructo social. Dito de outra forma, a natureza do indivíduo é social e está vinculada a um todo social, inclusive nas sociedades modernas, em que o indivíduo é pensado como um valor e acredita-se em seu primado.

[55] Como Thorne (1982) aponta "Anthropologists Jane Collier, Michelle Rosaldo and Sylvia Yanagisako argue that 'the family' is a distorcing ideological construct that 'maps the function of 'nurturance' onto a collectivity os specific persons (presumably 'nuclear' relations) associated with specific spaces ('the home'), and specific affective bonds ('love').'" (1982, p.04).

portador de direitos e deveres e, ainda, idealiza-se o sujeito envelhecido na estrutura familiar marcada por assimetrias e hierarquias.

Trata-se de negociar e articular imagens *a priori* contraditórias: o idoso pode ser tratado como um indivíduo digno e portador de direitos e, ainda, é atribuído a esse à condição de vitimizado, dependente ou impossibilitado, a partir do ideal sinalizado na idéia de permanência do idoso no seio familiar. Os modos das agentes da prefeitura de conceberem o destino ideal dos moradores, ou, ainda, a experiência de velhice privilegiada, conferem o caráter ambivalente devido à valorização da relação familiar e à concepção do sujeito autônomo presente na constituição do projeto. A ambivalência enseja certa tensão e negociação dos dois elementos aparentemente opostos.

Ao tratar da população que procura o setor de forma geral, Catarina, assistente social, atenta para aqueles que não estão no perfil do projeto, os que moram em outro município ou mantêm laços com a família. E, nesses casos, ela defende que o idoso deva permanecer na casa dos parentes, porque o poder público limitaria a prestar serviços a partir de necessidades e não suprir desejos individuais, como seria o caso de muitos que procuram as repúblicas para ter um "cantinho" próprio e independente da família, de modo a preservar a sua individualidade:

"Aparecem pessoas que não têm o perfil, ou seja, pessoas que estão morando com filhos e não querem mais morar eles, pois acham que é muito conflito e não querem incomodar, não querem incomodar os filhos e têm que ter o seu cantinho. Recentemente, tem uma pessoa que vai trazer o pai de Lorena. Não é que ela não quer o pai em casa, o pai é que não quer morar na casa dela, porque acha que vai incomodar, acha que vai desalojar alguém. O poder público não está para isso, tá para sanar a necessidade de moradia, e não de convivência, porque tem dois adolescentes em casa ou porque não agüenta mais ouvir a música alta, quer dizer, o problema de convivência vai ter sempre. Porque morar na república de idosos também vai ter problemas de convivência. Porque se você consegue ter problema de convivência com as pessoas da família, com os filhos que você criou, com as pessoas que você escolheu para morar, imagina então com as pessoas que você não escolheu, que vieram de pais diferentes, de condições diferentes, com a vida já vivida de forma

diferente, com menos paciência com a vida ou com mais paciência, com mais ou menos tolerância. Na verdade, vai ter problema de convivência mesmo." (Catarina)

Ou, ainda:

"Tem muitas pessoas que têm nos procurado porque pensam 'é mais barato, eu vou morar na república, vai sobrar dinheiro e eu vou ajudar a minha família'. Essa também não é a proposta de moradia: você pagar mais barato e conseguir ajudar a sua família, essa não é a proposta hoje." (Catarina)

"A relação ideal entre os moradores seria fantasiar. Definir a relação ideal seria fantasiar muito porque, na verdade, a relação ideal é aquela que eles vivem, que é real. Se eu disser para você que eu gostaria que tivesse mais harmonia na república, eu gostaria que eles se respeitasse mais, que eles convivessem como a família doriana[56]. Mas, a família doriana não existe em lugar nenhum, nem nas famílias que a gente criou, o marido que a gente escolheu, os filhos que vieram do ventre, com as pessoas com quem a gente conviveu a vida inteira, os irmão, os pais. Os pais não têm os filhos que eles gostariam de ter. Como eu posso idealizar que as repúblicas tenham a perfeita harmonia?" (Laura)

Nesse sentido, a psicóloga e agente atual Catarina compreende que a condição do idoso na família é diferente daquela da república, mas, ao mesmo tempo, não pensa tal política como uma oportunidade para os idosos que desejam distanciar-se da relação familiar, como se esta fosse a condição natural do indivíduo. Sobre os problemas de convivência, ela argumenta que não são naturais e inevitáveis, já que estão presentes também no espaço doméstico tomado como categoria essencializada.

Porém, essa mesma entrevistada também reconhece positiva a possibilidade de os moradores, uma vez morando nas repúblicas, reencontrarem suas famílias sob outras circunstâncias, após anos de

[56] Referência à campanha publicitária de uma marca de uma margarina.

desencontros. Preservar a condição de sujeito e ter a capacidade de manter certa “intimidade à distância” são vistos como conseqüências desejáveis que a moradia nas repúblicas pode proporcionar.

“Tem o resgate também com os vínculos familiares, a partir do momento que se está morando muito bem, com aquela individualidade, com o seu dinheiro próprio, dignamente. Você mora dignamente a baixo custo. Então, com um salário mínimo, você consegue manter sua vida toda. Consegue chegar nos parentes de uma forma mais autônoma, mais satisfeita, mais seguro até pra visitar, até pra dizer : ‘olha, eu não tô incomodando. Eu vim aqui pra visitar você, eu não preciso de você, eu posso estar convivendo de outra forma, sem a coabitação, sem a moradia muito próxima. Então, eu conduzo a minha vida tranquilamente.(...)” (Ana)

Assim, como completa a assistente social e agente atual:

“Eu acho que morando nas repúblicas eles resgatam estima, a ponto de quererem resgatar vínculos familiares, do tipo ‘aonde eu tava, eu não podia dar o braço a torcer, pois eu morava em cortiço’, agora, hoje, ‘Família, vem me visitar’ por que está na casa, por que se sente na casa, isso é muito legal, isso é muito diferente de se morar num lugar diferente da república, né?!
Alguns, resgatam. Outros, não. Outros não têm nem família. Mas quando têm, alguns resgatam. Nas festas a gente vê muito, quando eles querem, porque a gente sempre procura trabalhar o que eles aceitam. No aniversário da república, a gente pode fazer uma festa, a gente mobiliza e convida a comunidade local, a gente traz uma quadrilha, convida quem os moradores quiserem, aí eles sempre trazem uma sobrinha, um filho ou uma filha, aí é o momento que a gente vê que eles resgataram. Alguns, às vezes, resgatam tanto que saem da república para morar com os filhos. Acontece sim.” (Ana)

Em outros momentos de sua fala, esta agente também percebe a relação familiar como espaço de não-afetividade, conflitos e de disputa:

“Eu acho que tem muita carência de afeto, tanto na população negligenciada, abandonada, como nos idosos. Eles acabam esperando da gente também essa afetividade, talvez nunca constituída ao longo dos anos, nunca elaborada por seus familiares ou amigos. Eu percebo muito isso. Diferentemente das mulheres [vítimas de violência] que estão numa situação de violência, apesar de ser uma outra carência, mas é uma coisa temporária. À medida que você resgatava a estima delas, elas iam viver sua vida. Já o idoso não, é eternamente essa solicitação, essa necessidade. Eu não sei se é porque já está num período, na cabeça deles, de ‘de pouco tempo me falta’, então eles absorvem muito, eles têm essa necessidade mesmo, de suprir carência mesmo.” (Ana)

A engenheira e agente atual desenvolve a mesma idéia em outras palavras, acreditando que o sentimento de frustração por não morar nas unidades familiares seja um anseio dos próprios moradores:

“Depois que eu vim de criança, trabalhar com idoso é interessante, pois a carência é a mesma. E quando você trabalha com idosos da república, mais específico, essa carência é mais acentuada ainda. Porque eles não têm família ou eles têm família mas tem uma vinculação bem estremecida, por mais que eles falem assim ‘ah, eu não gostaria de morar com eles e prefiro ter o meu cantinho e pápápá’, no fundo, eles não se dão muito e pronto. O filho, a nora, o genro impossibilitam a ida deles pra essa casa que seria a da família. Então, eles substituem muito a gente como uma certa família.” (Catarina)

O psicólogo e agente antigo do setor das repúblicas tem seu discurso marcado pela idéia central dos outros agentes aqui apresentados: a família é fundamental no cuidado com o idoso, e a participação em programas voltados aos idosos pode ajudar a recolocar em termos mais positivos a relação dos idosos com suas famílias. No entanto, ele pondera sobre a possibilidade de que algumas famílias maltratem os seus idosos, eventualmente por não poderem arcar com os custos materiais e emocionais decorrentes da necessidade de cuidar de problemas sérios de saúde devidos à idade. Porém,

ele reconhece a possibilidade da família imprimir violência e maus tratos com seus idosos.

“Porque, quando tem família fica muito mais fácil nossa ação, a menos se o familiar seja o agressor, aí é um complicador a existência do familiar. Mas, se ele está presente e ajuda, o trabalho fica muito mais fácil.” (Pedro)

“Agora, há também dificuldades: as clínicas de repouso cobram valores elevados, tem todo um segmento de idosos, sobretudo, aquele que fica acamado, que necessita de fraldas, de remédios, ele passa a onerar muito os custos daquela família que muitas vezes um dos familiares tem que deixar o emprego pra cuidar de seu idoso, e isso leva muitas pessoas ao desespero, porque dois, três, quatro anos cuidando de uma pessoa acamada, os custos sobem muito e não podem contar com o auxílio de algumas clínicas que poderiam ir de socorro a essas famílias. A gente defende que o idoso tem que estar no seio da família, este é o nosso princípio, mas a gente tem visto também famílias com renda bastante pequena mas com custos elevados, por conta de um AVC, de um derrame, de um aneurisma cerebral, de uma queda de fêmur, de um mal de Alzheimer e assim por diante. Ou seja, essas pessoas necessitam de atenção especial, remédios, fraldas, então, nós também temos programas montados para atender essa necessidade de algumas famílias, mas é absolutamente insuficiente.” (Pedro)

“Existem também situações em que, às vezes, há conflitos entre os filhos. Pois, um filho está sobrecarregado e os demais não colaboram nem com cuidados, nem com atenção e nem monetariamente. É comum também filhos ofereceram denúncias contra os próprios irmãos. Mas essas denúncias chegam ao Conselho Municipal do Idoso. É muito comum o idoso ser atendido no Pronto Socorro. Chega lá em péssimas condições, sem banho, machucado, então, o Estatuto do Idoso obriga os profissionais de saúde a comunicar a autoridades competentes sobre, descobre-se o que aconteceu. Então a Secretária Municipal de Saúde, notadamente os médicos, os enfermeiros e assistentes sociais de Prontos Socorros, que prestam atendimento ao idoso machucado, também são solicitados a informar a autoridade competente: o Ministério

Público, o Conselho Municipal do Idoso, delegacias e estes órgãos requisitam o nosso trabalho de acompanhamento, de abrigamento, enfim, a medida de proteção que a autoridade determinar." (Pedro)

Ele também acrescenta que o problema não necessariamente é da família, mas do idoso. Essa, ao contrário, sofre com ele, tentando resolver os conflitos gerados por esse. Nesse sentido, há uma valorização novamente da categoria família, enquanto espaço de dissolução de problemas.

"Idoso que torra sua aposentadoria no bingo e deixa de alimentar seu cônjuge, que deixa de pagar a conta de luz, de pagar a conta de água para jogar no bingo, os filhos vão a loucura. E esse idoso normalmente diz que ele não é atendido pelos filhos, que ele tá abandonado pelos filhos. Ele acha que pode usar o dinheiro para isso e que renda familiar, dos filhos seja destinada para outras coisas, para outras necessidades deles. Não, a aposentadoria dele é para as necessidades dele. Então, é comum receber as vezes três, quatro filhos e os caras estão detonados - não sei se isso já é outra coisa...
Eu peguei, um dia, um rapaz de 50 anos chorando. A mãe, praticamente, em surto psicótico. Uma senhorinha de 85 anos que se trancava no quarto, que ia pra janela, dizia que o filho trazia mulheres pra dentro de casa, que ele queria jogar ela da janela, que queria asilá-la, pra ele ficar com as mulheres dele dentro do apartamento e o prédio inteiro acreditava nessa história. E eu fiz uma visita, fiz duas visitas e percebi que ela estava em crise, ela estava paranóica. Ela começou a dizer pra mim que ela tinha advogados e eu estranhei, 'mas,como? porque a senhora está falando isso, a senhora está com medo de mim', 'é eu sei... vai ver você ta com o meu filho... ' tava perseguida por mim... eu tava ali para ajudá-la. Eu percebi que ela estava em crise e comecei a tratar de convencê-la a procurar um médico no NAPS[57], onde ela já fazia tratamento para tomar medição, tomar sol para parar com delírios, com o pensamento delirante dela. E ela foi se recusando e a gente foi aguardando. Só que esse filho, ele não tinha ascensão sobre ela, ele não conseguia. Ela tinha autoridade

[57] A sigla NAPS significa Núcleo de Apoio Psicossocial e refere à de tratamento psicológico oferecido pelo poder público. Neles, encontravam-se, antes das reformas manicomiais - relatadas no capítulo I –, velhos institucionalizados, além de indivíduos diagnosticados com distúrbios psiquiátricos.

sobre ele, mas ela tava em surto. Ele não tinha forças. Então, peguei com ele, fui a domicílio e falei: 'você vai sim ao médico, se você não for', me ameaçou com a bengala, eu falei 'bom, você não vai por bem, você vai por mal'. Chamei a polícia, 'vou chamar a polícia, é desnecessário, vovó, veja só'. Chamei a polícia, veio a ambulância e descemos com a velhinha. A velhinha não sofreu resistência, fomos ao NAPS. Agora, no prédio, todo mundo perguntou 'quem é você? Qual é a tua? O que você tá fazendo com essa velhinha?', 'Ah, eu sou psicólogo da prefeitura, ela ta necessitando de atendimento psiquiátrico, e eu vou levá-la ao psiquiatra, aqui é o meu crachá'. Mas, o prédio tava achando que eu tava a serviço do filho, cometendo uma violência contra ela. Num segundo momento, ela continuou deixando de tomar remédio, até que depois de seis meses, eu entendi com o psiquiatra, que nós teríamos que levá-la a uma clínica de repouso. Conseguimos levá-la ao NAPS, ela foi medicada, depois levamos a uma clínica de repouso, ela não podia mais ficar sozinha. O sujeito estava ameaçado de perder o trabalho, tava entrando em loucura o filho, então, um exemplo." (Pedro)

Retomando a narrativa de assistente social e agente antigo Tereza sobre o ideário das relações familiares, evidencia-se a articulação e a negociação dos dois elementos de princípios em tensão. Essa não encontra nenhuma contradição em preservar a individualidade do idoso e o manter na família. Na verdade, ela coloca tal conjunto de proposta como objetivo da política municipal, assim como os outros agentes: ora ressaltam o valor positivo da família, ora, ameaçam a apresentá-la enquanto espaço de conflitos, mas tal idéia é pouco desenvolvida nas falas, e se observa que muitas vezes os próprios idosos são os causadores de conflitos. Portanto, tende a prevalecer a representação social da família enquanto laços harmônicos, afetuosos e de responsabilidade com seus idosos e certa junção das duas concepções[58].

[58] Vale ressaltar que nos documentos de âmbito nacional, estadual e municipal o legado da família como responsável pelo idoso é constantemente ressaltado. Por exemplo, no artigo 3 do Título I: "Disposições Preliminares" diz que "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária." (ESTATUTO DO IDOSO, 2003).

“Então, eu acho que é a importância da república não só dar uma habitação digna para essas pessoas, mas também manter a autonomia, incentivar essa questão do restabelecer o vínculo familiar. Eu acho bastante importante. Eu acho que – não é porque seja um projeto que a gente idealizou – mas é um dos projetos que você realmente você vê o resultado.” (Tereza)

Ou, ainda, nas palavras da psicóloga e agente atual em relação à experiência da República dos Idosos:

“Então, tem questões de saúde, os eventos a gente também foi percebendo que era importante chamar a família para aqueles que quisessem. Quando a gente faz eventos, a gente pede que eles chamem duas pessoas que eles mais gostem. Por que duas? Por que o número de moradores é quarenta, levando duas pessoas, já são 120. E aí, eles vão negociando um com o outro. Quem não vai levar ninguém, dá o passe para outra pessoa que tem mais gente para levar. Essas questões a gente vai percebendo e vai colocando, essas e outras. Aparecem sobrinhos, netos, filhos, amigos, vizinhos, paqueras, namorados. Cada um vai levando aquilo que mais se habilita. Tem morador que leva vizinho que mais gosta. Tem morador que leva namorado. Tem morador que leva pessoa que tá paquerando. São as pessoas de que eles mais gostam, mais se afinizam, que eles gostariam de estar naquele momento, partilhando com eles e levam. Levam porque querem mostrar onde moram, onde vivem, as pessoas com quem convivem. Levam porque acham que a festa é muito legal e que tem que estar fazendo parte daquilo ali, nos passeios também. Hoje a gente já abre, mas abre para parente ou amigos, de acordo com o número de vagas, mas quem estiver indo, vai ter que custear também.” (Catarina)

A política das repúblicas não consiste em rearranjar a estrutura familiar propriamente dita, mas reordenar a posição do idoso, o tornando fortalecido, para encarar tal instituição, tendo seus agentes em mente a possibilidade de, a partir da tomada de autonomia, negociar esses dois universos com valores diferentes: igualdade versus hierarquia, duas esferas: república *versus* família. A configuração da negociação de elementos em tensão traduz o caráter da

moradia coletiva para além de um legado apenas. Essa articulação de lógicas também se imprime em concepções como autonomia, independência e idoso desses agentes, traduzindo sua compreensão heterogênea e estendida desses termos.

Discursos sobre gestão de velhices

Se o projeto pensa na dignidade dos idosos resgatada a partir da autonomia e da qualidade de vida proporcionadas por terem a chave de casa, os próprios moradores muitas vezes queixam da condição de estar numa república com mais nove idosos desconhecidos e terem de gerenciar a casa, além de sua própria vida. Frases como "já não tenho mais idade para lavar roupa ou fazer faxina" são comuns nos seus discursos. No entanto, o fato dos idosos se autogerirem é motivo de orgulho para as agentes, que traduzem isso como a consolidação da independência e autonomia de indivíduos de sessenta anos ou mais. Nesse sentido, as agentes estariam negando o corpo envelhecido e o próprio envelhecimento desses moradores, aspectos estes que, por sua vez, enfatizam a fim de garantir os direitos de sua condição falha, envelhecida e desvitalizada.

Os moradores, ao discorrerem sobre suas próprias famílias, tendem a apresentá-las como um espaço harmonioso e demonstram carinho e saudade pelos entes queridos, mas afirmam freqüentemente não serem capazes de morarem junto com eles, pois não se adaptariam à vida familiar. A imagem da família feliz é sempre retomada, mas se dissolve quando os moradores, interpelados sobre seus contatos com os familiares, revelam não ter recebido nenhum telefonema ou visita há anos, e muitas vezes demonstram algum ressentimento por causa disso. No entanto, quando os moradores relatam experiências negativas cuja causa se remeta a algum erro dos filhos, os idosos concluem afirmando que agiriam da mesma forma, pois esse era o seu papel naquele momento[59].

---

[59] Aqui remeto mais precisamente ao caso relatado pela dona M. que emprestara dinheiro ao filho e esse não lhe devolveu todo valor. Esse fato vinculado a situação econômica do país resultaram em perda de rendimentos e, em conseqüência,

Alguns realçam que estão na república por escolha própria, porque têm aversão a morar com os filhos, genros e noras, preferindo como uma forma de viver sem incomodar ninguém e sem serem perturbados.

As agentes da prefeitura valorizam as relações familiares e acreditam que o melhor para os moradores seria viver junto com suas famílias. Sob esse ângulo se supõe uma relação de dependência entre família e envelhecimento bem-sucedido, como se o idoso que vivesse longe dos laços familiares estivesse de alguma maneira "fora de lugar". É nessas condições que as políticas públicas se vistas como necessárias e são executadas. As agentes passam a promover os aspectos relacionados à autonomia e à atividade da forma como definem, isto é: o idoso deve ter a chave da casa, comprar e cozinhar seu próprio alimento, limpar e administrar a casa.

O projeto da política estabelece que os candidatos a morar nas casas deveriam ser aqueles que não têm família, ou que romperam os laços com seus familiares. No entanto, segundo os moradores, as agentes da prefeitura selecionam muitos idosos que têm famílias e mantêm bom relacionamento com elas. As agentes, porém, sustentam que, nesses casos, as relações dos idosos com os familiares envolvem aspectos ligados à contravenção ou ao crime. É o caso de uma senhora de setenta e nove anos que afirma almoçar com os filhos com freqüência e ter uma filha com que gostaria de morar. Essa moradora julga ter um bom relacionamento com seus filhos. As agentes da prefeitura, no entanto, julgam exatamente o contrário, argumentando que outra filha pede dinheiro à mãe para comprar drogas e, que a senhora tem parentes presos por cometerem crimes – como o marido da neta, que a teria assassinado. Este caso é definido pelas agentes como uma "história de vida na família muito complicada".

Esse exemplo remete aos diferentes significados postos em prática para definir o que é um relacionamento familiar satisfatório. Isso abre espaço para que um projeto voltado, em princípio, a idosos sem família ou com problemas familiares, seja reinterpretado, de modo a admitir uma senhora que julga ter com relação positiva com a família. Mas, nesse caso, o que são conflitos

---

diminuição de poder de compra de imóveis, negócio que lhe rendia alto padrão de vida, sobrando-lhe um salário-mínimo.

familiares? Se para as agentes atuais, contravenção e crime na família são indícios de mau relacionamento, para os idosos, não necessariamente. Eles recorrem a lembranças com muita saudade, já que na maioria das vezes, a família está ausente há anos. A insatisfação com os laços familiares está mais relacionada com abandono, indiferença e ausência. Mesmo aqueles que mantêm contato esporádico com irmãos, filhos, netos ou sobrinhos, valorizam a sua relação familiar, em detrimento dessa maioria que os tem ausentes. Por isso, aquela senhora não via problemas com sua relação com os filhos, apenas com a situação[60] em que sua família encontrava, o que nada tinha a ver com ela.

No entanto, por sua vez, tanto o projeto como as agentes atuais têm percepção diferenciada sobre o assunto. Pois, além de ter interpretado tal família associada ao crime como "muito complicada" e incentivar essa senhora a ser tornar moradora da república, esses não consideram um problema os idosos procurarem a família e até ir morar com ela, quando tais elementos de conflitos estão menos em evidência e referem-se a aspectos mais sutis. Nesse sentido, percebem a família como lócus de afeto e proteção.

Portanto, esta política pública é dinamizada a partir da atuação e interpretação das agentes da prefeitura atuais, tendo o projeto como referência. Nesse sentido, a proposta inicial é re-apropriada na atuação das agentes atuais, a qual, por sua vez, não corresponde com as concepções de envelhecimento dos próprios idosos.

Percebe-se, então, que além das três modalidades serem distintas entre si, cada uma está clamando por um tipo social de idoso e de representações acerca da velhice, de forma geral.

***

Vimos que as percepções do projeto das repúblicas são visivelmente diversas. Apesar disso, nas seis entrevistas mencionadas, a imagem do idoso

[60] Essa situação pode ser definida pela carência de pais dos bisnetos, cuja mãe havia falecido e o pai estava preso, por exemplo.

acionada é de protagonista social e político, vive intensamente e ainda com perspectivas.

Essa idéia dos idosos como sujeito se desfaz quando a moradia coletiva é tratada. Para alguns agentes, falar do cotidiano das casas é tratar de moradores envolvidos em 'picuinhas', que se queixam de coisas de pouca importância e desgastam-se fisicamente. Para outros é marcado pelos princípios próprios do regime democrático.

Nesse sentido, é revelado um universo heterogêneo de significados de velhice, influenciados por contextos sócio-políticos e linhas interpretativas que extrapolam o campo das categorias etárias, além de valorizar o lugar social de que esse agente anuncia. A pluralidade de concepções e relações em torno da categoria idoso e as repúblicas são amarrados de tal forma que tais experiências múltiplas são traduzidas numa imagem una, é o que acontece também com os moradores, que vieram de condições e vivências diversas.

Apesar do modelo de velhice bem-sucedida ainda garantir êxito e fortes influências, pôde demonstrar a pluralidade que se complemente e se opõem. Em quase todos os casos, a juventude foi exaltada como valor. A política tende a homogeneizar, na prática, tais vivências múltiplas, a partir de procedimentos institucionalizados.

No próximo capítulo, focalizarei a persistência da ambigüidade entre os termos *heterogeneidade* e *homogeneidade* no âmbito das experiências de velhices dos moradores.

Capítulo III: Concepções de velhice segundo os moradores

Trajetórias e perfis

Em cada república, vivem, aproximadamente, dez moradores. Em 27 de fevereiro de 2005 eram trinta e cinco: 23 mulheres e 12 homens. Elas têm de cinqüenta e oito a noventa e oito anos. Eles, de sessenta e um anos a oitenta e dois, em 2005.

Muitos vieram de vagas e quartos alugados. Outros viviam em casas de conhecidos ou de ex-patrões e mesmo em casas de familiares.

As histórias são diversas e os motivos de suas saídas são marcados pelo alto custo da moradia ou pelo sentimento de estar provocando algum incômodo ou, ainda, pelo local de habitação cedido ser utilizado para outros fins. Uma das moradoras dividia o apartamento com uma amiga, até a neta grávida da proprietária ter-se mudado para lá; a chegada do bebê exigiu mais espaço na casa. Outra morava com a sobrinha no estabelecimento comercial dela, mas foram expulsas do local pela vigilância sanitária. Outro caso é uma senhora que fora morar com o namorado na casa do irmão dele, que era alcoólatra; ela preferiu deixar a casa e continuar com a relação amorosa[61]. Uma das moradoras estava na casa da irmã, que vivia com a filha; ela achava que tirava a intimidade da sobrinha e confessou que não se sentia à vontade por não a deixarem contribuir com as despesas e o cuidado da casa. Outros alugavam vagas em quarto em apartamentos ou em cortiços, que dividiam com outros idosos[62]. E havia aqueles que moravam com amigos proprietários aos quais pagavam aluguel.

Há, ainda, a história de uma moradora muito diferente. Ela era vendedora em Belo Horizonte, onde vivem seus cinco filhos. Um dia essa

---

[61] "*Dona N. teve um extenso relacionamento quando nova, aos 36 anos e depois de décadas eles voltaram a se encontrar. Ela morou com ele na casa onde ele mora, mas seu irmão bebia muito e ela preferiu não se envolver e saiu de lá. Ela preferiu morar na república e continua a namorá-lo.*" (diário de campo). Em 2006, a situação do irmão piorou e o namorado tinha acabado de ser aprovado no processo de seleção das repúblicas. A idéia das "agentes atuais" era colocar o casal para dividirem um quarto, como um outro casal.

[62] *"Seu W. antes de participar das repúblicas morava em um quarto alugado em casa de família. Ele foi candidato a vereador duas vezes no município e tem duas filhas em São Paulo."* (diário de campo)

senhora sonhou com Santos e decidiu vir embora: “vim em busca de meu sonho”, como ela conta. Ao chegar, ficou num albergue noturno, também da prefeitura, e depois foi encaminhada para uma das repúblicas.

Outras histórias de migração guardam alguns aspectos em comum. Uma das moradoras, dona E., é uma senhora negra que partiu de Pernambuco em 1984 com destino a Santos. Ela fora cuidada por uma tia solteira e via a mãe quando ficava doente ou nas férias, durante a infância. Ela não conheceu o pai. Em 1953, a tia falecera. Trabalhou como doméstica em casas de família em Santos até 2002, quando completou 60 anos e, então, aposentou.

Trajetória semelhante se repetiu com as co-moradoras de quarto J. e S. Transcrevo a seguir o que registrei sobre suas histórias em meu diário de campo.

“*Dona J*[63]*. é uma senhora negra baixinha e bem magrinha, me contou que veio do nordeste. A irmã a levara para passear quando mocinha. Ela voltaria depois de um ano, mas sua mãe falecera nesse período e ela não mais voltou. Do Rio Janeiro veio para Santos. Ela trabalhava de passadeira. Morava com a prima, mas o custo da moradia ficou muito caro para ambas. A prima foi morar com a irmã e dona J. foi procurar outro lugar mais barato e encontrou as repúblicas. Ela está lá há quatro meses e diz que está gostando muito.*

Dona S. trabalhou na casa de uma família por 42 anos. Ela é uma senhora mais gorda e baixinha. Estava vestida de camisa com um colar grande, bem vistoso. Ela contou-me que essa família era muito boa com ela, pois lhe dava muitas roupas. No final, a família já não tinha como paga-lá, mas dava-lhe coisas em troca do trabalho prestado.” (diário de campo).

Esse percurso também foi traçado na vida de homens, como é o caso de seu A., que deixara sua cidade natal, São Sebastião, aos 10 anos, sem saber identificar o motivo. Um tio, que trabalhava numa drogaria e morava num

[63] Os moradores serão identificados nesse capítulo, bem como ao longo de todo trabalho e já indicado, pela inicial do nome. Esse será acompanhado dos termos “seu” e “dona”, formas reduzidas de senhor e senhora respectivamente, como os eles são tratados no campo. O uso desses termos dá-se com o intuito de indicar o gênero do indivíduo a que a letra se remete. Vale lembrar que há dona J. e seu J. e esses referem-se a dois moradores diferentes de gêneros distintos.

porão, o trouxera. Transcrevo abaixo o que registrei sobre ele no diário de campo:

"Seu A. queixa-se de ter vindo sem estrutura, apoio ou orientação de ninguém. Fala que parou no tempo. Ele trabalhou em casa de família, 'sem ação de mudar', como ele define. Depois trabalhou na rodovia Anchieta, durante o governo Ademar de Barros, como pintor de placas. Trabalhou também num moinho, que fabricava farinha. Por intermédio da assistente social da empresa, estudou na Fatec. Ele contou que recebera uma carta de uma "pessoa muito importante" de São Paulo para parabenizá-lo por estar estudando. Ele se lamenta de não ter estudado antes, acha que, se tivesse estudo e se tivesse ficado em sua cidade natal seria alguém "importante", como diz. Ele mostra-se muito insatisfeito por ter vindo para Santos e ainda por estar aqui. Perguntei sobre as pessoas de sua terra natal, ele falou que tem um irmão casado, com tem filhos, netos e muitos colegas lá. Ele diz que vai voltar, para reencontrar os colegas, vai construir uma casa para alugar e viajar e passear bastante." (diário de campo)

Por outro lado, há o outro grupo de moradores que suas trajetórias foram marcadas por mobilidade descendente, como é o caso de dona Jn.. Sobre ela, registrei em meu diário de campo:

"Dona Jn. veio para Santos no final de 1946, casada no mesmo ano e grávida, com o marido, o qual era despachante da polícia. Teve o primeiro filho em meados de 1947. Depois de voltarem da Argentina, após mais ou menos cinco anos, descobriu estar grávida, pelo espanto e desgosto dela, pois o médico dissera que não poderia ter mais filhos. Mas seu marido queria. Ao longo das conversas sobre outros assuntos, ela relatou que o marido não a deixava sair sozinha e que cuidava dos filhos sem ajuda de ninguém. Sobre isso comentou: 'sabe aquelas cenas da TV, em que a esposa fala pro marido que o nenê está chorando? É só coisa de TV mesmo, na realidade não é assim'.

O marido morreu em 1964. Após o falecimento, teve dois companheiros, que também faleceram. Ela relatou que, nessa época, vivia de renda,

comprava apartamentos junto à praia, mobiliava-lo e depois o revendia. Disse-me que primeiro que via o imóvel e comprava na hora. Disse também ter saudade dessa época. Ela morava num apartamento.

Até que na transição para o governo Sarney, ela vendera um. O dinheiro desvalorizou e seu filho mais novo pedira um empréstimo, ela dera 30 milhões.

O filho a pagou 15 milhões após seis meses, mas sem reajuste de juros, mas a partir de então, ela não teve mais o mesmo nível de vida. Ao todo foram nove apartamentos.

Ela não culpa o filho, pois diz que faria novamente.

Depois de certo tempo, essa senhora foi morar em vaga em casa de família, às vezes com uma ou duas pessoas no quarto. A sua ela pagava 200 reais. Ela não gostava, pois não se sentia em casa e a dona implicava com algumas coisas, como a roupa pingando no varal, mas - completa - não havia máquina de lavar." (diário de campo).

Através da pesquisa de campo e da análise das fichas de inscrição dos moradores em 2005, foi possível perceber a presença de várias pessoas solteiras. Cerca de metade dos moradores naquele momento não tinham filhos. Grande parte desses migrou de sua cidade natal para encontrar melhores condições de vida ou de trabalho no município santista e exerceu atividades de baixa especialização ao longo de sua trajetória profissional. Por outro lado, há aqueles que provinham de um status social mais prestigioso ou viviam sob condições materiais mais estáveis e, repentinamente, algum evento (tal como por falecimento do marido, negócios falidos ou perda no jogo) sucedeu e ocasionou mobilidade social descendente.

Entre as mulheres, há um número reduzido de divorciadas em comparação com as viúvas e as solteiras. No caso dos homens dá-se o oposto: a maioria é de divorciados, e a minoria é solteira e viúva. Um caso interessante é um morador da república *Fraternidade*, que saiu da casa onde morava com a esposa e os filhos aos sessenta e nove anos.

A maioria dos homens teve filhos, enquanto a maioria das mulheres, não. No caso dessas mulheres, foi percebido que muitas das que optaram pela república eram domésticas, moravam na casa do patrão e, uma vez envelhecidas, não tinham mais onde morar. Dessa forma, por conta do

trabalho, abriram mão de constituir sua própria família, e seus parentes foram deixados em cidades distantes. Essas mulheres consideram como sua a família dos patrões a sua, e muitas os visitam ainda hoje.

Moradores e moradoras são predominantemente brancos. Esse dado foi acrescentado ao longo da pesquisa, pois nas fichas de inscrição não consta tal item e nas entrevistas não foi mencionado diretamente, com exceção de raros casos.

Rotinas e passeios

A rotina desses idosos é marcada por consultas médicas, visitas a familiares e amigos, práticas esportivas e cursos. Um morador andava de bicicleta às tardes e trabalha nos finais de semana como anunciante de uma loja em Cubatão. Uma moradora trabalhava numa igreja evangélica, onde conheceu uma freqüentadora, funcionária da prefeitura que lhe indicou aos centros de convivência da terceira idade e de lá foi apresentada às repúblicas; ela freqüentava aulas noturnas de alfabetização de adultos e estava matriculada na ginástica no Secon[64]. Outra moradora saia da república para visitar um convento, onde morou e trabalhou durante muitos anos, e também para visitar uma amiga doente, para quem cozinhava aos domingos. Uma senhora[65], que teve dois derrames ao longo de sua vida, fazia fisioterapia,

---

[64] Os, até então, Centros de Convivência da Terceira Idade (Cecon) ou Centros de Convivência da criança e do adolescente (destinados a 07 a 14 anos) passam a ser chamados, em 2005, de Seção Centro Comunitário (Secom), sinalizando a unificação e o novo projeto de intergeracionalidade, em que as categorias etárias não são mais isoladas, como informa o agente Pedro: "Então, você tem os Centros de Convivência que naquele momento representou o esforço de diminuir o confinamento, o isolamento dos idosos. Hoje a gente já considera esse modelo ultrapassado por que ele acaba segregando os idosos, na verdade. É um equipamento voltado só pra população idosa, só é freqüentado por idosos e o que é desejável é a intergeneracionalidade, quer dizer, uma maior integração entre jovens, adultos e idosos. Naquele momento foi fundamental: oferecer ginástica, oferecer espaço pra dançar, oferecer oficinas. Foi fundamental. Mas, hoje, nós já consideramos esse modelo ultrapassado, a gente tem que buscar formas de integrar os idosos em equipamentos freqüentados também por jovens, por adultos."

[65] "*Dona I., que veio, quando criança, de Salvador, onde nascera. Morava em Santos, mas como era bem "arteira", os pais a mandara a um internato em São Paulo, no Ipiranga: "hoje é colégio de rico, mas na minha época, não era assim não"!*
Como ela me contou que ela casou grávida com dezesseis anos. Depois de três anos, o marido faleceu num acidente. Ela trabalhava e estudava no técnico Liceu Santista e

natação, hidroginástica numa clínica que tem convênio com uma faculdade da cidade e participava de cursos gratuitos como tricô e crochê no Secon Vida Nova[66]. Havia, ainda, aqueles que passavam o dia com o namorado.

Dessa forma, os moradores tendiam a passar a maior parte do dia fora da república, embora houvesse também os que preferissem ficar na casa, vendo televisão ou ouvindo música. Muitos moradores não sabiam responder à pergunta de como estava o seu co-morador, alegando os desencontros. Uma moradora se queixou da falta de convivência com os atuais moradores, contando que após a inauguração das repúblicas havia uma amiga que preparava os alimentos e as refeições eram feitas coletivamente com mais freqüência.

A esse respeito, Guerriero (2001) observou que:

> "Os resultados da pesquisa empírica indicam que as repúblicas abrigam vidas separadas. Cada residente vive de maneira individual, e realiza as obrigações que aceitou ao aderir ao regulamento e ao mundo que o rodeia." (p.99).

---

morava no começo do morro do Marapé, em Santos. Morava com sua mãe e com seu pai. A sua mãe cuidava do neto, enquanto dona Iracema trabalhava para sustentá-lo. Ela trabalhava na Sanasa (Sociedade de Abastecimento e Saneamento de Água) como escrituária. Ela falou sobre seu primeiro AVC. Ela estava trabalhando e se queixou que estava muito cansada. Uma amiga argumentou que o carregado não estava ali e que ela podia descansar no quarto ao lado. Ela deitou e desmaiou e ficou umas semanas e voltara a trabalhar e depois de seis meses deu um derrame.
No outro AVC, ela também estava trabalhando e desmaiou, caiu em cima da máquina de calculadora. Ela ficou, dessa vez, dois anos e três meses hospitalizada. Ela pediu para o médico voltar a trabalhar, ele aceitou mas logo eles a aposentaram, ela tinha trinta anos. Ela disse que perdeu a visão, a audição e sua boca haviam entortado naquela época. Mas, que agora estava bem. Mas, que na sexta ela ficou tonta na rua e na esquina de casa desmaiou. O vizinho a viu e a levou pra casa. O médico disse que foi labirintite e que pode haver possibilidade do terceiro AVC, para ela se cuidar. Ela se mostrou preocupada com isso.
Depois que ela aposentou, ela trabalhou durante vinte anos numa casa de família, criou os três filhos em Santos. Mas, que em uma época ela se sentia muito cansada. A patroa a aconselhara a ir ao médico. Ele a impossibilitou de continuar a trabalhar, porque tinha detectado coração grande e brônquios atrofiados. Ela me disse que parar de trabalhar e aposentar foram as duas decepções de sua vida, pois ela gostava muito de vida ativa. Ela não consegue ficar parada." diário de campo.

[66] "*Dona I. diz que só não faz ginástica porque tem problemas nas pernas. Ela disse que seus professores não acreditam no seu histórico hospitalar mas ela diz também que ela não desiste de viver e, segundo ela, 'não vai desanimar até Deus colocar seu dedo nela e disser que está impossibilitada de levantar'.*" diário de campo.

Segundo essa autora, os moradores das repúblicas de Santos realizam suas atividades individualmente. As refeições são preparadas para si, os compartimentos da casa são divididos para cada um e o relacionamento entre os moradores é pouco intenso. O passeio, no entanto, é um evento excepcional, que faz com que todos passem o dia juntos e torna suas interações mais intensas, mesmo que passageiras.

No *Paraíso do Sol*[67], passeio realizado dia 03 de novembro de 2004, alguns grupinhos foram formados. Inicialmente, acreditei que tais pessoas, em muitos casos, moradores de repúblicas diferentes, mantivessem algum laço afetivo forte, o que poderia propiciar até visitas entre as casas, pois além de estarem sempre juntos nas diferentes atividades, demonstravam afeto pelo outro, com trocas de abraços ou elogios. Depois de longa conversa, porém, tal hipótese foi descartada não apenas por eles só se encontrarem nestes eventos propiciados pelo "Setor das Repúblicas do Idoso", mas porque presenciei duas senhoras que não se desgrudavam nesse evento perguntando o nome da outra. Indaguei a uma delas se se viam sempre e mantinham amizade permanente, e ela me respondeu negativamente.

Questões de convivência

Ao longo da pesquisa de campo, considerei a possibilidade de que existisse um sentimento coletivo de incômodo[68] entre moradores[69] cujas trajetórias foram bem diferentes, e que isso poderia resultar em apatia, afastamento ou brigas.

Num primeiro momento, pensei em dar ênfase às diferenças de renda para compreender as situações de falta de convivência, discriminação ou conflito, pois as histórias de vida pareciam se distinguir segundo dois padrões principais: o morador migrara de sua cidade natal para encontrar melhores

---

[67] Nome do hotel fazenda no qual se realizaram dois passeios com os moradores das Repúblicas de Idosos Santos, nos quais tive acesso.

[68] O uso do termo incômodo dá-se pelo fato do sentimento e suas expressões serem sutis, não atingindo ao grau de hostilidade.

[69] Como pode ser observado no trecho de diário de campo: *"na sala, conversando com dona Jn., dona L. passa gritando. A primeira olha para mim com um tom de incômodo e insatisfeita, como se quisesse falar mal da colega pela trocas de olhares comigo*."

condições de vida ou de trabalho no município, e após sua aposentadoria, com a família de origem distante ou inexistente, a opção pela república tornara-se adequada em virtude do baixo custo; ou, então, vivia sob condições estáveis e, repentinamente, algum evento sucedeu e ocasionou o seu empobrecimento (morte do marido, dívidas, planos do governo ou falência), o que causou a procura de um tipo de moradia menos dispendiosa.

No entanto, esta hipótese de diferenças de renda perde força se pensarmos que todos os moradores atualmente recebem de um a dois salários mínimos e vivem nas casas-repúblicas[70], ou seja, encontram-se sob condições materiais homogêneas. Passei a considerar, então, que as diferenciações e as discriminações entre eles se dariam mais em conseqüência do tipo de trajetória que cada qual havia percorrido[71]. A partir da observação, compreendi que o acesso a certos refinamentos ao longo da vida, o que tem como resultado saberes especiais, linguagem verbal diferenciada ou mesmo corporalidades singulares, representaria meios sutis e pouco explícitos para agrupamento e segregação, o que, em muitos casos, poderia até ser atribuído às personalidades individuais.

Um episódio marcante neste sentido foi o primeiro encontro na república *Vitória* que além de conversar com todos, conversei com seu A. sobre a convivência na casa. Ele afirmara-me que era muito boa, apesar de alguns conflitos, e que gostava muito do seu co-morador de quarto, seu W.. Pouco tempo depois, este veio a falecer. No próximo encontro nessa casa, com cuidado perguntei como estava sendo a convivência com o novo morador com que agora dividia o quarto e tive como resposta: "*Muito boa, bem melhor do que seu W..*" Ao ser questionado, ele completou: "*Sabe, seu W. era beleza*

[70] Vale lembrar que as casas apesar de serem todas repúblicas, as *Vitória* e *Renascer* são mais disputas pela sua localização. Ela está situada em uma das maiores e mais movimentadas avenidas da cidade, o que facilita acesso a ônibus para todos os pontos do município. Além disso, tal avenida é considerada tradicional e ponto nobre na cidade. No entanto, o morar nessas casas não seria motivo da discriminação entre os moradores, já que a apatia entre os indivíduos está presentes no interior das casas.

[71] No mesmo raciocínio, Nobert Elias (2000) em *Os Estabelecidos e os Outsiders* desvenda a discriminação social para além das desigualdades materiais ou da relação de posse dos meios de produção. Nesse caso, é o tempo de moradia no local que estabelece a fronteira entre os grupos estigmatizado e estigmatizante.

pura[72]*, mas tinha viajado muito, tido muitas mulheres, tinha estudo. Esse aqui é mais simples, como eu. Fala a minha língua*".

Diante de situações como essa, considerei a possibilidade de que os conflitos entre alguns moradores fossem resultado de algum sentimento de superioridade ou inferioridade que uns mantinham em relação com os outros. Esse tipo discriminação consiste em atentar para as diferenças nos modos, na postura, na linguagem, no acesso à educação escolar, enfim, elementos valorizados por conferirem alguma posição de distinção, exclusividade ou "nobreza"[73], e que se expressam numa variedade de comportamentos, gostos e hábitos.

Nesse sentido, sugiro que as relações entre os moradores das repúblicas são mediadas por capitais simbólicos (BOURDIEU, 1996) constituídos na educação[74] dos indivíduos, os quais remetem à preocupação com o modo de se portar à mesa, de falar com o outro, de cuidar de si. Capital simbólico remete-se a acessos a saberes específicos ou elementos especiais a postos sociais, tanto no quê concernem a conhecimentos quanto poder, perpassando a idéia de vantagem através da superioridade econômica ou familiaridade com a rotina de um grupo determinado: capital econômico, capital cultural dentre tantos.

Esses aspectos marcam estilos de vida os quais tendem a ser naturalizados, de tal modo que certo grupo de moradores caracteriza outro como "frescos"; e estes, por sua vez, definem os primeiros como "mal educados".

As trajetórias individuais imprimem nos corpos e gestos dos moradores tais diferenciações e, nesse sentido, remetem-se ao conceito de *habitus*, também de Bourdieu (1996), que se refere à internalização de práticas e de conhecimentos provenientes de determinada posição social ocupada[75].

---

[72] Expressão muito usada por este morador ao se referir a algo positivamente.

[73] Leia-se aqui mais rica, refinada, dominante e portadora de algum status social. O termo nobre, aristocrático remete-se à obra, de Elias, *O Processo Civilizador* (1993).

[74] Tal termo é usado em toda amplitude que ele abarca: escolar, corporal, comportamental dentre outros.

[75] Nas palavras do autor, *"O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas."* (BOURDIEU, 1996, p.21-22).

Capital simbólico e *habitus,* nesse contexto, referem-se privilegiadamente ao autocontrole (ou não) do corpo, de suas manifestações súbitas, caracterizando formas internalizadas e naturalizadas de se portar (ou não) com preocupação e atenção. Aqueles que acreditam adotar uma linha de comportamento corporal adequado – "civilizado", nos termos de Elias (1993)[76] – encontram-se em conflito com os que não internalizaram tal processo. Dessa forma, estes discriminavam àqueles pela demasiada "frescura" e, em contrapartida, aqueles julgavam estes outros pela "falta de educação".

Então, a forma de se escolher a companhia ao longo do passeio no hotel-fazenda pode-se ter relação com este sentimento discriminatório o qual se referiria à educação (o hábito de se escovar os dentes depois das refeições, falar baixo, pedir licença ou se afastar para arrotar; o que demonstram algum status social no passado, para se pensar no passeio) e ao esforço de se produzirem enquanto diferentes. No entanto, - e ao contrário do caso pesquisado por Elias em "Estabelecidos e Outsiders" (2000) - tais grupos não se diferenciam pelo grau de coesão, pois eles não eram unidos, nem se poderia afirmar propriamente que "grupos" enquanto tais se formassem efetivamente no cotidiano das casas-repúblicas. Tais conflitos se dão, rotineiramente, no âmbito individual, já que os moradores pouco convivem coletivamente. Além disso, os que estão sendo estigmatizados, seja como "frescos" ou como "mal-educados" não se sentem inferiorizados, apenas demonstram certo incômodo para com os estigmatizadores (e vice-versa); já que não há algo equivalente a um sentimento de constituir um grupo permanente. Dito de outra forma, nas repúblicas não há a formação nem a coesão de grupos, mas apenas o aspecto discriminatório perpassando relações entre as pessoas, que se exprimem mais de forma velada, ou como sentimento de apatia.

E, pode-se dizer que os moradores bem-ajustados provêm, preferencialmente, de grupos sociais de status ou economicamente estáveis ou, então, mantiveram algum tipo de contato com tais grupos.

---

[76] Tal termo refere-se a modos, jeitos, formas de agir e pensar que a nobreza dos países europeus instituiu como refinadas, portadoras de status e, posteriormente, tornou-se a forma do Ocidente distinguir-se de outros povos tidos como atrasados.

No entanto, a análise atual vai para além de capital simbólico e *habitus*, conceitos de Bourdieu, e estigmatização social, de Elias. Na verdade, ainda que estes conceitos que perpassam a análise, eles também podem ofuscar relações postas naquele contexto.

Vejamos este episódio registrado no diário de campo, durante minha participação num passeio ao "Paraíso do Sol":

"Enquanto descansava para pegar as malas, conversei um pouco com dona V. e a mãe de uma agente da prefeitura que também acompanhava o passeio. Dona V. levantou-se e comprou, numa lanchonete ao lado de onde estávamos, uma garrafa de água e voltou até nós com ela aberta e dois canudos. A mãe da agente já estava bebendo um refrigerante, então, recusou quando lhe foi oferecida. Depois, ela me ofereceu, agradeci e também recusei. Ainda assim, ela voltou à lanchonete e trouxe um copo de plástico para mim. Então, coloquei no copo uns dois dedos de água a agradeci novamente. Nesse instante, chegaram outras mulheres, com as quais eu pouco conversei, na frente da mesa, e comentavam a ausência de espaço de dança, como geralmente acontecia nos passeios. Depois que dona V. me ofereceu, fez o mesmo a elas, as quais aceitaram. Uma tomou nos canudos, enquanto a outra, no gargalo da garrafa de plástico, pois dizia não gostar de canudos. E, logo foram buscar suas bolsas. Dona V. recebeu a garrafa das mãos delas e ficou a segurá-la até elas partirem. E, perguntou-me, olhando para os lados, como faria. Fiquei inicialmente sem compreender. Perguntei se não gostava dos canudos e ela me respondeu: "Você viu o que elas fizeram?" e acrescentou "É que eu não gosto, tenho noj..." e não completou a frase, apontando a cabeça na direção que elas tinham partido, numa expressão facial de incômodo. Então sugeri a ela que, se não se incomodasse, ela poderia tomar no copo de plástico e eu o virei para mudar o lado que eu havia bebido e ela me respondeu: 'Com você não tem problema! Obrigada'." (trecho do diário de campo do passeio ao Paraíso de Sol).

Esse evento é bastante ilustrativo para se compreender certo traço de demarcação de diferenças e desigualdades. Dona V., graduada em enfermagem, manifestava certo incômodo em compartilhar o canudo da garrafa

de água com outras mulheres, as quais falavam alto e bebiam no canudo e no gargalo da garrafa. No entanto, não tinha problema em compartilhar o copo de plástico comigo, como ela mesma afirmara, quando sugeri que tomasse no meu copo, mas virando o lado que eu tinha bebido[77].

Vejamos outro episódio, que registrei durante o mesmo passeio

"*Dona V. depois do almoço, enquanto caminhávamos para o Parque de Diversão, contou que não estava passando bem, achava se arrotasse melhoraria. Ela pediu desculpas ao falar isso, afirmou que sabia que era horrível, mas estava sentindo seu estômago estranho. Ana, uma das agentes da prefeitura, retrucou dizendo que não havia porque ficar envergonhada, pois todos assim o fazem, é normal. Discretamente, dona V. retirou-se do grupo mas logo voltou, dizendo: "Ah, que bom! Consegui, já me sinto melhor.", comentou com o tom de voz bem baixo. Coincidentemente, pouco depois - ainda a caminho do parque, algumas senhoras, também moradoras, passaram pela gente falando alto e, de repente, uma arrotou. Todas riram e continuaram a caminhada e a conversar. Dona V. olhou pra mim com uma expressão de desprezo*." (Trecho do diário de campo do passeio ao Paraíso de Sol).

Neste raciocínio, o tom da voz de dona J. faz sentido ao ter dito que já havia escovado os dentes ao eu ter lhe falado que estava indo ao banheiro escovar os meus, minutos depois do almoço. A higiene bucal torna-se forma de distinção num grupo aparentemente homogêneo, mas não apenas a preocupação da higiene torna-se importante, mas também declará-la aos outros com tom de desprezo a fim de auto-afirmar sua posição e seu status, bem como o controle do corpo e a discrição, como na passagem descrita acima.

É importante lembrar que dona V. é branca, de escolaridade básica completa. Por outro lado, dona A. e dona C., as senhoras do caso do canudo e do caminho para o parque de diversões, são negras, de baixa escolaridade e sua moradia, anteriormente à república, eram as casas dos patrões, onde trabalhavam na limpeza. Nesse sentido, mais do que pensar em *habitus* ou

[77] Deve-se considerar, neste caso, o seu imaginário em relação a mim: estudante universitária.

estigmatização social (de Elias), trata-se de diferenças na trajetória de vida marcadas por desigualdades de classe. Por outro lado, dona V. morava nas casas próprias da família e nunca trabalhou como assalariada em sua vida.

Pode-se afirmar que nas repúblicas co-habitam pessoas provenientes de dois tipos distintos de trajetórias. Há aqueles que vieram de outras cidades em busca de melhores condições de trabalho quando jovens, exerceram postos de pouca especialização, permaneceram na maioria das vezes solteiros e/ou não tiveram filhos e buscaram as repúblicas pela convivência e baixo custo. E há aqueles de escolaridade completa, que tiveram rendimentos maiores na vida profissional, casaram-se e tiveram filhos (dois ou três, na maior parte dos casos) procuraram as repúblicas após a viuvez ou o divórcio, ou depois de sofrerem mobilidade social descendente. Os filhos, nesses últimos casos, vivem em cidades distantes e pouco contato se tem com o pai ou a mãe ou, então, vivem no município, visitam o pai ou a mãe com certa freqüência. Mas esses idosos não preferem morar com eles, por não estarem dispostos a dar satisfação de suas vidas aos filhos, ou mesmo por não quererem incomodar a família do filho ou filha.

Esses dois tipos de trajetórias não estão demarcados especificamente pela cor da pele. Mas, a raça está permeando outros elementos que caracterizam as trajetórias – emprego, escolaridade, renda, relacionamentos - e ganha visibilidade, juntamente ao se combinar com tais aspectos, no momento de diferenciar o outro. A questão racial, de forma isolada, pouco se manifesta.

A esse respeito, podemos observar que, segundo Brah (2006), em casos de igualdade plena das condições materiais, esta é sobreposta por pequenas diferenças de grupo.

As moradoras chamadas de “mal educadas” costumam ser aquelas que estão sempre a dançar, a falar alto e a brincar com os rapazes ao redor. Por outro lado, aquelas chamadas de “frescas”, costumam ser as mais reservadas, que falam baixo e permanecem sentadas na maior parte das festas e passeios. Quando paqueram ou namoram, não comentam com as outras moradoras, exceto com as funcionárias do Setor das Repúblicas, com quem compartilham segredos e, muitas vezes, pedem conselhos sobre quais deveriam ser os limites desses novos relacionamentos.

Uma exceção dessa segregação entre os dois "grupos invisíveis"[78] é o caso de dona M., uma senhora negra que fora babá na casa de um dos grandes empresários da cidade (dono de cinemas e do teatro *Coliseu,* entre outras posses), o que lhe permitiu, apesar da origem humilde, freqüentar livremente cinemas e teatros na cidade ao longo dos anos e manter contato com pessoas de outro estrato social, que não o seu de origem. Pois, sua função no trabalho era acompanhar as filhas do patrão. Portanto, seu posto ali de subalterna, de certa forma, foi dissolvido.

Dessa forma, ao invés de se sentir deslocada, apropriou-se de algumas das características de tal círculo, estudou e, apesar de ter tido vários filhos, valorizou na educação destes a escolarização, o que atualmente lhes possibilitou ser profissionais graduados e com certo status, como ela relata. A posição dos filhos permite a ela freqüentar restaurantes refinados da cidade ou mesmo viajar. Na casa, ela convive com os dois "grupos" e atua como mediadora, pois compartilha das conversas sobre esbanjamento ou refinamentos na juventude, mas divide com os outros a experiência do trabalho doméstico. É a ambigüidade de condições que vivenciou que lhe permite estar além da segregação e manter-se calada quando suas co-moradoras começam a falar da "frescura" de uma ou a criticar a "ignorância" de outras. Diante de qualquer comentário sobre uma terceira pessoa ausente, essa senhora se levanta e sai do recinto, dando alguma desculpa. Diversas vezes observei esse comportamento. Ela queixa-se apenas ao falar da convivência na casa, a qual é marcada pela ausência de cooperação e companheirismo na realização de tarefas ou mesmo nas atividades cotidianas.

Aos setenta anos, essa senhora resolveu sair da casa da filha - onde morava com o genro e o neto - e foi morar na república, que acabava de ser fundada. E, avisou a filha no mesmo dia que tirava seus pertences da casa. Preferiu a república à casa de sua filha, pois lá lhe "faltava liberdade", segundo ela. Na república, começou a namorar. A doença do namorado agravou-se e ele foi levado a uma casa de repouso na cidade, onde ela o visitava regularmente, por ocasião da pesquisa de campo. Sua opinião era clara em

[78] Denomino de "grupos invisíveis" pela porosidade das relações entre os moradores e a fragilidade do termo grupo, o que enseja a discrição na segregação e sua pouca visibilidade.

relação aos pedidos de casamento dele: argumentava que não queria mais "lavar a cueca de ninguém", pois as do marido falecido e as dos filhos "foram mais do que suficiente". Mas não contava isso ao namorado, pois tinha medo de causar-lhe mais complicações de saúde. Por isso, ia levando o namorado em "banho-maria", como ela definia a situação.

Desse modo, dona M. tinha filhos próximos, que a visitavam com freqüência – inclusive os bisnetos, que passavam o dia com ela na república. Os filhos dos moradores e moradoras em geral poucos visitavam[79] as

---

[79] No entanto, as famílias, estão frequentemente nas falas dos moradores. Como é o caso de dona J., dona I ou seu J..:
"*O filho mais velho é programador em SP tem dois filhos e mora com a esposa. Ela me detalhou que quando vai lá a tratam como rainha, mas nem mandam cartão quando ela está em Santos. Faz dois anos desde a última vez que foi visitá-la (a neta tem, aproximadamente, 27 anos e é psicóloga). Ele fez administração de empresa.*
O caçula tem 50 anos e mora em Uberlândia (MG) e trabalha com antiguidades, "mas esse não teve sorte na vida" e tem cinco filhos e dois netos. Foi ele que pegou o dinheiro emprestado. Hoje ela tem 75 anos. Os dois estiveram no internato de Campinas." (diário de campo)
"*Dona I. contou-me que brigara com seu filho. Tinha cansado de ouvir desaforos e "ser vaquinha de presépio", que ela tinha "parado de dizer amém", em suas palavras. Por isso, faz um tempão que não ia à casa do filho em Vicente de Carvalho (bairro de Guarujá), onde sempre estava."*
Ainda sobre dona I.: "Depois da casa de família, ela foi morar em Santa Catarina com a prima. Ela voltou e foi morar com o filho, a nora e os netos. São cinco netos. Os seus pais haviam falecido. Mas, ela contou que a mal tratavam muito. Que não incomodava em levantar no meio da noite para fazer a mamadeira do neto ou pegar água para uma criança, mas que todos ali eram grossos, que não lhe agradeciam e, muitas vezes, as pessoas brigavam por pequenas coisas . (...) E, agora ela está muito triste e cansada de fazer tudo o que o filho quer. No final de ano os netos ligaram pedindo que fosse nas cerimônias, mas ela não cedeu. Diz que para perdoar seu filho, precisa de mais. Pois, ele se separou há um ano e ele arranjou uma nova namorada. Ele quer que ela a trate com muito carinho, mas dona I. não gosta da menina e diz não querer tratá-la com "chamego", termo usado pela moradora. Ela afirma também que não a maltrata, mas que não quer puxar o saco, que não tem cabimento. E, os dois discutiram e ele disse coisas terríveis e ela respondeu a altura e ela nunca mais voltou à casa dele e a vê-lo.
Os netos vão visitá-la de vez em quando. Mas, quando alguém liga dizendo que vai, ela quer saber quando e é para avisar mesmo, para ela ficar em casa, pois senão, não para na casa. Diz estar muito feliz nas repúblicas e não tem nem comparação com a casa do filho. "(diário de campo).
Ou ainda há experiências positivas, como ressalta seu J.:
"Seu J. falou sobre a família. Sua esposa morreu há dezesseis meses. Sua filha mora na rua Oswaldo Cruz com o marido e com os dois filhos. 'Lá, tem muita tecnologia', segundo ele. Tem computador, DVD. Ele disse que nunca imaginava colocar um disco e além de tocar, aparecer o artista. Ele foi para lá no Natal e no Reveillon, mas fica lá poucos dias pois o apartamento é pequeno. E, a filha não o visita todo dia, pois tem muitas tarefas na casa e com o cuidado com os filhos. Mas, que ela é a filha que todos gostariam de ter. Mas, a única preocupação é que ela engordou muito e não consegue

repúblicas. Por isso, os bisnetos de dona M. causaram estranhamento, num primeiro momento. Apesar do interesse demonstrado pelos familiares e pelo namorado, dona M. está sempre a negar os convites. Ela afirmava que preferia ficar "tranqüila", pois já estava "muito cansada" e não queria "mais confusão". Nas datas festivas das repúblicas, ela brincava e conversava com todos, mas ficava em seu "canto", como ela costumava dizer.

Essa forma ambígua de se viver a velhice de dona M. – reservada e brincalhona – levantou na equipe do "Setor das Repúblicas" a suspeita de se tratar de um caso depressivo. Por isso ela foi encaminhada a cuidados psicológicos pelas agentes. Pois, como "brincalhona", ela deveria falar alto, brincar com todos, dançar, como algumas mulheres o fazem, a fim de "curtir da melhor forma seus últimos anos de vida", segundo a perspectiva dos funcionários do setor. Ou, então, ser tão reservada quanto àquelas que permanecem sentadas durante todos eventos e falam baixo – aquelas que, também segundo a interpretação desses profissionais, não se livraram das amarras do controle exercido pelo pai e pelo marido.

Além das peculiaridades de sua trajetória de vida, outros aspectos que salienta a posição ambígua e de articulação de dona M. ocupa entre os dois "grupos" são sua reação diante de um comentário acerca de um colega[80] e sua forma de vivenciar a velhice nas repúblicas[81].

Ao contrário de supor dona M. como uma moradora à margem da interação entre o grupo, ela é apontada por diversas moradoras como a co-moradora ideal de quarto, o que indica profundo apreço por parte de suas colegas, já que, segundo os moradores e agentes da prefeitura, a relação entre idosos que dividem quarto é a principal queixa nas reuniões quinzenais, Transcrevo a seguir alguns registros do diário de campo envolvendo questões sobre divisão de quartos.

---

emagrecer. Contou histórias sobre viajar com a esposa de carro e como gostava dela e como sofreu quando ela morreu." (diário de campo).

[80] Como e a quem se critica é o elemento explícito para se compreender qual grupo aquele morador pertence.

[81] Esse elemento também é fundamental – como tentei explicitar nesse item – para diferenciar os grupos.

"Eu encontrei dona R. na sala do piso inferior da casa. Conversamos, especialmente sobre o cotidiano da república. Ela divide o quarto com dona E. e contou que a convivência é difícil. Pois, segundo ela, dona E. é bruta, séria e também ronca. Elas brigam, principalmente, por conta da janela. Pois, segundo dona R., não importa o tempo, dona E. sempre deixa a janela aberta, enquanto dona R. prefere mantê-la fechada, quando estivesse fresco.

Outra moradora difícil, segundo dona R., é dona El.. Esta deixava o balde de roupas cheio ao lado do dela e molhava tudo e assim o deixava. Dona R. foi irritando-se e levou o problema às meninas. E dona El., por raiva, furou sua panela. Agora dona El. deixa seu balde do outro lado da área e seca tudo, o que torna tudo pior, segundo dona R., pois parece que tudo foi resultado de sua implicância com ela.

Quando dona R. entrou na casa, há uns oito meses, dona D. falava que ela não fazia nada, mesmo todas a vendo lavar banheiro, roupa e tudo mais, segundo ela. Até que um dia, ela começou a falar de novo, dona R. a agrediu com o desentupidor de bacia e mandou ela parar. Outra ameaça relatada por dona R. feita por ela mesma foi em meio a uma das brigas com dona E., ela pegou a "cobrinha" (peso para segurar porta), segurou a ponta e mostrou a ela, como símbolo que ela era uma cobra. Dona E. falou com as meninas que ela a ameaçava com a cobra.

Perguntei se ela não pedira para mudar de quarto e ela respondeu-me que com as outras moradoras também não daria. A única com quem gostaria de dividir o quarto seria com dona M., no entanto, a noite essa deixava a luz do quarto acessa até tarde e ela não gosta de claridade para dormir." (diário de campo) [82]

Essa moradora[83] queixou-se de outra moradora da casa e conclui com a forma que os conflitos são resolvidos nas casas:

---

[82] Em 2006 essa moradora mudou-se de república por razões de saúde que a impossibilitava de subir constantemente escadas. E, em seus primeiros meses, ela estava gostando muito da convivência na casa nova.

[83] Vale lembrar que dona R., no momento da etnografia, tinha 67 anos, é solteira, católica, viera do Nordeste com seu irmão e trabalhara de empregada doméstica, vendedora numa livraria e em uma loja de sapatos.

"*Dona I. tem brigado com ela. Essa disse que dona R. bateu com a toalha na sua cara e a chamou de mentirosa, mas ela completou em seguida dizendo que não tinha feito nada. Mas, dona I. foi atrás dela e disse que era melhor fazer pessoalmente o que estava falando pelas costas. Dona I. acusou dona R. de falar baixinho, querendo dizer que esta faz fofocas. Dona R. confirmava que falava baixinho pois nos lugares que freqüenta as pessoas falam baixo, não gritam. Ao criticar dona I., dona R. comentou que essa freqüenta centro espírita e mexe com macumba.*

Dona R. conta que quando chega a reunião, ninguém mais se queixa e não tem mais bate boca ou gritaria, o que ela dá 'graças a Deus'. E, completa: 'Aqui, um monte de mulheres, da nossa idade, ganhar repressão de moças, isso não tá certo! A gente tem que resolver aqui. Mesmo porque nas reuniões elas não resolvem nada.' Então, eu perguntei se na casa elas resolvem entre elas e ela me respondeu que mais ou menos, pois, na verdade, uma parava de falar com a outra e estava tudo resolvido." (diário de campo.)

Dona I. também discorreu sobre as tensões com essa moradora:

"*Dona I. tem problemas na república, "brigas, assim como as melhores famílias", como ela afirma. Mas, ela tenta não ligar para as picuinhas. Disse também que se dona R. é um amor comigo [pesquisadora] e com outras pessoas, é bem estranha com ela. Mas, não dá corda e não se entristece com isso. O máximo que faz é falar nas reuniões. E, que isso não é sinal de medo ou covardia, mas que tem certeza de que se poupa muito com isso.*

Afirmou, também, que sofria muito com algumas coisas, mas que depois que se tornou [espírita] kardecista, entendeu que cada um tem o seu problema a ser encarado. E, que tem uma irmã que é "a melhor da vida", em suas palavras, que não admite nem seu problema nas pernas [por usar bengalas ao andar] e muito menos pelo fato de ela morar numa república. Mas, ela não se preocupa mais com isso.

Ela me contou que fez uma ceia grande [de réveillon] só para ela e dona M. A casa havia recebido algumas doações de alimentos. Elas fizeram e deixaram para as outras quando chegassem comerem. Fizeram arroz com cenoura, chester, farofa, salada verde e três sobremesas: gelatina com dois

sabores, salada de fruta e pavê. Na ceia chamaram dona B. que estava em casa. Todas as outras moradoras passaram a data comemorativa fora da casa. Estavam tão cansadas de cozinhar que comeram antes da meia-noite e foram dormir. Dona I contou que acordou com os fogos e voltou a dormir." (diário de campo).

A avaliação dos idosos em relação às repúblicas, de forma geral, era positiva. Os pontos frequentemente mais ressaltados são o baixo custo e a liberdade de ir e vir. No entanto, discursos reiterando que não têm mais idade para os deveres da casa também estão presentes em suas falas. Como é o caso de seu W. que se queixava de ter de cozinhar e reclamava pelo fato de os quartos serem para duas pessoas. Por isso, ele propunha uma república, sob os moldes da atual, mas que contasse com profissionais responsáveis pelo preparo das refeições, pelos serviços de limpeza e pela segurança.

Segundo seu A., os pontos negativos das repúblicas são a "localização violenta e a cidade", nas suas palavras. Ele também achava a república devia ser separada por gênero. Pois, as mulheres achavam que têm mais direito de mandar, são mais espaçosas e não os deixavam à vontade. Outra reclamação do seu A. era que a casa era muito pequena para dez pessoas. Queixava-se de falta de espaço na cozinha nas horas de refeição. Por isso, sugeria quartos individuais, cozinha dividida em parte masculina e feminina e o espaço da casa maior. Porém, mostrou-se aliviado por ter entrado no projeto, pois são condições melhores do que antes ele habitava, no cortiço.

A cozinha cheia nos horários de refeições também era mencionada em outras conversas registradas no diário de campo:

"*Fui à cozinha me despedir de dona E. e dona M.. A primeira já estava na mesa comendo. Perguntei se não tinham fome antes, perguntando a razão para o almoço àquela hora [aproximadamente 17h]. Elas responderam que não gostavam de cozinhar com todas moradoras na cozinha e preferiam àquela hora, pois esse lugar da casa estava mais tranqüilo. E se passassem com o cafezinho não tinha problema algum."* (diário de campo).

Outra dinâmica observada em que a relação de gênero se mostrava presente é sobre a divisão das tarefas. Apesar das normas instituírem que todos devessem ter as mesmas tarefas, algumas parecem ser permanentemente atribuídas para alguns e não para outros, como foi observado e registrado em diário de campo foi quando estava na sala com seu A. conversando e dona L. passou.

"Dona L. pediu para seu A. afastar o sofá para ela passar, pois achou que esse estivesse atrapalhando a passagem. Mas, ele disse que ele não estava atrapalhando, não. Ela passou pelo estreito corredor trombando nele. Quando virou o ombro, ele me cutucou: 'Veja como é aqui'.". (diário de campo).

Peixoto (2004), ao tratar de relações de gênero na velhice, sugere que as diferenças e demarcações entre o masculino e o feminino seriam neutralizadas:

> "(...). Desconectadas de seus fundamentos, elas se tornam de alguma forma manifestamente arbitrárias; as normas sociais, exteriores ou interiorizadas, perdem sua força. A hipótese de uma menor diferenciação dos sexos na velhice, que naturaliza os traços das personalidades masculina e feminina, vem a ser perfeitamente plausível, sem que se retome a idéia de androginização. As pressões sociais que fabricam os comportamentos qualificados como masculinos e femininos se desfazem no contexto da aposentadoria. (...). Uma maior liberdade pode favorecer, ao contrário, a heterogeneidade interindividual dos comportamentos e dos tipos de personalidades." (p.97).

No entanto, o que pude observar nas repúblicas em relação aos papéis sociais de gênero refere-se que, apesar das tarefas domésticas estarem divididas igualmente entre todos os moradores, esses são reiterados em outros espaços. As marcas de gênero mostram-se dissolvidas na organização da moradia coletiva e seus divisores pouco explicitados, todavia, a relação de gênero e a hierarquia são preservadas nas interações cotidianas.

O programa reconhece, por exemplo, a divisão das tarefas domésticas por todos como sinal de igualdade e autonomia, porém, as próprias agentes identificam, nas entrevistas, que os homens foram pouco familiarizados ao longo de sua vida com o trabalho da casa e as mulheres irritam-se facilmente

com a falta de jeito dessas tentativas. O conflito latente ganha certa visibilidade em alguns episódios, como o citados acima e abaixo, os quais podem demonstrar alguma dimensão dessa irritabilidade:

"*Logo que cheguei conversamos e a novela ia começar. Falando baixo, ele [seu J.] se virou para mim e completou: 'na minha casa, quando recebia visita, a gente desligava a televisão, agora aqui...', referindo-se ao fato das pessoas da sala estarem conversando e assistindo à televisão.* (...). *Perguntei se elas gostavam e assistiam à novela. Dona J. disse que a novela das 18h está muito bonita [Alma Gêmea] e que assiste às outras, mas não gosta muito. Dona S. falou que não gosta das novelas da rede Globo, pois começam muito bem, mas ficam muito chatas. E, seu J. disse que ali é só começar a novela que a "mulherada" toda se junta na frente da televisão. E, dona J. logo respondeu que ele e os outros homens da casa também ao virem o jogo (de futebol). Ele ainda conversando se levantou, pediu licença e falou: 'Vou saindo, pois mulher se entende melhor com mulher, fala da novela' e saiu da sala. Logo ele voltou perguntando qual refrigerante que eu mais gostava pois iria buscar e pediu que eu o esperasse. Em sequência, pediu para dona J. ir lavando os copos, pois seria rápido. O dia estava muito quente". (*diário de campo)

Apesar das tensões, a opinião de vários moradores é positiva em relação à moradia coletiva. Dona Jn. morava na casa há três anos. Inicialmente, ela dividiu o quarto com uma senhora de quem preferiu manter-se longe e por isso trocou de quarto. Segundo ela, essa colega queria controlá-la e era cheia de picuinhas. No período de campo, ela dividia o quarto com dona L. de que gostava muito:

"*Iniciei a conversa através do assunto iniciado na visita anterior sobre como era morar ali e como era antes. Dona Jn. relatou-me que gostava muito, apesar de às vezes ter 'que ficar de ouvidos e olhos fechados'. Mas, afirmou várias vezes que gosta muito mesmo de estar ali. (...) Diz dar-se bem com todo mundo, mas deve ter tolerância com "a mulher do canto de lá". Explicou-me que os problemas dão-se geralmente por causa de limpeza. Mas, disse que se*

os moradores não respeitarem as normas, eles são mandados embora. Ela conclui que a república é ótima. Homens e mulheres são ótimos, fez essa diferenciação." (diário de campo).

Apesar de conflitos constantes entre idosos que dividem quarto por motivos de diferentes dinâmicas cotidianas, havia alguns moradores que se sentiam confortáveis com seus co-moradores. Dona I., por exemplo, elogiava sua colega de quarto e a definia a partir da idade, o que não é comum nas falas dos moradores

"Em relação às brigas da casa, contou-me também que dona D., com quem divide o quarto, é bem boazinha. Ela as vezes fala umas coisas, mas acha que é a idade, que é a esclerose. E o seu problema é que é evangélica e, então, acha que sua religião é a melhor. Dona I. é [espírita] kardecista e não frequenta templos religiosos, mas 'sempre anda com Deus', como diz." (diário de campo).

Como já ressaltei, pouco era mencionado sobre velhos ou idosos nas falas dos moradores, e também estão ausentes definições precisas desse período da vida. A partir dos trechos citados ao longo desse capítulo foi possível visualizar, de certo modo, as representações de velhices que os moradores traçam e como suas vivências são reinventadas, a partir da experiência na república.

Um trecho voltado à definição do outro – no caso da outra – pode ser observado abaixo. No entanto, pode-se afirmar que tal referência está marcada também por aspectos para além da noção de "velho", envolvendo atributos a partir de referências de interações e marcadores sociais. Dona R., por exemplo, ao tratar sobre suas colegas, menciona o que não acha adequado para essa etapa da vida:

"*Dona R. estava em pé num canto. Fui conversar com ela e a levei à janela, que dá para a orla da praia. Ela começou a falar e, logo, completou que era segredo o que dizia. Pois, ela sempre foi recatada desde moça e achava que todo mundo depois dos sessenta anos ficaria mais recatada, mas nunca*

imaginava que acharia velhas tão fogosas como essas, que não achava certo. E, completou que tratava de sexo. Perguntei-lhe se era a respeito de algum fato específico, mas ela não explicitou. Apenas repetia as palavras que não achava certo mulheres depois de velhas continuarem com aquele fogo todo." (diário de campo).

Além das casas coletivas

Com o intuito de expandir os limites da compreensão da república e os modelos de velhices que nela abarcam relato alguns eventos em que acompanhei alguns moradores em outras dimensões para além da política.

O Carmelo de São José é uma instituição religiosa católica carmelita. Há uma capela onde são realizadas missas; falatórios por onde as irmãs orientam espiritualmente os visitantes e as rodas através das quais se colocam os objetos oferecidos às irmãs. Do lado externo à capela, no jardim, há a estátua de São José em meio a flores. Além disso, na casa há quartos para hóspedes. As irmãs são enclausuradas em uma área não acessível a visitantes ou mesmo a outros religiosos e a saída delas é restrita à visita médica, quando há algum problema de saúde.

Dona R. foi ao Carmelo, pela primeira vez, em 1971. Ela não sabia ao certo porque fora, mas logo completou dizendo que pensou em ser irmã, mas depois desistiu. Ela morou e trabalhou voluntariamente no convento e atualmente passava todas as sextas-feiras.

O convento foi visitado em um evento comemorativo: a missa de cinqüenta anos de vida religiosa de uma das irmãs. Então, além da missa, havia festa de confraternização na qual estavam presentes vários freqüentadores do local. Dentre eles, um padre.

"O padre conversou com as duas [dona R. e uma amiga] e perguntou sobre mim. Dona R. apresentou-me e quando ele escutou falar em pesquisa, entusiasmou-se em dar entrevista. Ele sentou-se comigo, e as duas foram à cozinha. Ele contou-me que fizera faculdade em vários países em vários cursos: jornalismo, psicologia médica, mestrado em sociologia (sobre Hegel) e lecionara também, mas percebeu que sua vocação era na Igreja, ministrando

missas. Sempre colocando Deus como agente de vontade e ele submisso a elas." (diário de campo)

E continuou relando que conhecia dona R. há muitos anos e podia afirmar que as repúblicas fizeram muito bem a ela:

"Ele falou sobre dona R., que desde ela fora pra república, iniciou uma nova etapa de sua vida e a melhor, até agora. Pois, ela tinha um gênio muito difícil. Ela viera do Nordeste, de família rica e viera pra Santos com o irmão, tendo que trabalhar como serviçal, o que não admitia, segundo ele. Em sequência discorreu sobre 'a questão sociológica dos estratos' – termos entre aspas usados por ele – e a crise psicológica que ela passava por não aceitar sua posição. Ela trabalhava como doméstica mas queria mandar na casa da patroa. Ele definiu tal situação como terrível pois a hierarquia é natural, segundo ele. Então, na república, como estaria em condição de igualdade com todos, ela não precisava se submeter e fica mais tranqüila. Ele contou-me também que ela era muito gorda, muito "pra baixo", em suas palavras. E, agora está bem melhor.

Ele foi à cozinha perguntar a ela quantos quilos havia perdido. Dona R. afirmou que tinha 86 kg e na última vez que pesou estava com 66. E ele repetia: "ela era gorducha". Ela pediu licença a ele, pois queria me mostrar o convento.

Em cima das portas largas há escritos em latim e dona R. dizia que ali era por onde as irmãs entravam para o Carmelo, pois ali estavam as portas do céu.

As 16h foi iniciada a missa de celebração de 50 anos de vida religiosa da irmã, na qual foram renovados os pedidos da irmã. A cerimônia estava lotada e foi fotografada e filmada.

Depois da missa, a qual durou 1h e 30min, fomos a um salão, o qual dá acesso ao falatório para que grupos entrassem e pudessem cumprimentar a irmã homenageada. Ficamos no salão esperando. Ofereceram suco e bolo aos convidados. Havia freiras com diversos tipos de batinas, além de padres.

O padre pediu para eu conhecer duas senhoras e colocá-las na minha pesquisa, pois haviam sido patroas de dona R.. Ele apresentou-me e repetia a pergunta de se ela não mandava na casa e as duas senhoras só diziam que

sim, acenando com a cabeça. Elas também disseram que hoje dona R. está bem melhor." (diário de campo).

A fala do padre ressalta relação direta entre a perda de peso, o bem-estar da idosa e a interação igualitária proporcionada pela república. Em sua interpretação esses elementos estariam relacionados de forma causal. O sucesso da política seria resultado da condição de igualdade em que os idosos estão posicionados nessa moradia. De certa forma, o padre recorre ao chamado princípio democrático, como chamaram os agentes da prefeitura antigos, sob o formato de resolução de uma crise pessoal marcada pela resistência em aceitar que estaria em níveis inferiores na hierarquia social. E, portanto, a perda de peso seria um efeito positivo do estabelecimento de tranqüilidade na vida da idosa.

Essa interpretação pressupõe uma sociedade organizada de acordo com uma hierarquia social definida, como o padre bem ressaltou, a qual seria entendida como dada. A submissão a essa ordem seria necessária para se alcançar a harmonia nas relações entre os indivíduos de todas as idades.

Outras perspectivas para além das instâncias que compõem a política foram proporcionadas por ex-morados localizados em instituição asilar. O ex-morador saiu da república por complicações no quadro de saúde e mantém relação afetiva com a moradora M. A ex-moradora foi para essa instituição ao longo do tempo de campo. Mas, sua situação inicial era temporária. Pois ela foi deslocada para essa instituição com o objetivo de perder peso para a realização de uma cirurgia no joelho e ela, então, voltaria à república.

A visita à instituição asilar foi incentivada pela dona M., quem comentava frequentemente sobre os eventos comemorativos realizados na instituição e desejava que eu conhecesse seu namorado e o local, muito elogiado por ela pela beleza. Fui com dona M. e dona B. à Casa do Sol[84] numa tarde de sábado chuvosa.

"A entrada era um portão grande para a entrada de carros e ao lado, um de pedestres. Ao lado havia um interfone que ao tocá-lo, ele abria. Atrás do

[84] Casa do Sol é o nome da instituição asilar.

portão, havia uma parede com azulejos claros com o nome da instituição bem grande e ao lado o seu logotipo. Havia um caminho que dava para um prédio bem amplo e baixo (dois andares) e na sua frente, uma portaria e do outro lado, ainda, havia um bosque grande com várias cadeiras. Nesse bosque, em meio ao gramado, havia várias estátuas pequenas retratando senhoras de saias e cachecol, segurando, aparentemente, uma bíblia. Ao lado do bosque, havia uma churrasqueira e um espaço coberto ao redor.

Entramos mais um pouco e havia um espaço aberto em uma das laterais que dava acesso a outro jardim e, ao lado, havia um corredor que dava acesso ao grande prédio com acesso restrito aos funcionários e moradores." (diário de campo).

Segundo a funcionária, a Casa do Sol atende 100 idosos aproximadamente, os quais estão em boas condições de saúde ou com doenças leves. Acamados apenas aqueles que entraram na casa em boas condições de saúde e adoeceram ao longo de sua permanência na instituição. Outra observação feita por ela é que os moradores antigos não se juntam, são muito reservados. Os homens assistem televisão na ala masculina e as mulheres, na feminina. Já os que entraram há pouco tempo assistem televisão na sala de visitas e brincam bastante entre si. O horário de visita é das 15 às 17h diariamente. E durante a semana, tem baile, bingo e palestras.

"Nesse espaço aberto havia uma televisão no alto (presa à parede) e uma máquina de refrigerante embaixo da televisão. No lado oposto, várias cadeiras estavam posicionadas a frente do aparelho. Ali encontramos dona L., ex-moradora da república Vitória. Ela me reconheceu e expressou maior receptividade ao me ver do que na república. Eu e dona B. sentamos ao lado dela e ficamos conversando. Dona M. sentou em outro canto, a fim de fugir do vento, com seu G.." (diário de campo)

Perguntada sobre qual seria sua preferência: asilo *versus* república, a resposta da ex-moradora foi enfática em favor da segunda. Sua argumentação baseou-se no baixo custo na sua liberdade e ir-e-vir e, ainda, na possibilidade de estabelecer o contato com outras pessoas.

"Na Casa do Sol, Dona L. anda com dois aparadores que vão até seu antebraço. Ela contou também que está fazendo fuxico para enfeitar caixas de isopor e bolsinhas. O material que ela produz vai ser exposto na feira da Casa do Sol 'para as pessoas saberem o que fico fazendo aqui dentro'. Ela definiu a instituição como 'um palacete, pois é muito luxuoso', em suas palavras. Mas, ela prefere a república, pois ali ela 'deixa todo o seu dinheiro' ao passo que na república 'ainda sobra algum'. Na Casa do Sol, ela dá os 260 reais da aposentadoria e a prefeitura fornece a quantia faltante. O valor da hospedagem é aproximadamente 850 reais nos quartos divididos. Ela perguntou das meninas e disse para mim que quando eu as visse, para pedir que elas fossem visitá-las."

O senhor que está lá há mais tempo ressaltou as brigas presentes nos dois ambientes. Ele afirma que na república sua experiência foi marcada também por muitas amizades e por uma vida boêmia. No entanto, conseguiu adaptar-se à Casa do Sol.

Além da discussão sobre o novo valor atribuído à república, o morador tratou de sua relação com a namorada:

"Voltamos e fui conversar com seu G. Perguntei-lhe se estava tudo bem, ele disse que mais ou menos, tem algumas pendências, mas que 'graças a Deus', como definiu, vão se resolver e dona M., de mãos dadas a ele, piscou para mim e mexeu a boca dizendo coisas que não entendi. Mas, ele dizia que estava tudo bem. Perguntei-lhe da república, ele disse que fazia um ano que tem Mal de Parkinson e teve que sair da casa. Mas, que na república que morava, a Renascer, havia muitas brigas e intrigas. Havia feito muitas amizades e inimigos.

Mas, que está sendo muito bem tratado na Casa do Sol. Ele referiu-se a Dona M. como sua noiva e comentou sobre o fato de estarem vendo as coisas para se casarem 'se Deus quiser', como reitera. "E nesse momento, novamente, ela piscou pra mim." (diário de campo)

Por outro lado, a namorada não está tão convicta em relação ao namoro. Na volta da instituição, dona M. ressalta:

"Ela me contara que não queria casar, mas não queria que ele soubesse, pois tem medo que ele tenha uma recaída. A idéia dele é que ela se mude para lá e os dois morem juntos. E logo ela completou: 'Deus me livre! Não quero ficar presa'. Perguntei por que dizia isso, se era por causa da instituição asilar ou do casamento e ela disse que por causa desse último. Pois, no casamento perdem-se as liberdades. E, completou que não quer mais lavar cueca, lavar roupa, cozinhar e obedecer ao marido, pois ela já sofrera demais. Ela gosta dele, mas assim, como está. Quando ela quer, ela vem visitá-lo. Então, enquanto isso ela o deixa em 'banho-maria', como diz." (diário de campo).

Esse caso parece confirmar a observação defendida por Motta (2004) sobre o recasamento das mulheres na velhice: "*Ainda que o casamento tenha sido, para a maioria, um projeto de vida, todas repeliram a idéia, em variados graus de veemência, de uma segunda união."* (p.236). A moradora M. afirmou ter afeição pelo namorado, porém não pretendia que a relação ultrapasse desse estágio. Ela afirma que como está, "está ótimo", pois quando quer vê-lo, faz uma visita na instituição, como argumenta.

Novamente na questão da forma como as repúblicas são concebidas pelos idosos, o entusiasmo dos ex-moradores é mais ressaltado do que nas falas dos moradores. A valorização dos princípios presentes nas falas, sobretudo, dos agentes da prefeitura antigos é resgatada e sublinhada entre ex-moradores: o livre acesso às casas, o baixo custo de moradia e independência. Por outro lado, observações como o preparo de alimentos e lavagem de roupas são também pontuados por eles, o que é definido como "um luxo".

As concepções são contextuais e variam conforme de quais situações o locutor parte. Nesse sentido, a política tida como inovadora pelo Estado, por se apresentar como uma alternativa às instituições asilares, ganha novos tons a partir de perspectivas diferentes dos idosos. A dinâmica da república é resultado dessas instâncias em negociação e embate. Nesse sentido, novas imagens de velhices são operacionalizadas e produzidas.

A república como um micro-universo social

O objetivo desse capítulo foi apresentar a heterogeneidade de velhices vivenciadas nessa política. A tentativa foi propor o cruzamento das categorias como um ponto de partida, e não de chegada. Nesse sentido, encontram-se diversas formas de experimentar a velhice, a partir de diferentes experiências.

As diferenças pautadas no que concerne à raça, como se pôde observar, quase não alcançam o plano discursivo. No entanto, suas diferenciações são produzidas e acionadas ao longo das relações, em que aproximações ou distanciamentos são estabelecidos com o outro, assim como em relação às categorias de gênero e classe social. As desigualdades de raça, classe e gênero, articuladas ao estado civil e idade, são negociadas entre os moradores de modo a resultar certa configuração na dinâmica nas casas, mas também na forma de vivenciar o envelhecimento, estabelecendo diferentes experiências de ser velho. Portanto, ser reservado, falar alto, paquerar publicamente ou em sigilo são formas distintas de se pensar e viver o processo de envelhecimento e, por outro lado, de diferenciar-se ou identificar-se com o colega de moradia; em outras palavras, criando identidades a fim de estabelecer o reconhecimento dos semelhantes mas, sobretudo, para criar, também, a distância entre os diferentes. Identificar-se com aquele discreto ou alegre quer dizer a respeito da própria trajetória de vida; sobretudo, da forma como cada indivíduo se reinventa no contexto das repúblicas.

No contexto pós-colonial, alguns autores, ao tratar dos processos e dos efeitos da colonização - como um momento sociológico para além da perspectiva temporal e histórica -, articulam as diferentes categorias de marcadores da diferença a fim de compreender o contexto social em que estão inseridos (HALL, 2003). Robert Young (1995) pensa no processo de colonização como um fluxo de desejo e contato – o que pode ser pensado através das chaves de raça, sexualidade e gênero. Anne McClintock (2003) opera com categorias de gênero, raça - vinculada à classe - e sexualidade de forma dinâmica em espaços marcados por contradições e instabilidades. E, finalmente, Gail Berdeman (1995) trata de gênero e raça como categorias

descoladas e quase opostas, apesar de ambos estarem articulados à noção de civilização. Nesse caso, a idéia de gênero encontra-se em transformação ao logo de todo texto.

Já no contexto brasileiro, os autores articulam tais categorias de forma mais explícita, como pensada nesta reflexão. A antropóloga Adriana Piscitelli (2001) ao tratar do turismo sexual internacional em Fortaleza parte da categoria gênero para apreender sexualidade, nacionalidade e cor. O autor Sérgio Carrara (2004) discorre sobre sífilis, estratégias anti-coloniais e raça, a fim de se compreender como a identidade nacional foi constituída no início do século XX. E, ainda, a antropóloga Laura Moutinho (2004) parte de textos historiográficos e literários para se pensar sexualidade, raça, gênero a fim de compreender identidade nacional.

Essas diversas formas de articulação de categorias, aparentemente isoladas, permitiram re-pensar o campo realizado há algum tempo, tendo como resultado novas reflexões. Em cada caso, as categorias explicitam relações particulares mas as formas de pensá-las e conjugá-las mostrou-se muito rico para este trabalho.

Pensar nas Repúblicas e na dinâmica do seu funcionamento cotidiano é buscar compreender como um laço social é criado para um segmento populacional muito heterogêneo, marcado por clivagens de classe social, gênero e raça entre outras diferenças. É ainda procurar compreender como uma identidade é estabelecida para um público alvo das políticas que deve ser constituído como um grupo coerente, naturalmente caracterizado por interesses e desejos idênticos.

***

O objetivo desse capítulo foi oferecer um quadro ampliado e múltiplo sobre as diferentes situações de origens dos moradores das repúblicas e como eles articulam essas experiências para recriar suas vivências de velhice. Nesse sentido, um largo espectro de velhices e compreensão das repúblicas foi apresentando, a fim de dar conta da multiplicidade e heterogeneidade presente nas repúblicas.

Trajetórias de vida articulados a marcadores sociais imprimem certa configuração de relações travadas nas repúblicas e em suas vidas para além da moradia. Concepções de velhices são delineadas para além do modelo euro-americano de velhice positiva, ativa ou bem-sucedida - como preferir nomear. Na contramão dessa perspectiva universal e homogênea, a intenção desse capítulo foi traçar as experiências vivenciadas por esses idosos e, a partir de então, como esses compreendem as repúblicas.

Para concluir, no capítulo final, retomo o modelo de gestão da velhice presente nas Repúblicas de Idosos, resultado de um processo dinâmico de negociação permanente, de redefinição e disputa situacional de sentidos do que significa ser velho.

Capítulo IV: Gerir e vivenciar velhices

A *velhice bem-sucedida*, definida pela gerontologia, supõe várias características que o sujeito deve realizar e alcançar. Pode-se afirmar que as *Repúblicas de Idosos* de Santos (SP) estão, basicamente, pautadas nesse modelo, segundo o qual atribuir autonomia aos velhos transforma-os em idosos felizes, independentes e ativos.

A ênfase aqui está na construção de noções e de experiências de envelhecimento e de seus sujeitos a partir de expectativas e referências diferentes, pois essas atribuições delineiam a definição de velhice em jogo. Envelhecimento e velhice devem ser entendidos de forma ampliada, pois sua concepção inclui elementos presentes no cotidiano das casas, como é o caso da definição de direitos e deveres dos idosos nas repúblicas, a convivência (ou falta de convivência) dos moradores com suas famílias ou mesmo os estilos de vida. Elementos provenientes de novas compreensões e atualizações estão presentes na moradia coletiva, que extrapolam o modelo euro-americano divulgado na década de 1990 em reuniões científicas internacionais e de organismos globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

As transformações do estatuto social consagrado aos mais velhos no mundo euro-americano, a partir de ampliação e divulgação da gerontologia pela comunidade científica e pelos Estados nacionais associadas à forma como se idealizaram e executaram as políticas sociais no município de Santos, resultaram na configuração das repúblicas, como uma iniciativa considerada inovadora[85]. Dito de outra forma, a combinação de ecos do modelo de velhice

[85] A política ganhou premiações como a do "Programa Gestão Pública e Cidadania", da Fundação Getúlio Vargas, em 1998, e o seu sucesso é justificado como pode ser observado na publicação sobre os finalistas do programa desse mesmo ano, na qual um artigo é dedicado à primeira república fundada: "O projeto conseguiu ser vitorioso, porque integrou e articulou elementos essenciais ao idoso, tais como: moradia adequada baseada em proposta realizada pelos próprios idosos e oriunda de um processo de envolvimento coletivo; o diálogo existente em todo o processo entre os idosos, a prefeitura e a COHAB, cuja receptividade à proposta foi imediata; a integração com a comunidade e com os CECON; o acompanhamento técnico e psicossocial realizado pelo prefeitura tanto no período anterior como posterior à mudança dos idosos para a república. Estes elementos foram relevantes para conquistar os idosos e contribuíram para o processo de apropriação daquele espaço, que passou a ser considerado por seus moradores como sua própria casa." (GRAZIA, 1998, p.13).

bem-sucedida no âmbito internacional com novos paradigmas da prática assistencial do poder público local repercutiu no programa habitacional alternativo para a população idosa.

O ideal democrático busca dar espaço à diversidade a partir da instância pública, que em princípio é pensada como universalizante e igualitária. Deve-se realçar, porém, que as particularidades da diversidade social não são abarcadas por esse princípio. As tensões entre as aspirações universais e igualitárias e as experiências particulares podem ser percebidas, pois, como constituintes das mudanças ocorridas ao longo dos anos, a partir das transformações de conteúdos políticos de dado momento histórico específico e, ainda, das substituições dos atores postos (moradores e agentes da prefeitura) com condições e demandas específicas na dinâmica da política habitacional *República de Idosos de Santos*.

Sabemos que o projeto de uma política social nunca se dá no vazio. Nele está sempre embutida uma interlocução com outros projetos, tidos como adequados ou não, dos quais se pretende uma aproximação, um distanciamento ou um aprimoramento. O município de Santos desde 1989 até 1996 teve prefeituras do Partido dos Trabalhadores (PT) e de 1997 a 2012, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que primaram por propostas de políticas sociais consideradas inovadoras e comprometidas com a promoção social, como é ressaltado no item “A Cidadania Aperfeiçoada na Prática” de um folder de divulgação da política municipal “Vovô Sabe Tudo”, também voltado para “a valorização do idoso no município”:

> “Ampliando a atenção a segmentos até então pouco priorizados – famílias, idosos e portadores de deficiências -, aperfeiçoando e criando projetos voltados a crianças e adolescentes, a atual Administração, desde 1997, destina 40% do orçamento municipal à área social (Ação Comunitária, Saúde e Educação) e para ela endereça grande parte de suas intervenções, tendo como meta o atendimento de qualidade em todos os serviços públicos.
>
> Santos pôs de lado antigas posturas burocráticas, centralizadoras e assistencialistas, tornando-se uma Cidade aberta ao debate com os mais variados segmentos da sociedade, na busca de um novo

> modelo de gestão. Deu ênfase a ações de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e de fortalecimento dos conselhos municipais, inclusive reativando os do Idoso, da Educação e Antidrogas.
>
> A implantação de projetos inovadores e de impacto, somada à obtenção de resultados concretos, caracteriza um trabalho social reconhecido internacionalmente, por organismos como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e em todo o País, por seu alcance, bem como pelo investimento maciço em ações que viabilizem tanto avanços no cumprimento das leis quanto maior sintonia com órgãos governamentais, não-governamentais e sociedade civil." (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2001, p.5)

A administração pode ser compreendida como instância de dominação mais cotidiana na sociedade moderna[86] e o Estado pode ser concebido como meio regulador que através das políticas públicas coloca em prática concepções disseminadas por diversos setores sociais. Nesse sentido, ao contrário da perspectiva de observar políticas públicas como instrumento de reduzir as desigualdades e proporcionar bem-estar à população, aqui política social poderia ser entendida como gestão do Estado em que a dominação e o controle estão em questão (LIMA, 1995, 2002).

Nessa lógica, poderia afirmar que o discurso do envelhecimento positivo é elaborado como verdade, através de um corpo de especialista que, ao contrário de explicitar e discorrer sobre o tema, preserva certo tom de mistério, configurando a discussão. Foucault em *História da Sexualidade* (2005) discorre acerca dos diferentes tempos históricos e conclui que no século XVI, quando não havia corpo especializado sobre o sexo, falava-se sobre o tema de forma recorrente e livre. No entanto, a partir do século XVIII, com a ascensão da burguesia e com a regulamentação dos ginecologistas como referência à higienização, ao cuidado e à saúde do corpo da mulher, o sexo torna-se

[86] Como escreveu Weber (1972): "O tipo do quadro administrativo racional legal é suscetível de aplicação universal e é o mais importante na vida cotidiana, pois na vida cotidiana dominação é, em primeiro lugar, administração." (p.144).

proibido, delimitado a alguns espaços e sempre há a impressão de que o seu cerne refere-se a um segredo a ser escondido[87].

Foucault trata da implementação de discursos em que, ao invés de indicar a tendência do explicitar e do discorrer sobre certo assunto, ao contrário, limita e delimita o que deve – ou não – ser dito. Nesse sentido, tratar de um tema não significa ser livre para falar o que quiser e de como quiser. Ao contrário, a construção de um discurso institucional indica a forma como se deve abordar. É a partir do instrumento de legitimação, que na nossa sociedade é concretizada pelo campo científico, que as verdades são construídas.

Ainda nesse raciocínio, podemos pensar no tema do envelhecimento a que a atenção pública – de todas as idades - se voltou apesar de muito falado, pouco se sabe dele efetivamente. Nesse sentido, não só os indivíduos tornam-se reféns dos discursos especializados e legítimos sobre o assunto, mas, sobretudo, os jovens. Pois, se juventude torna-se um valor social, essa é reivindicada em todas as categorias. Debert (1999) trata da reprivatização da velhice ao apontar a responsabilização do indivíduo de seu envelhecimento, referindo-se mais a estilos de vida ou padrões de consumo do que o critério cronológico. Mostrar-se jovem ou cuidar de si, então, são formas de prevenção do processo de envelhecimento para todas as categorias etárias. Dessa forma, o discurso do Estado acerca do envelhecimento mais do que destinado à população idosa, é, sobretudo, apresentado para todas as categorias etárias que já devem estar se preparando para não envelhecerem, mesmo quando a idade chegar. Essa questão evidencia que o processo de envelhecimento não está relacionado necessariamente às categorias etárias.

> "(...). Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de

[87] Nas palavras do autor: "Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e limiares); cumpre falar de sexo como uma coisa que não deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar, segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público, exige procedimento de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. No século XVIII o sexo se torna questão de 'polícia'." (FOUCAULT, 2005, p. 27).

> controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram." (Foucault, 2005, p. 29).

Pensar, então, no movimento do Estado em gerir a velhice, a qual ganhou visibilidade enquanto problema, seria refletir sobre como esse se tornou um dos maiores enunciadores sobre a questão e suas políticas sociais reforçam tal idéia. Por outro lado, como observado na etnografia, a definição de velhice e das repúblicas, nessa moradia alternativa, se revela como um processo de negociação permanente entre o projeto, as agentes da prefeitura e os moradores, de redefinição e disputa situacional envolvendo os sentidos do que é ser velho, assim como os significados atribuídos à dependência, à autonomia e à família.

Como já dito, a "verdade" sobre o envelhecimento é geralmente proferida pelos médicos, mas há também os gerontólogos que prescrevem alguns cuidados que todos – e não apenas os velhos - devem seguir para atingirem o bem-estar: serem independentes, autônomos, saudáveis, dispostos, namoradores, divertidos, terem muitos amigos e muitas atividades. Ou seja, a referência é pautada pela juventude como valor moral (DEBERT, 1999), também presente nos termos proferidos pela ONU. Então, os cuidados ditados pelos especialistas são destinados aos mais velhos, mas deveriam ser seguidos também pelos adultos e jovens, pois são esses estilos de vida que, segundo eles, são necessários para uma velhice apropriada, já que essa é entendida como etapa de vida universal, a qual todos deverão atingir no futuro – próximo ou não. Dessa forma, controle na gestão do velho é também controle na gestão da população, em que aparência, beleza e idade são fundamentais. E o declínio do envelhecimento torna-se um processo a ser evitado, já que fica associado à falta de cuidado pessoal. Nesse sentido, o bem-estar na idade avançada é posto como uma responsabilidade do indivíduo – a reprivatização da velhice (DEBERT, 1999).

Tratar do bem-estar do idoso a partir desse modelo em que a juventude é tida como referência remete a uma forma de gerenciamento do processo de envelhecimento pelo poder público e pela ciência, em que a própria população envolvida é chamada a articular, atualizar e redefinir. Dessa maneira, o

exercício de poder pelo Estado combina-se com o recrutamento de especialistas na tarefa de controle de segmentos mais vulneráveis da população através da intervenção pública (1995; 2002). Essa forma de gerenciamento dos idosos guarda semelhanças com o que se passa com outras populações que se tornam alvo de políticas públicas especiais. Por meio dessas intervenções, essas populações alcançam reconhecimento e se convertem, também, em atores sociais e políticos, dando lugar a relações complexas de poder, resistência e disputa.

Conforme observou Lima (2002), ao propor os estudos de "governamentalização", tendo por referência as políticas indigenistas realizadas pelo Estado brasileiro:

> "Pensar certas formas de intervenção social definidas como políticas públicas, tomadas não só como idéias racionalizadas em planos escritos, mas também como ações que podem ser apreendidas na observação do cotidiano de relações sociais, e fazê-lo por aproximação e distanciamento com as tradições de conhecimento surgidas da colonização, é uma maneira de questionar certas receitas analíticas que tomam o legado jurídico-político de um certo 'Ocidente' na qualidade de entidade substantiva, segregada e reprodutível." (p.13).
> [Isso] "pode conduzir ao estudo da governamentalização de tecnologias de poder destinadas a atuar sobre determinados segmentos sociais construídos na qualidade de carentes de uma intervenção qualificada como técnica, distinta de uma ação política. Mas, ao se tornarem objeto de ação governamental, acabam por se redefinir e, num processo de negociação permanente, questionar os serviços públicos, imiscuir-se neles e induzi-los à transformação." (p.18).

Portanto, as políticas públicas não devem ter sua análise delimitada pelo plano dos enunciados racionalistas dos projetos exclusivamente. Ao contrário, a fim de entender sua abrangência e completude, é preciso voltar-se à política em ação, quando todas suas dimensões são acionadas e estão articuladas. A diversidade de perspectivas e as esferas em disputa são reveladas a partir da dinâmica da política social, em que além das diretrizes institucionais, os usuários reelaboram a compreensão de suas redefinições. Nesse sentido, mais do que controle, observamos uma produção de subjetividades tanto dos idosos como dos agentes da prefeitura em suas representações de velhices e o cuidado com essa população.

Com a intenção de articular as diferentes instâncias presentes na política das repúblicas, apresento a seguir passagens de diversos materiais obtidos em campo, como foi desenvolvido ao longo de todo trabalho.

> "Foi-se o tempo em que avós e avôs só usavam cores sóbrias, óculos de armação grossa e escura, cabelos presos em um birote, passavam o dia todo em casa, silenciosos e esquecidos, e sequer pensavam em freqüentar as praias ou ter atividades externas.
>
> Os vovôs de hoje são jovens de 60, 70 ou mais anos que conservam a vontade de viver, de ser alguém atuante na sociedade. E muitos deles descobriram onde empregar toda essa energia e oferecer amostras da experiência acumulada ao longo de décadas: no Projeto Vovô Sabe Tudo, que os recebe com carinho e respeito, dedicando a importância devida a quem tem muito a ensinar." (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2001, p.18).

No item "Virando a Mesa" de um folder de divulgação de outra política pública santista é referido à imagem do idoso do poder público local marcado por traços positivos como inovação[88], animação e participação política[89]. Essa representação associa-se àquela positiva.

Ainda no percurso de elencar alguns pontos importantes encontrados na etnografia, já que outros já foram ressaltados ao longo de outros capítulos. O idoso como ator político como instaurado na constituição desse termo, em substituição da nomenclatura velho (PEIXOTO, 1998), e fortalecido com o Movimento dos Aposentados na década de 1990 no contexto nacional (SIMÕES, 1998; 2000) é focalizado também em outras passagens que o cuidado, a administração e a gestão da velhice estão em pauta.

"O diferente de trabalhar nesse projeto tem que ter, assim, uma "sacação" muito rápida de algumas coisas, um reflexo, um olhar bem técnico mesmo por que a gente tem que estar muito segura quando a gente diz não para uma pessoa, mesmo porque o poder público está aí para assisti-la. E quando a gente diz não, não pelo projeto, a gente tem que estar muito segura. (...). Hoje eu estou em preeminência de escrever para o promotor – a gente tem que nos

---

[88] Como é possível ser observado na primeira passagem do trecho: "Foi-se o tempo em que avós e avôs só usavam cores sóbrias, óculos de armação grossa e escura, cabelos presos em um birote"

[89] Como na segunda passagem do trecho: "Os vovôs de hoje são jovens de 60, 70 ou mais anos que conservam a vontade de viver, de ser alguém atuante na sociedade."

resguardar também –, pois o idoso, hoje com o Estatuto, ele sabe dos seus direitos, então a gente tem que tomar cuidado com tudo que a gente faz. (...). Claro que sem o desejo do grupo, eu não posso fazer nada. Se tem um alcoólatra na casa, mas o grupo não revela, não coloca isso como problema do coletivo, eu não posso interferir, eu respeito. Eu tenho que respeitar, mesmo eu achando ou não achando, até porque eu não tô lá pra não achar nada. Mas, quando o grupo anuncia, temos que tomar providências.“ (Ana)

Se, por um lado, projeto social do município voltado a essa população anuncia a valorização da pessoa idosa, por outro, na passagem da entrevista com Ana, agente atual, a política deve-se atentar-se e ter cautela para que nenhum mal entendido possa parecer desrespeito aos direitos dessa população, ao desenvolver seu trabalho. É necessário, por isso, comunicar-se com autoridades legais com a intenção de prevenção de uma ação jurídica voltada a ela. Após o período de instituição de políticas sociais e instrumentos jurídicos, nos quais o cuidado com o idoso era a premissa máxima, a dinâmica é invertida e o programa de promotor passa a ser possível suspeito de violação.

Contudo, a premissa continua a ser preservada e seus investimentos estão no sentido de proporcionar atividade a população idosa no sentido da intergeracionalidade, como pode ser observado nas palavras da mesma agente:

“Então, a nossa preocupação é de dar inclusão do idoso na sociedade. E, o fato de ser uma casa só de idosos a gente ficou com receio que isso fosse afetado, mas a gente faz toda uma programação nesse sentido. Na Bem-Viver, teve um ano que a gente fez uma festa junina na rua. Fechou aquela rua, que é uma rua pequena, e convidou os moradores ali, os vizinhos e fez uma festa junina. Uma beleza!” (Ana)

Esse período posterior à conquista de direitos aos idosos também é reconhecido pelos moradores. Porém, sua sensibilidade desvenda uma realidade em que, apesar de muitos instrumentos serem promovidos e ter ocorrido certo reconhecimento da questão pela sociedade, a mudança do

termo velho para idoso não fora suficiente para ser alvo de respeito em seu cotidiano.

"Vivemos num momento em que os idosos são muito bem tratados. Claro que há os lixos, aqueles que não nos deixam sentar nos pontos de ônibus. No ônibus gospem, fazem pum para ouvirmos e até assaltam, são os mal-educados. Mas, a sociedade, de forma geral, tem preocupação com a gente e somos super bem tratados." (fala de dona Jn. registrada em diário de campo).

Nesse sentido, apesar do idoso ter se transformado em pauta no debate público e as mudanças serem apresentadas em diversas esferas (instrumentos jurídicos de proteção, atenção de administrações públicas, elaboração de políticas públicas dentre outros), essas não são perceptíveis em todas as dimensões de sua vida cotidiana. Nesse sentido, a tutela continua a ser exercida e o idoso autônomo é tornado alvo de cuidado e gestão.

"Porque o que sustenta o trabalho é o acompanhamento. Quando a casa é montada, as reuniões são uma vez por semana, depois passam a ser quinzenais. E, aliado a isso ainda tem vezes que a gente percebe as dificuldades dos outros em lidar com o acompanhamento médico, acompanhamento hospitalar, consultas, execução de exames, de lidar com a própria vida. A gente mesmo pega na mão. A gente acompanha na consulta, conversa com o médico. Tem muitos casos assim e eles solicitam, pois quando vão, muitas vezes eles não conseguem lidar com os termos técnicos, não conseguem entender direito, eles pedem 'eu queria uma companhia'. E às vezes o retorno da consulta é muito ruim, a pessoa sai muito chorosa, tem que dar aquele suporte psicológico. Tem todo um acompanhamento. E ainda o trabalho de fazer passeios, fazer acompanhamentos, datas comemorativas, aniversários que a gente acha super importante pra eles. Ao longo do tempo a gente vai percebendo as coisas que são importantes e vai caçando no projeto, vai inserindo uma série de coisas." (Catarina).

Essa passagem da entrevista também de agente atual remete ao cuidado definido como "A gente mesmo pega na mão". A autonomia atribuída

inicialmente pelo projeto ganha novos contornos e os idosos passam a ser tutelados, em alguns momentos. Nesse sentido, resgatando a fala da moradora, muitos princípios inovadores ganharam visibilidade, no entanto, em outras dimensões pouco foi mudado. No entanto, o legado da autonomia em que o exercício de atividade é prezado é o mais retomado.

Por outro lado, os moradores queixam-se de terem dificuldade em ficar recolhidos em casa. E, ainda, longe de serem corpos dóceis e submetidos, articulam seus interesses e significados.

Os moradores acatam o legado de vida ativa, presente na concepção do projeto e das agentes e saem todos os dias com destino ao médico, a cursos, a passeios com amigos e namorados como relatam, no entanto, preservam-se afastamentos e discrições nas casas. Porém, a agente da prefeitura pontua:

"Uma relação harmoniosa seria assim: 'gente, vamos fazer nos conscientizar para fazer um almoço de domingo, para sentar e cada um traz uma coisa, eu colaboro com isso, então, eu faço aquilo outro. Vamos jogar um baralho, né? Vamos ficar juntos no Natal, isso é uma relação harmoniosa. 'Vamos caminhar no shopping, dar uma caminhada na praia'. Fazer coisas que nós, como pessoas que não vivemos em república, fazemos com as nossas famílias e que deviam fazer ali. (...) Trabalhar muito em cima do respeito. Então, quando a gente conseguir atingir isso, eu posso dizer que eles estão vivendo em paz. Pode não ser a expectativa deles. O ideal deles quando eles vêm morar numa república, eles vêem achando que vai ser a solução pra tudo na vida deles, mas a gente sabe que se eles conseguirem concretizar essa relação harmoniosa, a gente já conseguiu 50%. O outro 50% aí vem de cada um." (Catarina).

No entanto, pode-se pensar que os idosos, ao preservarem seus compromissos anteriores à sua condição de moradores de república, podem não esperar terem suas rotinas ou suas relações serem modificadas pela sua nova condição de morador de república e, em alguns casos, de idoso, sob todos seus postulados. A expectativa da agente atual não condiz, necessariamente com a deles. E, nesse sentindo, a demarcação de diferenças sutis no grupo só diminuiria as chances dessas possibilidades se realizarem.

Portanto, longe de constituírem em corpos dóceis e obedecidos à nova ordem, os moradores articulam seus interesses, acionam relacionalmente suas concepções e reatualizam a proposta de moradia às suas necessidades. É instaurado um processo de negociação permanente, de redefinição e disputa situacional de sentidos do que é ser velho, depende, autônomo etc. Pois se políticas públicas, como as repúblicas, definem o que é ser velho e conceituam características fora de lugar dessa categoria etária e como este momento da vida deve ser vivenciado, isso não significa que os velhos interiorizem plenamente esses modelos privilegiados, nem que se orientem exclusivamente segundo suas diretrizes.

.

Considerações Finais

As Repúblicas de Idosos de Santos (SP) ganharam visibilidade nacional e várias premiações[90], como mencionado na introdução, pela proposta alternativa de habitação voltada à população de sessenta anos ou mais. No trecho a seguir, do artigo "República Bem-Viver" da coletânea de textos sobre projetos finalistas do ciclo de premiação de 1998 do "Programa Gestão Pública e Cidadania", argumenta-se sobre o sucesso do projeto[91].

> "Podemos, então, concluir que a inovação consiste não apenas na criação de uma república para idosos, mas na criação de um formato institucional que reuniu condições de uma atuação profissional criativa e defensora dos direitos do idoso em toda sua amplitude e de organização e capacitação deste ator social para exercer pressão em prol de seus interesses. A experiência poderá ser repetida em todos os lugares, cujas condições sejam semelhantes ao contexto da cidade de Santos." (GRAZIA, 1998, p.13).

A valorização do projeto da moradia coletiva está pautada por se tratar de uma política habitacional alternativa à institucionalização do idoso, a partir da imagem promovida pela velhice bem-sucedida. Nesse sentido, o projeto valoriza aspectos como *autonomia, independência e protagonismo social*, em contraposição à idéia abandono e asilamento, presentes no modelo anterior, em que a idéia de velho incapacitado estava impressa.

Dito de outro modo, as repúblicas instauram o modelo de velhice positiva em uma política habitacional alternativa. Portanto, essa se apresenta

---

[90] Como é possível observar em um documento de divulgação local de política social para idosos: "O Projeto República, de moradia para idosos, foi premiado em 98 pelo "Programa Gestão Pública e Cidadania", da Fundação Getúlio Vargas, concorrendo com outros 700, de todo o País. Ficou entre os dez melhores do Brasil, pela inovação e alcance. Em 2000, a Escola de Administração Fazendária de Brasília classificou-o entre os melhores projetos de Governança, Governabilidade e Estratégias de Governo do País, apresentados durante o 2°Curso de Gestão Urbana e Municipal." (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 2001, p.8).

[91] A consagração das repúblicas no contexto de discussão de políticas sociais resultou em investimentos para a ampliação das casas coletivas, como é possível observar no trecho de entrevista com a agente da prefeitura Tereza: "Porque, por exemplo, o projeto república Bem-Viver, ela foi premiada na GV, a gente ganhou três mil reais, onde a gente comprou vários móveis, equipou e melhorou: aquela cozinha, o sofá. Então, é um projeto premiado."

como apta a conjugar o modelo gerontológico recente de velhice bem-sucedida. Até então, o destino para o idoso era caracterizado pela instituição de longa permanência e essa imagem não estava de acordo com o ideário contemporâneo.

Essas observações são, de certa forma, reiteradas no artigo sobre a fundação das repúblicas.

> "A República Bem Viver emitiu uma mensagem para as famílias e para os poderes públicos: os mais velhos, nossos pais e avós, não merecem passar seus últimos anos de vida humilhados no confinamento institucional. (...)
>
> Essa idéia simples e generosa, que consiste em compartilhar esforços, em reunir vontade política e solidariedade, produz a modificação do padrão cultural, para que os mais velhos possam resgatar suas cidadanias, conquistando a qualidade de seres ativos e protagonistas de seus destinos." (TESTA, 1996, p.99-100).

Se o projeto preserva os princípios gerontológicos expressos pela concepção tida como universal, os agentes da prefeitura articulam essas concepções, ressaltando aspectos de diferentes referências em que a família deve ser apresentada como destino ideal e o cuidado - e o acompanhamento - do idoso deve ser feto com o intuito de "torná-lo protagonista", como vimos em uma das entrevistas. Por outro lado, os moradores, apesar de não se identificarem como idosos ou mesmo parte da chamada terceira idade, eles acionam os discursos de tais categorias, ao resgatarem temas como direitos de idosos, algum serviço específico oferecido a essa população ou ao reivindicarem algum comportamento que não pertencia a sua trajetória de vida, como é o caso do discurso "já não tenho mais idade para lavar banheiro e abaixar para limpar o chão" ou, então, "temos que aproveitar para sair e namorar mais.". Por outro lado, esses moradores, em muitos casos, preservam seu cotidiano anterior ao seu estabelecimento nas repúblicas na medida do possível ou, ainda, optam por uma rotina mais caseira.

Os sentidos de velhices administrados e vivenciados são plurais e tendem a pontuar a heterogeneidade presente nas trajetórias e vivências humanas.

A visibilidade conquistada pela cidade de Santos (SP) nas últimas décadas pela sua atenção à questão do idoso mostra no esforço do poder público em nomear, caracterizar e definir essa etapa cronológica a tendência a unificar essa população a fim de abarcá-la em sua totalidade. Porém, como observado ao longo da etnografia, as vivências das gestoras e os idosos extrapolam ao modelo e apresentam a diversidade.

Debruçar-se sobre funcionamento cotidiano das repúblicas de Santos, as primeiras no contexto brasileiro[92], teve a pretensão de compreender como um tipo de laço social é criado para um segmento populacional muito heterogêneo, marcado por clivagens de classe social, gênero e raça entre outras diferenças. O esforço foi, ainda, compreender como uma identidade é estabelecida para um público alvo das políticas, o qual deveria ser constituído como um grupo coerente, naturalmente caracterizado por interesses e desejos idênticos. Focalizar as velhices vivenciadas nas repúblicas nos levou a compreender como as pessoas se reinventam com sessenta anos ou mais, tendo como referência os padrões de ser velho até os dias de hoje. Dessa forma, este trabalho procurou oferecer uma visão matizada da forma como a sociedade brasileira vem (re)pensando e (re)atualizando o processo de envelhecimento.

[92] Algumas repúblicas são noticiadas em outras regiões do país, mas, como relatam as agentes da prefeitura de forma geral, nenhuma delas com o formato em que apresentam o protagonismo social do idoso. Em alguns casos, os moradores não têm livre circulação nessas casas, como parece ser o caso da do Rio de Janeiro, e outras a prefeitura arcam com todas as despesas das casas.

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel do Valle. Gênero, Masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ALVES, Andréia Moraes. *A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre o envelhecimento, gênero e sociabilidade.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.18, n.51, fevereiro de 2003.

ARIÈS, Philip. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARROS, Myriam M. L. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice (org.) *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 144p. (Coleção Família, geração e cultura).

BEDERMAN, Gail. Not to sex- but to race. *Manliness & Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

BELO, Isolda. *Diretrizes Internacionais para o Envelhecimento e suas Conseqüências no Conceito de Velhice.* In: CD-ROM de XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 04 a 08 de novembro de 2002. (Disponível em http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/p48.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2008 as 20h).

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões sociológicas.* Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda, 1983.

_____. O Campo Científico in: ORTIZ, R. (org.) *Bourdieu*, Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática , 1994.

_____. Prefácio à edição brasileira; Prefácio; Espaço social e espaço simbólico; O novo capital. In: *Razões Práticas*. Campinas: Papirus Editora, 1996.

_____. Por uma ciência das obras. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas - São Paulo: Papirus, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu,* Campinas, n.26, 2006.

BRIOSCHI, Lucila Reis & TRIGO, Maria Helena Bueno. *Família: Representação e Cotidiano – reflexão sobre um trabalho de campo.* São Paulo: CERU/CDAC/USP, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Parentesco é tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*. Campinas, n.21, 2003 (b).

CALDEIRA, Teresa. A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: n.21, 1988.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (org.). *Cuidar,Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. In: DEBERT, Guita Grin (org). *Antropologia e Velhice* – Textos Didáticos n.13. Campinas: IFCH, janeiro de 1998.

CRAPANZANO, Vincent .*Waiting: the whites of South Africa.* New York: Random House, 1985.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins (org). *Velhice ou terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidades, memória e política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998a.

_____. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: *Antropologia e Velhice – Textos Didáticos n.13.* Campinas: IFCH/UNICAMP, janeiro de 1998b.

_____; Simões, Júlio Assis. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: *Antropologia e Velhice – Textos Didáticos n.13.* Campinas: IFCH, janeiro de 1998c.

_____. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

DUMONT, L. Introdução; Do sistema à estrutura: o puro e o impuro; Hierarquia: teorias dos 'varna'. In: *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. A Comunidade antropológica da ideologia. In: *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

EISENSTADT, S.N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. 2v.

_____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

ESTATUTO DO IDOSO - Lei n. 10.741, de 1° de outubro de 2003.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin (org). *Antropologia e Velhice* – Textos Didáticos n.13. Campinas: IFCH, janeiro de 1998.

FORTES, Meyer. Age, Generation and Social Structure. In: KERTZER, D. & KEITH, J. (orgs). *Age and Antropological Theory*. New York: Cornell University Press, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FRÚGOLI Jr, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 48, n. 01, 2005.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Anti anti-relativismo. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

GUERRIERO, Maria Antonieta. *Vivendo, convivendo, sonhando: o cotidiano dos idosos moradores nas republicas da cidade de Santos.* São Paulo: PUC-SP, 105p. Tese (Mestrado) - Programa de Estudos de Pós-Graduação em Gerontologia, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2001.

GOW, Peter. Da Etnografia à História. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.14/15, 2006.

GRAZIA, Grazia. República Bem-Viver. In: Programa Gestão Pública e Cidadania. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. Versão em formato PDF. Finalistas do ciclo de premiação 1998.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração*: *experiências de meninos de ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, Anita L. (org.). *Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas e sociológicas.* Campinas: Papirus, 2001.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986. 134p.

HALL, Stuart. 2003. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Humanitas.

_____. Que ‘negro’ é esse na cultura negra? *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Humanitas , 2003.

LANCETTI, Antonio (org.) *Assistência Social e Cidadania: invenções, tensões e construção da experiência de Santos.* São Paulo, Hucitec: 1996.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LENOIR, Remi. L´invention du troisiéme age: constitution du champ dês agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 26/27, 1979.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. Introdução - Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo in: *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da Política; 18).

LOPES, Andrea. *Os desafios da gerontologia no Brasil.* Campinas: Alínea Editora (Coleção Velhice e Sociedade), 2000. 210p.

MACCOMARCK, Carol. Nature, culture and gender: a critique. In: MACCOMARCK, C.; STRATHERN, M. (org). *Nature, culture and gender.* Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

MATHIAS, Marcelo Cláudio C.. Oito anos de Convivência com a Terceira Idade. In LANCETTI, Antonio (org.) *Assistência Social e Cidadania: invenções, tensões e construção da experiência de Santos.* São Paulo, Hucitec: 1996.

MATHIEU, Nicole-Claude. Homme-culture e femme-nature?. *L´Homme*, tomo XII, n.03, 1973.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travetismo e o culto da domesticidade. *Cadernos Pagu.* Campinas, n 20, 2003.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. INGOLD, T. (org.) *Companion Encyclopedia of Antropology*. London: Routledge, 1997.

MOTTA, Alda Britto. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam M. L. (org). *Velhice ou Terceira Idade ? – estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice (org.) *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. (Coleção Família, geração e cultura).

MOUTINHO, Laura. Desejo Erótico 'Inter-Racial' e Gênero na Construção da identidade Nacional". In: *Razão, "cor" e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais 'inter-raciais' no Brasil e na África do Sul.* São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

NERI, Anita Liberalesso. *Envelhecer num país jovem: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.155p.

_____. *Palavras-chave em Gerontologia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005. 214p.

OLIVEIRA, Juliana Andrade. *Terceira Idade e Cidade: o envelhecimento populacional no espaço intra-urbano de Santos. São Paulo: USP,* 2007. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2007. 192p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2007.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade.... In: BARROS, Myriam Moraes Lins (org.). *Velhice ou terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidades, memória e política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____; Introdução"; "Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar". In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.) *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. 144p

_____; CLAVAIROLLE, Françoise. Envelhecimento, Políticas Sociais e Novas tecnologias. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. 140p.

PISCITELLI, Adriana. *Visões Imperiais: gênero e sexualidade no contexto do turismo internacional em Fortaleza.* Prepared for delivery at the meeting of the Latin American Studies Association: Washington DC, 5/8 August, 2001.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (1994)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Projeto 'Seção de Atenção à Pessoa Idosa – SAPI'. Santos, outubro 1997/1998. 38p.

_____. *Vovô Sabe Tudo: de bem com a vida.* Santos, 2001.

_____. Secretaria da Ação Comunitária. *Projeto República: Alternativa de Moradia para a Pessoa Idosa*. Santos, 2002a. 8p.

_____. Secretaria da Ação Comunitária. Conselho Municipal do Idoso. Cartilha: o idoso e seus direitos. Santos, 2002b.

_____. Folder de divulgação de *11° Encontro Santista da Terceira Idade e 5ª Conferência Municipal do Idoso,* de 2005.

RABINOW, Paul. Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: 1999.

RAMIREZ, Martha. "Do corpo à periferia: os diversos lugares de reprodução na teoria nas teorias de gênero". In: ALMEIDA, H.B. et alli (orgs). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EDUSP, 2001.

RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economia política' del sexo". *Nueva Antropologia*, vol. VII, n.30. México: 1986.

SANTOS, Silvia Maria A. dos Santos. *Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador.* Campinas, SP: Alínea, 2003. 228p.

SAID, Edward. *O Orientalismo.* São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado*. São Paulo, USP, 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2002.

SEEGER, Anthony. "Os velhos nas sociedades tribais". In: *Os índios e Nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

SIMÕES, Julio Assis. "A maior categoria do país: o aposentado como ator político". In: BARROS, Myriam Moraes Lins (org). *Velhice ou terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidades, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Entre o lobby e as ruas: movimentos de aposentadoria e politização da aposentadoria*. 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000. 273p.

_____. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. *In:* PEIXOTO, C. E. (org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

TESTA, Rosa. "República Bem-Viver: uma idéia que se tornou realidade". In: LANCETTI, Antonio (org). *Assistência Social e Cidadania: invenções, tensões e construção da experiência de Santos.* São Paulo: Hucitec, 1996.

THORNE, Barrie. "Feminist Rethinking of the Family: na overview" In: B.Thorne & M. Yalon (orgs). *Rethinking the Family: some feminist questions*. New York & London: Longman, 1982.

VICENT, Gerard. O corpo e o enigma sexual. In: ARIÈS e DUBY. *História da vida privada*, v 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Romeu e Julieta e a Origem do Estado”. In: VELHO, G. (org.). *Arte e Sociedade. Ensaios de Sociologia da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

YOUNG, Robert. “O colonialismo e a máquina desejante”. *Desejo Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

WEBER, Max (1972). “Os tipos de dominação”. In: *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social.* São Paulo: Escuta, 1994.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas” in*: Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo, vol.12, n.35, outubro de 1997.

Anexos

01: Pedido de autorização para a realização de campo de pesquisal

recebido em 15/03/2003

Santos, 15 de julho de 2003.

À
Anamara Simões Martins,
Secretária da Ação Comunitária e Cidadania da Prefeitura Municipal de Santos.

Eu, Glaucia da Silva Destro de Oliveira, aluna de Ciências Sociais na Unicamp, venho solicitar autorização para visitas nas Repúblicas da Terceira Idade de Santos, cujo intuito é a efetivação de pesquisa etnográfica sob a orientação da Profa. Dra. Guita Gren Debert, do departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas.

O trabalho acadêmico requer visitas, observação e entrevistas na instituição para coletar os dados preliminares a respeito. Para tal realização, venho pedir autorização, à sra. Secretária, às minhas visitas nas Repúblicas da Terceira Idade para iniciar a pesquisa.

Fico, portanto, a disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários. Anexo carta da Unicamp credenciando minha solicitação, através da orientadora Guita Gren Debert.

O telefone para contato é 13-32735570 ou 13-91341516.

Obrigada pela atenção,

Glaucia S. Destro de Oliveira
Glaucia da Siva Destro de Oliveira

PMS / SEAC
RECEBIDO
DATA: 15/07/2003
HORA:
EMERSON
ASSINATURA

02: Pedido de autorização para a realização de campo de pesquisa II

realido em 15/07/2003

UNICAMP

Campinas, de junho de 2003.

À Prefeitura Municipal de Santos,

A aluna Glaucia da Silva Destro de Oliveira do curso de Ciências Sociais da UNICAMP (RA: 019198) está realizando pesquisa etnográfica sobre a "Experiência do Envelhecimento na República da Terceira Idade de Santos" sob minha orientação.

Venho, portanto, solicitar que seu acesso às Repúblicas para esse fim seja autorizado.

Colocando-me à disposição para qualquer verificação que se fizer necessário, agradeço à colaboração,

Atenciosamente,

Guita Grin Debert

PMS / SEAC
RECEBIDO
DATA: 15 / 07 / 2003
HORA: Emerson
ASSINATURA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
13083-970 - CAMPINAS - SP - BRASIL
TELEFONE PABX: (0xx19) 788-2121

03: Roteiro de entrevista aberta realizada com os agentes da prefeitura

01. Qual o seu nome inteiro?
02. Qual sua formação profissional?
03. Há quanto tempo está formado?
04. Qual sua idade?
05. Qual é o trabalho que exerce atualmente na prefeitura?
06. Há quanto tempo trabalha na prefeitura?
07. Em quais áreas você já trabalhou na prefeitura?
08. Você já tinha interesse em trabalhar no setor das repúblicas?
09. Há quanto tempo você trabalha no setor?!
10. O que você acha de específico no trabalho com os idosos?
11. O que você acha específico no trabalho nas repúblicas?
12. O que é idoso para você?
13. Em sua opinião, quais são as vantagens de se morar nas repúblicas?
14. Quais são as desvantagens de se morar nas repúblicas? E como poderiam ser solucionadas?
15. O processo de seleção dos moradores, na sua opinião, está sendo feita de forma adequada? Você tem alguma crítica em relação a isso?
16. Você acha que deveria haver algum tipo de acompanhamento profissional que os moradores deveriam ter? Um médico, um psicólogo?
17. Você acha que deveria se fundar mais repúblicas na cidade?
18. Como é a procura atualmente às repúblicas? E qual o perfil freqüente dessas pessoas?
19. As repúblicas, por alguma razão, podem ser fechadas?
20. Quais são as outras iniciativas públicas que estão sendo oferecidas na cidade para a população idosa? Como você avalia cada uma?
21. Para finalizar, como você pena o município desempenhando suas políticas para o idoso de uma maneira satisfatória?

04: Capa e Contracapa da "Agenda Santista da melhor Idade" do Conselho Municipal do Idoso

05: Fotos das placas de inauguração das repúblicas Renascer e Vitória